

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 21 de Dezembro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1151 • Director: Carlos Brito

Declaração de Carlos Carvalhas

OUTRO CAMINHO para uma Europa de Paz e Cooperação

Álvaro Cunhal com Jerónimo de Sousa no Barreiro



Pág. 5

Encontro Nacional do Ensino Superior da JCP

Jerónimo de Sousa com os jovens comunistas



Centrais

Contra as discriminações da SIC nas Presidenciais

Pág. 8

Por um Ensino Superior de Qualidade

• João Cunha Serra

Págs. 18 e 19

AÇORES Construir uma democracia avançada

• José Deq Mota

Págs. 22 e 23

MACAU No termo da Administração Portuguesa

• Carlos Brito

Pág. 21

RÚSSIA Eleitores mostram sinal vermelho a Ieltsin

Pág. 15



Jerónimo de Sousa com Carlos Carvalho e Helena Medina nos Bombeiros Voluntários de Queluz

RESUMO

13
Quarta-feira

O Governo decide atribuir uma pensão vitalícia à viúva do capitão de Abril Salgueiro Maia ■ O candidato presidencial da UDP entrega ao Tribunal Constitucional as assinaturas necessárias à formalização da sua candidatura ■ O alto-comissário da ONU para os Direitos Humanos, José Ayla Lasso, acusa em Genebra as autoridades indonésias de «violações muito graves» dos direitos humanos em Timor-Leste ■ O presidente francês, Jacques Chirac, declara publicamente o seu apoio ao primeiro-ministro, Alain Juppé, e afirma que «não há alternativa à política governamental», quando a França entra no seu 20º dia de greves ■ Na Bélgica, cerca de 60 mil funcionários públicos manifestaram-se nas ruas de Bruxelas em defesa do estatuto das pensões e a qualidade dos serviços públicos ■ As televisões suecas e o governo assinam um pacto que põe fim aos programas violentos antes das 21 horas.

14
Quinta-feira

Realiza-se o primeiro debate televisivo entre os três candidatos à Presidência da República ■ António Guterres visita os militares da brigada aerotransportada que vão para a Bósnia e anuncia o reforço da participação de Portugal na força das Nações Unidas que fiscaliza a paz em Angola ■ O tratado de Paz para a Bósnia é assinado no Palácio do Eliseu, em Paris ■ Yasser Arafat anuncia oficialmente a sua candidatura às eleições presidenciais palestinianas de Janeiro ■ Demite-se a ministra alemã da Justiça, em protesto contra a aprovação pelo seu partido (Partido Democrata Liberal) de um projecto de lei sobre escutas policiais a particulares ■ As organizações espanholas de defesa do Ambiente solicitam ao Governo português o abandono do projecto de construção da barragem do Alqueva.

15
Sexta-feira

A Assembleia da República revoga as alterações à Lei de Imprensa aprovadas pelo anterior governo ■ A proposta de não ratificação do decreto-lei que estabelece as condições de privatização é aprovado pelos deputados do PS e com os votos contrários do PSD e PP ■ Comício no Barreiro com a participação de Jerónimo de Sousa e de Álvaro Cunhal ■ Morre aos 71 anos o general Manuel Diogo Neto, ex-membro da Junta de Salvação Nacional e primeiro Chefe-de-Estado-Maior da Força Aérea a seguir ao 25 de Abril de 1974 ■ O actor Varela Silva morre em Lisboa, aos 66 anos, vítima de ataque cardíaco ■ Tem início em Madrid a cimeira europeia, que tem como ponto principal a moeda única e o alargamento a Leste; os países decidem que a nova moeda se chamará euro e deverá estar em circulação em 1 de Janeiro de 2002 ■ A União Europeia assina ainda na capital espanhola um acordo de cooperação inter-regional com o Mercosul, grupo que integra Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, para a criação de uma zona de comércio livre em 2001.

16
Sábado

Realiza-se o Encontro Nacional do Ensino Superior promovido pela JCP, em Lisboa, com a participação de Jerónimo de Sousa ■ A CGTP-IN encerra na Voz do Operário, em Lisboa, a campanha contra o racismo e xenofobia nos locais de trabalho ■ O ministro adjunto, Jorge Coelho, garante em Espinho a decisão do Governo em avançar com a regionalização ■ Em entrevista à France-Presse, em Tóquio, Mário Soares desafia a comunidade internacional a não fechar o olhos aos abusos da Indonésia, que se comporta como uma «ditadura feroz» em Timor-Leste ■ Termina a cimeira de Madrid que não trouxe nada de novo à luta contra o desemprego e a exclusão social ■ Explosão de uma bomba num armazém de Valência provoca um morto e quatro feridos.

17
Domingo

No âmbito da campanha eleitoral, Jerónimo de Sousa realiza várias iniciativas no distrito de Lisboa, incluindo um comício em Queluz onde também participa Carlos Carvalho ■ O Governo decide abolir as portagens na CREL, em Ermesinde e Gaia ■ O Partido Comunista vence as eleições russas para a Duma ■ Na Áustria, os resultados da direita nacionalista estagnam nas eleições legislativas ■ Realizam-se eleições legislativas em Cabo Verde e presidenciais no Haiti.

18
Segunda-feira

PCP emite um comunicado em que reclama a abolição de todas as portagens, designadamente na Ponte 25 de Abril ■ Os cientistas portugueses radicados no estrangeiro alertam para a possível «anexação de Portugal pela Espanha», se o nosso país não se «transformar radicalmente e depressa» ■ O presidente da Bulgária inicia uma visita oficial de três dias a Portugal ■ Javier Solana assume o cargo de secretário-geral da NATO em Bruxelas ■ Felipe González aceita recandidatar-se pela sétima vez às eleições legislativas espanholas.

19
Terça-feira

Em conferência de imprensa, o mandatário nacional de Jerónimo de Sousa critica a posição discriminatória da SIC face a este candidato presidencial ■ O grupo parlamentar comunista apresenta na Assembleia da República três projectos de lei sobre sindicalismo no PSP e regime de exercício de direitos profissionais da GNR, bem como a eliminação do seu estatuto de corpo militar ■ Fernando Negrão toma posse como novo Director-Geral da PJ ■ A OCDE alerta para a concretização de maiores cortes nas despesas dos países membros para que os critérios de Maastricht sejam cumpridos ■ No seu último dia em Sarajevo, a ONU prepara a transferência de poderes para a força da NATO ■ A aviação do Iémen volta a bombardear as tropas eritreias que ocuparam, no domingo, a ilha que controla a passagem do mar Vermelho para o golfo de Aden.

Agora o «Euro»

Como acontece habitualmente depois de cada «cimeira» comunitária, também agora a propósito do Conselho Europeu de Madrid, a comunicação social faz caixas altas falando de «balanço positivo», de «avanços», de «sucessos», de «vencedores» e mostra grandes planos dos sorrisos confiantes dos protagonistas.

Nada disto consegue disfarçar, porém, o sentimento de crise que se instalou nas altas esferas comunitárias e que aflora em desabafos desalentados de alguns dos mais incondicionais europeístas, como aconteceu recentemente entre nós com Mário Soares a reconhecer que «temos uma Europa decepcionante» e Saarsfield Cabral (o representante das Comunidades em Lisboa) a admitir a crise que mina a União Europeia e até o risco da sua desagregação.

O mais significativo nesta presente crise da União Europeia é que ela é provocada pelo fracasso das suas políticas e pelos movimentos de resistência e luta dos povos da maior parte dos países membros contra os sacrifícios que lhes são exigidos para a viabilização da Moeda Única, com o aumento do desemprego, a contenção salarial e os cortes drásticos das despesas públicas, designadamente, para a saúde e a segurança social.

As greves, incluindo a greve geral de vários dias, e as manifestações gigantescas que se verificaram em França representam expressivamente esta disposição combativa e constituem uma severa advertência aos que querem impor, à viva força, a Europa de Maastricht.

Provavelmente, nenhuma outra «cimeira» comunitária se realizou num clima de tão pouca credibilidade e de tão grande desconfiança por parte da opinião pública dos países mais directamente interessados, do que esta que acaba de ter lugar na capital espanhola.

Apesar do terramoto socioeconómico que a União Económica e Monetária está a provocar, o Conselho Europeu, rebocado pelo chanceler Kohl, da Alemanha, em vez de arrepiar caminho, empenhou-se em ignorar os protestos dos povos e em querer fazer parecer que é irreversível o caminho da Moeda Única e, por isso, atribuiu-lhe um nome - «euro».

Agora temos o «euro» a simbolizar a Europa de Maastricht, lançada para o federalismo, feita ao gosto das multinacionais e ao sabor dos seus interesses, comandada pelo Banco Central Alemão.

O PCP tornou muito clara a sua posição sobre a «cimeira» de Madrid, nos dias que a antecederam, especial-

mente, na entrevista com o Primeiro-Ministro e no decorrer do debate na Assembleia da República.

Na continuidade destas posições, quando já decorria o primeiro dia da «cimeira», o PCP veio de novo a público para através de uma declaração do seu Secretário Geral, Carlos Carvalho, afirmar:

«Na Cimeira de Madrid o que se exigia do Governo português era uma posição de distanciamento clara e firme em relação às políticas de Maastricht e à Moeda Única, de crítica em relação à subalternização da dimensão do desenvolvimento e, tal como sugerimos ao Sr. Primeiro-Ministro, a afirmação de que a cooperação no domínio da política externa tivesse efectiva concretização em relação a Timor»

Com excepção feita à questão de Timor, a actuação do Primeiro-Ministro, a avaliar pelo que veio a público, foi numa direcção diversa e oposta ao que se exigia.

São-lhe mesmo atribuídas das mais entusiásticas posições em relação à

Apesar do terramoto socioeconómico que a União Económica e Monetária está a provocar, o Conselho Europeu, rebocado pelo chanceler Kohl, da Alemanha, em vez de arrepiar caminho, empenhou-se em ignorar os protestos dos povos e em querer fazer parecer que é irreversível o caminho da Moeda Única e, por isso, atribuiu-lhe um nome - o «euro».

Moeda Única e ao nome escolhido para a baptizar, não hesitando sequer em evocar os Evangelhos, sentenciando: «Sobre este euro construiremos a Europa.» Já há quem se interrogue, na mesma linguagem dos Evangelhos, se não estará Guterres a «adorar o bezerro de ouro»?

Em relação ao emprego, fez declarações de insatisfação e são-lhe atribuídas diligências que terão esbarrado na tese do chanceler alemão para quem «a criação de emprego constitui acima de tudo uma responsabilidade nacional», acabando ele próprio, Guterres, por afirmar, aparentemente conformado, «que há muito boas condições para que a UEM seja um êxito.»

Isto é, para além de uma certa mudança de estilo, o fundo da orientação não diverge muito do que foi seguido na gerência de Cavaco Silva: acatar as imposições das grandes potências, dar a ideia de um importante protagonismo do Governo português e esconder do nosso povo as graves consequências das deliberações adoptadas, na continuidade da política de Maastricht.

A Declaração de Carlos Carvalho, de 15 de Dezembro, esclarece com grande nitidez estas consequências, as que já estão a ser sentidas pelo país e outras que não tardarão.

Chama especialmente a atenção para o aparelho produtivo, salientando: «O Governo não desconhece que o aparelho produtivo nacional não aguenta uma moeda cara, um escudo ligado umbilicalmente ao marco, que criará cada vez mais dificuldades à exportação e exercerá ainda mais pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado.»

O país tem a percepção destes perigos e por isso «o que vai ser de nós?», é uma interrogação cada vez mais ouvida.

Na verdade, assistiu-se, nos últimos anos, ao processo de desindustrialização, à regressão generalizada das pescas, ao definhamento cada vez mais acentuado da agricultura. Veio recentemente o golpe contra a indústria das conservas de peixe. Está pendente o golpe sobre os produtores de tomate. Estão em preparação novas ameaças a partir da PAC, com pretexto no alargamento aos quinze. Os postos de trabalho são cada vez mais reduzidos e a legião de desempregados cada vez mais vasta.

Como é que é possível, nesta situação, que se admita uma política que vai penalizar ainda mais o aparelho produtivo?

No plano social, está absolutamente provado que as políticas de Maastricht incentivam o desemprego, favorecem as pressões do grande patronato e das multinacionais sobre os direitos dos trabalhadores e os salários, além de repercutirem directamente no corte das prestações sociais.

É um verdadeiro embuste, como a experiência mostra e mostrará, prometer a atenuação destas gravosas consequências económicas e sociais, sem combater as suas causas, que residem na submissa obediência aos critérios de Maastricht e a outros comandos de Bruxelas e, ainda por cima, fazê-lo sempre em benefício do grande patronato capitalista e com sacrifício dos trabalhadores e da imensa maioria do nosso povo.

Como bem salienta a Declaração do PCP, de 15 de Dezembro, há, no entanto, «outro caminho para construir uma Europa de paz e cooperação, de desenvolvimento económico e social».

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rosa — Lisboa — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lj. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 700\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Dois reptos a Cavaco

Espantoso, este Cavaco de que estamos quase a ver-nos livres: quando julgamos que atingiu o extremo máximo das suas capacidades, que não lhe é possível ir mais longe no ridículo, no disparate, no auto-elogio, no pernosticismo, na exibição de incultura e na arrogância - ei-lo a demonstrar-nos que não só não é assim como antes pelo contrário. Vemos e ouvimos tudo isto em cada aparição sua, por mais breve que seja. E já não nos irritamos: estou mesmo em crer que ver e ouvir Cavaco se tornou, para muitos portugueses, uma espécie de passatempo, de divertimento.

Cavaco exibiu-se abundantemente no recente debate a três na RTP. A sua prestação foi um autêntico festival. De tal forma que o preclaro director do Expresso, arrelampado, não hesitou em assegurar-nos, firme e peremptório, que «o debate foi claramente ganho por Cavaco». Esta sentença tem tanto maior importância quanto, como se sabe, Saraiva é, enquanto editorialista, uma espécie de Cavaco e, também ele, um espanto: quando julgamos que a profundidade, a lucidez, a argúcia, a inteligência dos seus editoriais atingiram o cume, logo ele nos desengana produzindo um texto que supera, nessas matérias, todos os que anteriormente produziu.

No referido debate resolveu Cavaco condenar Jerónimo de Sousa e, lida a sentença, disparar sobre o candidato comunista a seguinte rajada de metralhada: «o senhor está aqui a cumprir uma ordem do partido». Trata-se, obviamente, de mais uma cavacada, coisa que não valeria fala minha se não me tivesse trazido à memória o passado, o antigamente, o antes do 25 de Abril, o fascismo... e os pides que com frequência utilizavam a expressão agora utilizada por Cavaco-candidato-a-Presidente da República... Há-de ter sido coincidência porque Cavaco parece nada saber desse passado, parece nada ter a ver com esse passado. E aparenta, até, ser possuidor de um impoluto e imaculado passado.

Será assim? Vamos ver. Começemos por dividir em dois - recente e menos recente o passado de Cavaco.

Quando ao passado recente, é uma desgraça conhecida de todos os portugueses: foram, por exemplo, dez anos de prepotência, de arrogância, de autoritarismo, de compadrio, de violação dos direitos e liberdades dos trabalhadores e dos cidadãos, de destruição do aparelho produtivo, de desemprego, de trabalho precário, de salários em atraso, de aumento da pobreza e da criminalidade, de proliferação da corrupção e do negocismo,

etc., etc. E só uma desvergonha inaudita pode levar a que uma pessoa com tal passado aponte o dedo ao passado seja de quem for. Fazê-lo, como ele o fez, só confirma que o presente candidato da direita às presidenciais está claramente à altura do seu passado recente.

Quando ao passado menos recente de Cavaco... parece ser um mistério indecifrável. O que era, o que fazia, que democracia defendia Cavaco no tempo do fascismo? Em que lutas antifascistas participou? Que contributo deu para o derrube do fascismo? Que tomadas de posição assumiu contra a tirania, a repressão, a ausência da liberdade? Ninguém sabe, é uma incógnita. Mas uma incógnita estranha. Muito, muito estranha. Tão, tão estranha que não resisto a lançar dois reptos ao candidato Aníbal Cavaco Silva: 1) É capaz de dizer, dizendo a verdade, que se bateu pela democracia e pela liberdade no tempo do fascismo, ou seja: quando tal postura tinha como consequência previsível a prisão, a tortura, às vezes a morte? 2) É capaz de dizer, dizendo a verdade, que nunca e de nenhuma forma colaborou com o regime fascista, nomeadamente com o governo de Marcelo Caetano?

■ José Casanova

Ética e presidenciais

É uma questão clássica da filosofia a distinção entre ética e moral. Informam os manuais da dupla génese grega do termo ética a partir de dois termos luminosamente semelhantes: *étos*, costume, procedimento social, e *étos*, morada e, paralelamente, carácter, maneira de ser pessoal.

O termo *moral* já tem origem latina, dever-se-á a Cícero e provem de *mos*, costume, correspondendo afinal à dimensão da normalização social que caracterizou a civilização romana.

Pode dizer-se que na língua portuguesa os dois conceitos originais gregos se traduziram em duas palavras: a *ética* como teoria do comportamento individual e da responsabilidade própria do indivíduo perante si próprio e os outros e *moral* enquanto teoria da normatividade social, da relação do indivíduo com os costumes e ditames da sociedade em que se integra.

É significativo que se tenha hoje consagrado entre nós a expressão *ética política*, mais do que *moral política*.

Poder-se-á afirmar que tal facto indicia um deslize de atenção da dimensão social e colectiva da política para a sua dimensão de protagonização individual, mas, por contraditório que pareça, tal deslize acaba por reflectir as próprias transformações revolucionárias das últimas duas décadas.

Um processo de transformação conflituosa inevitavelmente com a *moral* vigente, tanto quanto esta significa um conjunto de normas sociais correspondente a uma determinada formação social; a esta *moral* vigente e socialmente coactiva o anseio revolucionário e transformador contrapõe uma *nova moral* correspondente a uma nova formação social. Mas, no período de transformação, no período em que os agentes de transformação se opõem à *moral* vigente é-lhes naturalmente exigida a *responsabilidade individual* do seu comportamento transformador - o que nos conduzirá ao campo da *ética*.

Ao acentuar a participação colectiva e de massas na transformação social - e sem ela não há transformação -, o processo revolucionário e transformador potencia a responsabilidade individual dos agentes políticos.

A conquista da liberdade colectiva tem sempre expressão no alargamento da liberdade individual. A própria experiência ensina aos povos que transformam a sua própria vida no sentido da liberdade que o agente político nessa liberdade ganha também liberdade própria.

A anterior *moral* coactiva não pode já constituir garantia suficiente para assegurar a ligação do indivíduo ao colectivo social uma vez que correspondia a um colectivo social que deliberadamente se transformou. Ao agente político continua porém a exigir-se que o seu *comportamento individual* e a sua *acção individual* enquanto agente político se pautem por critérios de responsabilidade social e colectiva. Numa sociedade em transformação, onde os *valores* e *critérios morais* se transformam conflitualmente, as condicionantes nascidas no foro íntimo e na experiência individual do agente político adquirem uma efectiva dimensão social.

Não admira assim que o Portugal de Abril tenha consagrado a expressão *ética política*, ética por dimensão individual e política por dimensão colectiva.

Para poucos cargos políticos a questão ética se colocará como para o de Presidente da República, o mais isolado, o mais individual e simultaneamente o mais colectivo dos cargos do edifício constitucional.

E, assim sendo, será possível confiar na ética de um homem que durante dez anos foi o retrato mesmo da arrogância política e hoje alerta contra ela?! Será possível confiar num homem que há um ano pregava o individualismo e o sucesso individual e hoje barafusta pela solidariedade?! Será possível confiar num homem que salta do barco e abandona os seus próprios companheiros quando o fracasso se prenuncia? Será possível confiar num homem que deliberadamente não tem qualquer passado onde tenha construído uma *ética* de dedicação e empenho pelo povo e sua liberdade?

Será possível votar Cavaco Silva?

■ Ruben de Carvalho

Cristo e a moeda única

No passado sábado, três vezes olhámos e lemos a entrada da notícia do «Público» sobre a Cimeira de Madrid e não queríamos acreditar. Pior do que isso, fomos assaltados pela terrível sensação de, por um momento, ou sentirmos que não somos deste mundo ou sentirmos que o bom senso, a noção do ridículo, o sentido das proporções e o espírito crítico já seriam puros vestígios arqueológicos de tempos remotos.

Mas era mesmo verdade. Desenvolvendo uma destacada referência da primeira página, a citada notícia arrancava mesmo como segue: «Euro, tu és o euro e sobre este euro edificaremos a União Europeia». Foi com esta afirmação que o primeiro-ministro português saudou ontem o acordo dos líderes europeus sobre o nome da moeda única europeia. A imagem, recordando a conversa entre Jesus Cristo e São Pedro - «Pedro, tu és Pedro

e sobre ti edificarei a minha Igreja» - não podia ser mais apropriada: o baptismo do «euro» constitui sobretudo um acto de voluntarismo e de fé na moeda única».

E como se isto já não bastasse para nos atirar para um indistigável mal-estar, no dia seguinte o «Público» fazia outra notícia sobre a Cimeira arrancar assim: «Era bom que ele hoje dissesse uma frase como a de ontem (sexta-feira), foi muito bonita» - comentava ontem um jornalista espanhol ainda surpreendido com a referência do Primeiro-Ministro português aos Evangelhos com que ilustrou o nascimento do euro».

Deixamos ao cuidado de cada um - seja crente, agnóstico ou ateu - a avaliação sobre o bom ou mau gosto de parafrasear Jesus Cristo a respeito da moeda única. Deixamos ao cuidado de cada um reflectir sobre o significado de a ânsia de notoriedade europeia deste estreado dos

Conselhos Europeus o ter levado ao ponto de adaptar e instrumentalizar «a palavra do Senhor». Por nós, apenas nos apetece observar duas coisas um pouco diferentes: a primeira, é que, dado que o Eng. Guterres recorre a citações bíblicas com uma frequência absolutamente incomum em qualquer católico, é de suspeitar que essas citações estejam para o seu discurso como as anedotas ou piadas estão para o discurso dos políticos norte-americanos, ou seja, são estudadas, premeditadas e já vão no bolso do casaco; a segunda, é que a imagem a que Guterres recorreu, mais do que voluntarismo ou fé na moeda única, parece sim desvendar que na mundivivência do Eng. Guterres a religião da moeda única, do federalismo contra as soberanias nacionais e da ditadura dos mercados financeiros, da competitividade e da globalização contra os direitos sociais deve estar em áspere peleja territorial com o seu tão exibido catolicismo.

A verdade é que bastaram uma frase deste tipo, a «nuance» de uma alegada insatisfação quanto ao desemprego e meia dúzia de «briefings» com a comunicação social para que, por exemplo, o «Expresso» viesse dizer que «Portugal viu triunfar em Madrid quase todas as posições que trazia para a Cimeira dos Quinze» (mas, com licença, eram boas?) e que a Cimeira de Madrid «marca uma viragem radical na abordagem portuguesa da política comunitária» (mas, com licença, em quê?).

Em vésperas de Natal, a pensar em todos estes profissionais da fuga à realidade, apenas apetece avisar com uma citação de Mateus colhida em epígrafe de um grande romance de Redol: «Deixai-os; cegos são e condutores de cegos; e se um cego guia a outro cego, ambos vêm a cair no barranco».

■ Vítor Dias

América Latina EM LUTA

N a passada semana, esta coluna referia-se à magnífica e poderosa luta dos trabalhadores franceses em defesa de direitos fundamentais conquistados pela luta de gerações sucessivas. É esse o caminho por que enveredam, um pouco por todo o mundo - para além das profundas diferenças do grau de desenvolvimento dos seus países - trabalhadores dos campos ou da cidade, contribuindo assim para uma grande frente contra a política transnacional do grande capital que visando o máximo lucro e a rápida acumulação de capitais, intensifica a exploração dos homens e das riquezas nacionais, à custa da soberania dos povos e dos direitos humanos.

Se focarmos a nossa atenção para a América Latina, podemos verificar que, mesmo de forma irregular e desigual, os trabalhadores e os povos têm desenvolvido persistentemente diferentes lutas nos últimos anos. Diversas no seu conteúdo, no número de trabalhadores envolvidos, na amplitude da sua acção ou quanto aos resultados alcançados - têm contudo, como fio condutor comum uma clara oposição às desastrosas consequências políticas, económicas e sociais que as orientações e imposições do FMI originaram e pela defesa dos direitos dos trabalhadores e da soberania nacional.

É assim que a luta contra as privatizações constituiu um dos objectivos das acções de massas no Brasil, Equador, Paraguai e Uruguai. Neste último país, em finais de 1992, as massas impuseram um referendo em que 71,5% dos votantes condenou o processo privatizador, o que obrigou à sua limitação a 3 sectores. No Brasil, em Abril e Maio deste ano, 50 mil «petroleiros» da Petrobrás desencadearam uma greve dum mês que, mesmo sem conseguir derrotar os objectivos prosseguidos por F. H. Cardoso, confluiu com as greves doutros sectores que envolveram mais de 800 mil trabalhadores no mesmo período.

A luta pelos direitos dos trabalhadores desenvolveu-se em múltiplas frentes, no decurso deste ano. Estiveram em greve os professores na Argentina, na Bolívia, na Colômbia e na Costa Rica (o governo boliviano proclamou o estado de sítio ao fim de 6 semanas; na Costa Rica a greve de 3 semanas estendeu-se a toda a função pública). No Peru, são 250 mil os trabalhadores da construção civil em greve, enquanto no Panamá, trabalhadores da construção civil e da produção de banana decretam uma greve que durou 11 dias contra a aprovação de um novo Código do Trabalho. Na Martinica, 2 dias de greve geral em solidariedade com a luta do sector bancário.

Grandes manifestações e jornadas de protesto projectam nas ruas as reivindicações populares. No México, são 200 mil trabalhadores que saem à rua no 1º de Maio contra o desemprego e desmascarando a cumplicidade dos «sindicatos oficiais». Na Argentina, as jornadas de protesto alargam-se a 6 províncias, incluindo greve gerais em duas delas. No Brasil, são as consequências sociais da política governamental que mobilizam centenas de milhares, numa manifestação contra a violência, no Rio de Janeiro.

O direito à posse da terra, à defesa das culturas tradicionais e de preços justos para os produtos agrícolas fazem levantar camponeses explorados e populações indígenas oprimidas. Alguns exemplos: no México a revolta de Chiapas, na Bolívia a grande marcha de dezenas de milhares de camponeses em direcção a La Paz, na Colômbia a luta dos produtores de café, no Equador a luta dos povos da Amazônia contra a agressão ambiental da multinacional Texaco e exigindo indemnizações, no Paraguai a greve dos produtores de algodão.

A actual fase de lutas de resistência dos trabalhadores contra a violenta ofensiva a direitos históricos do movimento operário contraria os que anunciaram o fim da luta de classes e reforça a convicção que a força e as energias das massas acabarão por abrir caminho a alternativas de desenvolvimento e progresso social, que o capitalismo comprova ser incapaz de alcançar.

■ Manuela Bernardino

Declaração de Carlos Carvalhas A Cimeira de Madrid

Em conferência de imprensa realizada na passada sexta-feira, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado dos camaradas Agostinho Lopes, Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro (ver peça na página 13) e Ana Serrano, apresentou uma Declaração sobre a Cimeira de Madrid, que a seguir se transcreve na íntegra.

O Partido Comunista Português, no seguimento do que manifestou ao Primeiro-Ministro e na Assembleia da República, expressa hoje e aqui as maiores preocupações pela reiterada insistência com que o Governo quer prosseguir as políticas de Maastricht e a marcha forçada para a Moeda Única, com graves consequências para o emprego, para o nível e condições de vida dos trabalhadores e para o aparelho produtivo nacional. Os acontecimentos em França deviam, só por si, constituir uma séria advertência para os que, à custa dos povos, querem construir uma Europa Federalista à medida das multinacionais, do marco e do Banco Central Alemão.

Na Cimeira de Madrid o que se exigia do Governo português era uma posição de distanciamento clara e firme em relação às políticas de Maastricht e à Moeda Única, de crítica em relação à subalternização da dimensão do desenvolvimento e, tal como sugerimos ao Sr. Primeiro-Ministro, a afirmação de que a cooperação no domínio da política externa tivesse efectiva concretização em relação a Timor, para que não se venham a repetir noutras embaixadas de países da União Europeia os intoleráveis acontecimentos verificados na Embaixada da Holanda em Jacarta.

Não é com o "marketing político", com as habituais conferências de imprensa do Primeiro-Ministro após a Cimeira, ou com as costumadas referências no "Comunicado" final acerca do desperdício e do "descaminho" dos fundos estruturais, dos votos pios acerca do desemprego e das políticas activas de emprego, da luta contra a droga, ou da retórica acerca do apoio às pequenas e médias empresas que se esconde o mal-estar, a liquidação de direitos e as gravíssimas consequências sociais - pobreza e desemprego massivos - que a construção europeia de Maastricht está a produzir.

É preciso que se diga que o "rei vai nu".

É preciso que não se esconda do povo a escandalosa pressão exercida pela oligarquia financeira sobre o poder de compra dos trabalhadores, o nivelamento por baixo dos direitos, prestações sociais e salários e a alienação da soberania nacional.

É preciso que não se esconda aos agricultores o que se está a preparar acerca da PAC a pretexto do alargamento da Comunidade.

Nós não deixaremos de desmascarar a retórica social que procura encobrir a continuação no essencial da política que foi derrotada nas urnas, ou seja, da política que se traduziu pela destruição do aparelho produtivo e por uma taxa de crescimento anual do Produto Nacional, nestes últimos cinco anos, das mais baixas da Europa.

É tempo de se arrepiar caminho.

É tempo de se abandonar os dogmas do neoliberalismo e o sacrifício do nosso país no altar dos interesses das grandes potências.

O Governo não desconhece que o aparelho produtivo nacional não aguenta uma moeda cara, um escudo ligado umbilicalmente ao marco, que criará cada vez mais dificuldades à exportação e exercerá ainda mais pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado.

Ou poder-se-á aceitar a continuada liquidação programada dos nossos sectores produtivos?

Ou poder-se-á aceitar a continuada subalternização do País, com a imposição da desvalorização dos nossos vinhos, com a limitação das quotas do tomate, com a liquidação das nossas pescas, com a quota da beterraba que nos foi distribuída e que criará sérios problemas à viabilidade da indústria sacarina. Onde é que vamos parar?

Não há um sobressalto quando são mais que evidentes as consequências de Maastricht na marginalização e fragilização da nossa economia?

Desconhece-se que com a moeda única não haverá mais margem para as políticas orçamentais, fiscais e salariais, ou para as ajudas nacionais e que ela abre de forma enviesada e escondida a via federalista que o Governo não quer assumir perante o povo?

Desconhece-se que a Alemanha quer endurecer ainda mais as condições de acesso à moeda única, aquilo a que já se chama um «Schengen Monetário», atrevendo-se mesmo a preconizar a instauração de pesadas «sanções automáticas» para os maus alunos da escola Maastrichtiana?

Desconhece-se que são diversos os relatórios que, avaliando as consequências da União Económica e Monetária e a Moeda Única, apontam para o aumento do desemprego e do trabalho precário?

Desconhecem-se os avisos do Instituto Monetário Europeu, ou o último Relatório da Comissão Económica da Organização das Nações Unidas, em que se evidencia o desastre de se querer reduzir os

défices orçamentais antes da retoma económica se concretizar plenamente, chamando-se a atenção de que o principal problema da Europa é o desemprego e que «se o crescimento descer para 2,5% ou para valores ainda mais baixos, os governos terão de enfrentar a perspectiva socialmente perigosa de um novo agravamento do desemprego».

Maastricht mostra pelos factos que o fundamentalismo neoliberal e monetarista é incompatível com uma efectiva política social e sobretudo com uma política de pleno emprego.

Ninguém pode hoje contestar seriamente que para se atingirem os critérios de Maastricht se tem de aumentar os impostos, diminuir as despesas ou realizar as duas coisas simultaneamente. E que no caso das despesas, estas vão atingir seriamente as funções sociais do Estado - saúde, ensino, habitação - que já há muito se têm vindo a fragilizar.

Ninguém pode hoje contestar seriamente que Maastricht agravou o «défice democrático» que os povos estão afastados cada vez mais dos centros de decisão e que a concretização das suas etapas contribuirá para desvalorizar e deteriorar o papel dos parlamentos nacionais.

Ninguém pode hoje contestar seriamente que aumentam as pressões para mais sacrifícios dos pequenos países e dos países com economias mais débeis, que o que está em marcha é a construção de um directório de grandes potências como o evidencia a recente cimeira entre Kohl e Chirac, e a mensagem enviada por estes a Felipe Gonzalez e a todos os Chefes de governo onde se «propõe» entre outras questões, incluir no Tratado uma cláusula que permita «uma cooperação reforçada entre Estados... que tenham essa vontade e capacidade» e uma extensão do campo de aplicação das decisões tomadas «por maioria qualificada acompanhadas por uma revisão da ponderação dos votos».

Ninguém pode hoje contestar seriamente que a revisão que se apronta para o Tratado de Maastricht vai no sentido da manutenção do substancial de todos os atributos que os impedem de contribuir para o desen-

volvimento democrático e participado dos trabalhadores, para a coesão económica e social da Comunidade, e de servir os interesses das multinacionais, da especulação financeira, do poder distante e formal dos povos, reduzindo o papel dos pequenos países, subalternizando os trabalhadores e as políticas sociais.

É aliás significativo que no último Conselho Social os três mais importantes programas: «igualdade de oportunidades entre mulheres e homens»; «acção a favor das pessoas idosas»; «destacamento dos trabalhadores», tenham sido no ponto de vista financeiro e de facto praticamente bloqueados.

Por isso, o PCP neste primeiro dia da realização da Cimeira de Madrid, ao mesmo tempo que reafirma a sua frontal oposição às políticas de Maastricht reafirma também, que há outro caminho para construir uma Europa de paz e cooperação, de desenvolvimento económico e social e de uma verdadeira coesão económica e social.

Reafirma que rejeita frontalmente um projecto que em termos concretos concebe a economia portuguesa como uma economia subalterna, subcontratada e apendicular.

Reafirma que é necessário combater a política que faz da dimensão social um elemento decorativo dos discursos de circunstância e que na prática procura liquidar direitos, baixar os salários e degradar a segurança social a pretexto da criação de empregos e de aumentos de competitividade externa.

Reafirma que se opõe à transformação do chamado 2º e 3º pilares, em políticas comuns - uma política externa comum, uma defesa e um exército comuns, uma intervenção supranacional em questões de justiça e de polícia, pois o necessário combate à alta criminalidade, terrorismo e droga deve ser feito no âmbito da cooperação e não por votos por maioria e pela criação de uma super-polícia, com um défice de fiscalização e controlo democrático.

Reafirma que a revisão dos Tratados devem ser sujeitos a um grande debate nacional, isto é, que o Povo Português deve ser chamado a pronunciar-se através do instituto do referendo.

Reafirma que é necessário pôr em primeiro lugar os interesses dos trabalhadores e dos povos, que é necessário pôr em primeiro lugar o desenvolvimento, o cumprimento do princípio da coesão económica e social, a «economia real», que é necessário pôr em primeiro lugar a defesa da soberania e da independência nacional.

No distrito de Setúbal

«Um novo para Por

Jerónimo de Sousa esteve, na passada sexta-feira, num comício realizado nos Penicheiros do Barreiro, em que interveio também Álvaro Cunhal (ver extractos do discurso abaixo).

No mesmo dia, o candidato comunista foi recebido na CM do Barreiro e teve um encontro com os trabalhadores da autarquia. Jerónimo visitou ainda as oficinas da EMEF.

A sessão dos Penicheiros foi dirigida por Júlio Dias, membro da Comissão Concelhia do Barreiro, que, usando inicialmente da palavra, aludiu aos gravosos problemas sociais do concelho, com destaque para a situação na CP. O comício contou ainda com a presença musical de Helena Guerra e José António.

Na sua intervenção, Jerónimo de Sousa acentuou:

«A política económica seguida pelos últimos Governos, liderados pelo actual candidato da direita à Presidência da República, Cavaco Silva (...) tem tido como resultado a redução da capacidade produtiva na indústria, na agricultura e nas pescas, a

tempo que se regista o aumento das dificuldades das pequenas e médias empresas.

«Todos os dias encerram ou reduzem a sua actividade empresas, e todos os meses milhares de trabalhadores são arrastados para o desemprego.

Segundo os dados (seguramente por defeito) do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em Setembro, existiam em Portugal quatrocentos e vinte e cinco mil desempregos. Destes, cerca de cento e sessenta e nove mil estavam registados na região de Lisboa e Vale do Tejo, ou seja, onde nos encontramos.

«Do total dos desemprega-



Comício nos Penicheiros de Setúbal

perda de efectiva competitividade das empresas portuguesas, o aumento da dependência de Portugal face ao exterior, nomeadamente em relação aos países mais ricos da União Europeia, o aumento do desemprego e a redução do nível de vida dos portugueses.

«Esta política tem implicado a progressiva destruição de sectores tão importantes para o desenvolvimento do país, como a siderurgia, a metalurgia e a metalomecânica pesada, a química, ao mesmo

dos, 27% têm menos de 25 anos e 49,7% estão desempregados há mais de um ano.

«Em Maio do corrente ano, só o Barreiro registava cerca de dez mil desempregados sendo a quinta cidade da região de Lisboa e Vale do Tejo com mais desempregados.

«Ao mesmo tempo que aumenta o desemprego, os salários reais têm diminuído, os direitos sociais são postos em causa, degradam-se as condições de trabalho, aumenta a exploração dos traba-

rumo tugal»

lhadores e o trabalho precário.

«Não estou a falar de nada que esta cidade não conheça, pelo contrário, a desindustrialização e o consequente desemprego são problemas que os barreirenses bem têm sentido na pele.

«A outra face da mesma moeda é o agravamento das desigualdades, o alargamento do fosso que separa os mais ricos e a generalidade da população, o alastramento das manchas de pobreza e da exclusão social. Com a acelerada concentração do capital, ressurgem os grandes grupos económicos, nomeadamente os que haviam sido constituídos à luz da desenfreada exploração dos trabalhadores antes do 25 de Abril.

Sobre o candidato da direita, Jerónimo de Sousa afirmou que «se Cavaco Silva lograsse o seu objectivo - e nós estamos



Com trabalhadores da EMEF

convictos que não o conseguiremos e tudo faremos para que assim aconteça - o país não demoraria a ver de volta o Cavaco Silva arrogante e autoritário. Nem demoraria a estar confrontado com pressões e manobras políticas de todo o tipo, e até com a tentativa dos partidos de direita recuperarem o poder perdido em 1 de Outubro. E sem dúvida que, em tal circunstância, acresceriam novas dificuldades no caminho, que é o nosso, de concretização da mudança, de luta por uma nova política, nacional e de esquerda, para Portugal».

Álvaro Cunhal no Barreiro

«Candidato comunista quebrou a bipolarização»

(...) A candidatura do PCP, a candidatura de Jerónimo de Sousa, justifica-se por ela mesma e está a mostrar como era necessária e indispensável.

(...) A candidatura do PCP, de Jerónimo de Sousa, alcançou desde já 4 importantes resultados:

1º resultado. Na continuação da batalha que travámos nas eleições legislativas de 1 de Outubro, a candidatura do PCP, de Jerónimo de Sousa, quebrou o quadro de bipolarização que quiseram impor nas legislativas e que queriam agora não só impor mas institucionalizar nas presidenciais.

Como se só dois partidos (PS e PSD) tivessem o exclusivo e o monopólio da vida política nacional. Que não têm.

Como se os outros partidos, nomeadamente o PCP, partido dos trabalhadores, grande partido nacional, pudessem ser silenciados. Como se o que não conseguiu a ditadura fascista pudessem conseguir-lo conservadores e reaccionários no Portugal democrático instaurado com a Revolução de Abril.

Poderia por ventura o PCP ficar de fora nesta batalha eleitoral? Poderia o PCP pela sua ausência contribuir para que a bipolarização fosse reconhecida?

A candidatura do PCP, de Jerónimo de Sousa, quebrou o quadro da bipolarização e confirmou, pelo próprio facto de ser apresentada, e pelo andamento da pré-campanha, que o PCP, os comunistas portugueses, os portu-

gueses em geral, têm os mesmos direitos políticos que os dois partidos (PSD e PS) que pretendem monopolizar a vida política e as instituições.

2º resultado. A candidatura do PCP, de Jerónimo de Sousa, aparecendo no terreno a debater ideias, a avançar soluções, a apontar e demonstrar as consequências desastrosas da política de direita, está a mostrar que, para a solução dos graves problemas nacionais, a política de direita não serve, que existem soluções, existe uma política democrática que o PCP propõe ao país.

Não nos revemos na política do PSD, nem na política do PS.

Cavaco Silva é a direita derrotada e afastada do poder, responsável com o PSD pela desastrosa situação económica, social, política, cultural e de dependência externa que o país atravessa, a procurar recuperar o poder num órgão de soberania cimeiro.

Jorge Sampaio, que naturalmente não pomos no mesmo plano de Cavaco Silva, por seu lado, pela ligação da sua candidatura ao PS e por pontos de vista muito diferentes dos nossos em importantes questões não poderia ser o nosso candidato e muito menos a nossa voz.

Poderia por ventura o nosso Partido ficar de fora da batalha eleitoral, sem um candidato próprio, que mostrasse e provasse que há uma política diferente da do PSD e do PS?

A candidatura do PCP, de Jerónimo de Sousa, está levando ao eleitorado, ao povo português, a convicta e fundamentada mensagem do PCP: que há uma política diferente da política de direita, uma Nova Política, capaz de resolver os problemas nacionais, que é a política que o PCP propõe ao povo português.

E esta mensagem ficará para além das eleições presidenciais e mais largamente compreendida graças à nossa candidatura.

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa



3º resultado. A candidatura do PCP, de Jerónimo de Sousa, colocando no centro da sua intervenção o debate político e a reflexão sobre os grandes problemas nacionais, constitui uma contribuição necessária e indispensável para que não seja defraudada a vontade de mudança claramente expressa nas eleições legislativas de 1 de Outubro.

Sem qualquer dúvida as eleições de 1 de Outubro mostraram, por um lado, a condenação da política de direita do Governo de Cavaco e do PSD. E, por outro lado, uma profunda vontade de mudança, e isto significa, de uma política diferente e melhor, de uma viragem democrática na política nacional.

Poderia o PCP ficar de fora da batalha eleitoral, sem que esta questão de interesse central na conjuntura política presente, fosse levantada na própria batalha, com a voz própria do PCP, com uma candidatura do PCP?

A candidatura do PCP, de Jerónimo de Sousa, é uma valiosa contribuição para abrir a perspectiva, para lá das eleições presidenciais, do desenvolvimento da luta para que não continue uma política de direita e por uma real mudança da política nacional, que é o significado profundo da votação de 1 de Outubro.

4º resultado (e de importância central). A campanha do PCP, de Jerónimo de Sousa visa dar, está dando e dará, uma contribuição, que pode ser determinante, para confirmar nas eleições presidenciais a derrota sofrida por Cavaco Silva, pelo PSD e pela política de direita nas eleições de 1 de Outubro. Para impedir que Cavaco e o PSD instalados na Presidência da República levantem novos e iminentes perigos para a vida democrática nacional.

Este, camaradas, é um objectivo central e fundamental da candidatura do PCP, da candidatura de Jerónimo de Sousa, no terreno das eleições presidenciais.

Nem vale a pena dizer que ninguém pode acreditar e pensamos que o eleitorado não acreditará que Cavaco Silva, cuja política e postura autoritária, intolerante, antidemocrática, nos deram constantes exemplos ao longo de mais de dez anos, ninguém pode acreditar que, por artes mágicas, Cavaco se transformou subitamente no cidadão pacífico, tolerante, respeitador, um verdadeiro cordeirinho manso cujo papel anda agora a representar. Com dificuldade é certo. Porque volta e meia (e isso viu-se de novo ainda ontem no debate a três na televisão) estala o verniz e reaparece a verdadeira fisionomia do autoritarismo, arrogância, intolerância, violência e ódio de natureza reaccionária.

Dizendo por outras palavras:

Numa batalha política como esta talvez sejam desculpáveis retoques de estilo ou de cosmética. Mas se há quem se apresente ao eleitorado afevelando uma máscara, há que reclamar e exigir "abaixo a máscara"! E isso está a ser conseguido com a candidatura do PCP.

O nosso Partido não poderia deixar de dar a sua contribuição, está a dá-la e dará na altura própria para garantir a derrota de Cavaco e abrir assim perspectivas mais favoráveis ao ulterior reforço da democracia e da luta pela solução dos gravíssimos problemas económicos, sociais, políticos, culturais e de submissão nacional existentes.

A candidatura está a correr bem, e mesmo a surpreender quem não acreditava nela. Sente-se a satisfação no Partido e o crescente respeito geral, tirando algumas agressões de conhecidos caceteiros.

O camarada Jerónimo tem dito, e é verdade, que o ser operário não foi o determinante para lhe ser confiada a tarefa. E que há no Partido muitos outros camaradas de profissões e origem social diversa aos quais a tarefa poderia ter sido confiada.

É inteiramente verdade.

Mas creio, camaradas, que para um partido que é o partido da classe operária, dos trabalhadores, o PCP, é motivo de satisfação que não deixa de ter significado ser um operário o seu candidato à Presidência da República.(...)



No Faralhão

Já quase a terminar a sua intervenção no almoço-convívio realizado, no sábado, na Cooperativa de Habitação do Faralhão, Jerónimo de Sousa fez questão em realçar que um participante tinha entregue uma proposta de inscrição no Partido. «Fico satisfeito por saber que muita gente acredita em nós», disse o candidato comunista.

O almoço foi presidido por António Areias, presidente da Cooperativa de Habitação «Bem-Vinda a Liberdade», do Faralhão, e contou com a presença de 80 apoiantes. (Na foto, o momento da chegada de Jerónimo de Sousa, acompanhado de Manuel Véstias, da CT da Renault.)

Em Queluz

«Cavaco tem uma pedra no caminho»

Na sessão realizada, no domingo, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Queluz, Jerónimo de Sousa dirigiu fortes críticas ao candidato da direita recordando a recente participação televisiva de Cavaco Silva, durante a qual perdeu «a compostura "dialogante", conciliadora e cordata com que se quis apresentar nesta eleição, para se lançar num descabelado ataque contra a minha candidatura – a candidatura lançada pelo PCP», disse.

Mais adiante o candidato comunista não deixou de se interrogar:

«O que haverá na minha candidatura de especial para causar a Cavaco Silva tanto furor que lhe faz esquecer o novo papel que procura interpretar de serenidade,

simpatia, modéstia e paciência, que, numa operação de *marketing* político, tem procurado promover por este nosso país?

«Não é difícil compreender por que motivo a nossa candidatura enfurece o professor Cavaco Silva.

«Nesta eleição, Cavaco Silva só poderá vencer baralhando a fundo o eleitorado.

Para vencer, não basta a Cavaco Silva o eleitorado da direita, que saiu diminuído, dividido e desorientado das eleições de 1 de Outubro.

«Por isso Cavaco Silva se lançou numa desesperada caça ao voto por todo o país e por todas as formas, por isso se quer enfiar numa roupa que não é sua e em que fica acanhado, por isso anda no que podemos chamar uma grande operação de "vira-Cavaco".

«Mas há uma pedra no caminho desta marcha forçada de Cavaco Silva para os "50% mais 1", necessários à eleição do Presidente da República, essa pedra é o eleitorado que vota no PCP.

«Cavaco Silva também gostaria (e precisava) de quebrar essa pedra. O eleitorado do PCP tem desempenhado um papel decisivo nas eleições para a Presidência da República. E tem provado intervir, sempre, com um elevadíssimo grau de consciência política, no interesse da democracia. São exemplo disso a sua contribuição para a derrota de Soares Carneiro e Freitas do Amaral, candidatos da direita.

«Cavaco Silva teria a pretensão de que, desta vez, conseguiria baralhar, confundir, desorientar, uma parte desse eleitorado?

«Até parece que sim, ao vê-lo pavonear-se com a repetitiva afirmação de que "tem comunistas entre os seus apoiantes". Esquece que, tal como uma andorinha não

faz a primavera, também um cuco não lhe dá a maioria.

«A promover a minha candidatura, o PCP tornou claro, perante o seu eleitorado natural, que o objectivo fundamental, também nestas eleições, é vencer a direita, derrotando o seu candidato Cavaco Silva, mentor e primeiro responsável pela desastrosa política dos últimos 10 anos.

«Cavaco Silva não gostou. O problema é dele.

«O PCP representa o posicionamento, no plano político e nas estruturas e instituições democráticas, de um parte importante e fortemente interveniente do eleitorado português. O PCP tem obrigações perante esse eleitorado, que nele confia. Temos, designadamente, a obrigação de

darmos ao nosso eleitorado condições para uma intervenção mais informada e esclarecida nas questões da vida nacional, incluindo naturalmente, no plano eleitoral.

«Por isso, aqui estamos!»

As diferenças com Sampaio

«A candidatura de Jorge Sampaio merece também alguns comentários.

«Muitas vezes caracterizei Jorge Sampaio como um democrata. É claro que as suas posições relativamente ao texto constitucional e as garantias de respeito pelo seu articulado são bastante mais sérias que as hipocrisias de

Intervenção de Carlos Carvalhas

«Uma candidatura ao serviço da democracia»

Da intervenção proferida por Carlos Carvalhas, durante a sessão realizada, no passado domingo, nos Bombeiros Voluntários de Queluz, publicamos de seguida os extractos mais importantes

(...) Creio que é hoje ponto assente que a candidatura do camarada Jerónimo de Sousa, que a candidatura do nosso Partido, tem prestado um importante serviço à democracia, pela contribuição efectiva que tem dado ao debate das ideias, ao levantar dos problemas, ao desmascaramento da candidatura da direita, à afirmação e dignificação dos trabalhadores.

À fulanização, aos ataques pessoais, a candidatura de Jerónimo de Sousa tem contraposto argumentos, ideias e propostas políticas.

À arrogância tem contraposto a exigência democrática do debate pluralista.

Ao discurso vazio e redondo de outros candidatos tem contraposto com firmeza os factos, os problemas e as medidas concretas para os superar. Ao discurso intriguista da direita, velhaco e hipócrita, sobre o passado, a nossa candidatura tem contraposto o discurso voltado para o presente e para o futuro, para os problemas concretos, para a necessidade do aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural.

A candidatura de Jerónimo de Sousa tem dado voz aos desempregados, aos reformados, aos trabalhadores, aos pescadores e aos agricul-

tores, tem dignificado e valorizado quem trabalha e quem cria riqueza.

luta por objectivos concretos e imediatos constituem, nas presentes circunstâncias, uma direcção fundamental para se dar resposta aos problemas e dinamizar toda a acção cívica. A recuperação dos graves problemas económicos e sociais do país exige uma nova política.

E esta é a questão central que determina a situação contraditória em que se encontra o Governo do PS - por um lado, com uma base de apoio eleitoral que expressou uma grande vontade de mudança e, por outro, anunciando opções de fundo que representam aspectos essenciais da política levada a cabo pelo PSD.

Por isso, algumas propostas e medidas de fundo do Governo estão já a criar desilusões e desapontamentos, como foi o caso dos aumentos das reformas e pensões do regime geral, as propostas salariais para os trabalhadores da Administração Pública, ou a rectificação da escandalosa privatização da Petrolgal em que o erário público foi prejudicado em dezenas de milhões de contos.

Não se pode continuar com a política de concentração de riqueza, com a política do PSD e do CDS/PP, e pensar que se pode mascarar esta política injusta com uma postura dialogante, ou difundindo a ideia da resignação, do atentismo e do conformismo. Os trabalhadores e o povo reagirão, far-lhe-ão combate. E os acontecimentos em França deviam servir de advertência ao Governo PS. (...)

O resultado das eleições presidenciais não pode ser subestimado pelos democratas

O PSD perdeu as eleições em 1 de Outubro mas quer agora recuperar o poder pela via das eleições presidenciais.

É que a nossa Constituição não é neutra, nem o órgão Presidente da República é um órgão decorativo. O Presidente da República tem poderes e tem a sua disposição um texto constitucional progressista. Daí a importância das eleições presidenciais.

Nós inserimos a luta das presidenciais na luta mais vasta pela resolução dos problemas com que Portugal está confrontado, pelo bem-estar do povo, pela defesa da democracia e da independência nacional. E neste sentido temos também apresentado na Assembleia da República diversos projectos de lei dando cumprimento às nossas propostas eleitorais e tomado medidas e iniciativas que vão ao encontro das mais sentidas reivindicações e aspirações dos trabalhadores e da população em geral. Assim, a intervenção e a

Em Aveiro

«O ambiente é um problema político»

Quarta-feira da passada semana, Jerónimo de Sousa discursou em Aveiro, numa sessão-debate promovida pela DORAV do PCP. Na mesa estavam Fátima Guimarães, Francisco Paixão e António Salavessa, todos membros da Direcção da organização regional, e ainda Artur Ramísio, mandatário distrital da candidatura comunista. A iniciativa decorreu no salão cultural da Câmara Municipal, completamente cheio, seguindo-se, após as intervenções, um período de perguntas ao candidato, que, nas suas respostas, foi várias vezes interrompido por aplausos da assistência. A sessão terminaria num ambiente entusiástico, de apoio à candidatura do PCP.

Jerónimo de Sousa centrou o seu discurso, em Aveiro, no «direito que todos temos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado». Como disse, «a área do Ambiente não é uma preocupação nova para o PCP, representa uma área de intervenção, na Assembleia da República, nas Autarquias e no Parlamento Europeu e a razão é simples, são grandes problemas nacionais e regionais que, como tal, não nos são estranhos».

Mais adiante, o candidato considerou:

«Reina a maior descoordenação entre as políticas industrial, agrícola, de obras públicas, de ordenamento e ambiental.(...)»

«A liberalização do mercado lançando as empresas para uma competitividade sem critérios que não os da minimização de preços e maximização de lucros, acentua os efeitos poluentes e os riscos de degradações e catástrofes ambientais.(...)»

«A defesa dos valores ambientais obriga a humanidade, no seu conjunto e a protecção da natureza é uma necessidade social básica que exige um profundo acto de solidariedade.(...)»

«O controlo da poluição, o trabalho contra a desertificação são ainda incipientes, sendo o balanço francamente negativo. Apesar de alguns esforços sectoriais a degradação do meio natural agrava-se.

«A perspectiva economicista e monetarista que nos tem dominado deixa-nos preocupados porque esta visão anti-social dos problemas agrava os conflitos, despreza as consequências das acções actuais, a médio e longo prazo.

«A protecção e valorização do ambiente é uma tarefa que exige uma informação e debate aberto no seio das instituições, com uma forte participação das populações. A comunicação social deve ser motivada para criar uma opinião pública atenta e activa, capaz de sensibilizar as respectivas instâncias governamentais.

«A consciência ecuménica do desafio ambiental vem acentuar as relações entre as componentes locais e internacionais da política. Vivemos num mundo onde, cada vez mais integrado, as fronteiras se diluem. Esta realidade global acentua a exigência de respeito pelos direitos locais. As populações e instituições locais são importantes garan-

tias de defesa da qualidade do meio em que elas próprias vivem. Por isso, a política de ambiente deve desenvolver os centros locais de decisão e estreitar a capacidade de diálogo entre os Estados.

«A circulação de resíduos tóxicos, a segurança em indústrias de alto risco, nomeadamente as centrais nucleares, são problemas que devem ser estudados e resolvidos ao nível de uma estreita cooperação internacional. As alterações climáticas provocadas pela poluição, nomeadamente o efeito de estufa devido à poluição química da atmosfera, justificam programas de investigação.

«As assimetrias do desenvolvimento socioeconómico são uma das causas de abusos intoleráveis também em matéria de ambiente. As indústrias mais perigosas e mais poluentes tendem a explorar as fraquezas da legislação e a pobreza das populações instalando-se preferencialmente nas zonas economicamente deprimidas.

«Não se podem aceitar contradições entre políticas de ambiente e de desenvolvimento socioeconómico. Muitas indústrias poluentes apresentam a sua poluição como um preço a pagar para haver empregos. Reconheçamos que têm havido algumas incapacidades políticas para se evitar este perigoso dilema. Esta matéria requer uma reflexão com a participação dos sindicatos sobre os problemas do emprego e a defesa do ambiente.

«A agricultura tornou-se uma actividade de alto risco ecológico, na medida em que utiliza adubos químicos, herbicidas e pesticidas. A poluição dos solos, das toalhas freáticas, das fontes, dos rios, das albufeiras e dos oceanos tem uma origem de peso na agricultura. Propomos que se crie uma linha de investigação sobre esta matéria no senti-

do de se encontrarem formas de controlo do impacto ambiental da actividade agrícola. Atenda-se ainda ao efeito devastador dos pesticidas sobre a fauna selvagem. Relativamente à utilização de hormonas na criação de gado estaremos atentos para fazer valer as leis que impeçam estas e outras práticas nocivas à saúde pública.

«Portugal é um país marítimo, o que reforça o nosso interesse por uma política de defesa dos mares e oceanos. É importante que se aperfeiçoe a legislação e se aprofundem as convenções internacionais para a defesa dos patrimónios marítimos. É urgente que se passe dos acordos formais para formas de implementação de acções consequentes neste domínio. Impõe-se a aplicação de medidas de controlo mais eficientes por parte das autoridades nacionais e internacionais.

«Os problemas do ambiente ameaçam todas as classes sociais, todas pagam o preço da poluição e da degradação dos recursos naturais com riscos para a saúde. Porém, as actividades económicas que poluem o planeta de forma irresponsável dão lucros em benefício da especulação. Se os prejuízos afectam a todos, os lucros só beneficiam alguns e, neste caso, não poderá haver divisão justa das mais-valias, apenas é lícito reivindicar uma reformulação das actividades no sentido de respeitarem plenamente o interesse colectivo.

«Nós defendemos que a questão do ambiente envolve, por princípio, o desenvolvimento de cadeias de solidariedade que aproxima as pessoas. Em última instância a defesa do ambiente e a qualidade de vida são componentes necessárias para a paz e a harmonia entre os povos e devem constituir-se em direitos do Homem».

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

tos sociais e laborais dos portugueses.

«Não é aceitável um tratado e uma concepção de União Europeia que cria

um Banco Central Europeu não dependente de qualquer poder político, quanto mais dos poderes políticos dos Estados membros, ou seja, que coloca toda a vida económica na dependência do capital financeiro supranacional.

«É cada vez menos admissível, sob o ponto de vista dos interesses nacionais, a destruição do tecido produtivo, o sacrifício das políticas de crescimento e emprego, o afastamento crescente relativamente aos níveis de desenvolvimento do chamado "pelotão da frente",

o completo abandono da "Europa Social. Tudo isto em nome duma convergência nominal e de uma moeda única cada vez mais inatingíveis.

«É cada vez menos suportável uma Europa, cada vez mais a duas velocidades, mas cuja integração se projecta assumidamente mais federalista, dirigida por um directório de grandes potências e virada para a projecção de poder militar, cuja Política Externa e de Segurança Comum nos impõe solidariedade com a Alemanha no desmembramento da ex-Jugoslávia, mas não impõe à Espanha ou à Holanda a condenação da Indonésia relativamente a Timor. E que nos quer amarrar ao envio de tropas portuguesas para a Bósnia, de que já tive oportunidade de exprimir frontalmente a minha discordância.»

Em Coimbra «Um ovo no pior dos cestos»

Participando num jantar de apoiantes promovido, no passado sábado, em Coimbra, Jerónimo de Sousa observou que «à medida que vai avançando a campanha eleitoral vão-se esclarecendo certos aspectos das diversas candidaturas e vai-se clarificando o quadro destas eleições presidenciais, em que todos e cada um teremos de fazer opções que, em qualquer caso, irão condicionar o nosso futuro imediato e de médio prazo.

No discurso que dirigiu aos presentes, o candidato comunista chamou a atenção para os «esforços assinaláveis» que Cavaco Silva vem desenvolvendo «para atrair votos em todos os terrenos.»

«Tem uma mensagem para os indecisos e vai acenando com a teoria dos ovos e dos cestos, como se o voto em Cavaco não fosse sempre um ovo no pior dos cestos, o cabaz das mais desgraçadas políticas da direita.

«Tem um exército de argumentos alinhados para tentar recuperar os votantes que nas legislativas abandonaram o PSD e vai fazendo profissão de fé na "coabitação", jurando hipocritamente que será um presidente que garantirá a "estabilidade". Como se, nessas improváveis circunstâncias, tal não significasse a constante intromissão no sentido da continuação da política de direita, com a profunda instabilidade que elas provocariam na vida dos portugueses e na situação do país.

«Tem um aceno especial para o PSD, relativizando a derrota que lhe foi infligida em 1 de Outubro pelo povo português, brandindo novamente as estafadas ideias da propaganda cavaquista de 10 anos, sobre a "modernidade" e a "afirmação no mundo", e deixando antever nas entrelinhas a promessa de desforra eleitoral.

«E apresenta-se com os velhíssimos chavões do anticomunismo mais primário, com os quais pretende atingir não só os comunistas mas todos os democratas, numa atitude semelhante à que os portugueses bem conheceram durante quase meio século de ditadura.

«Mas o que, no cerne de todas estas mensagens distingue a candidatura de Cavaco Silva, é o seu projecto de direita, a sua desconformidade com o quadro e a letra da Constituição, a sua comprovada visão autoritária do regime democrático, o seu acérrimo neoliberalismo no que respeita à economia e à destruição das funções sociais do Estado, o seu projecto de elitização, mercantilização e instrumentalização da educação e da cultura.

«Não creio, por isso, que restem muitas dúvidas para a imprescindível necessidade do povo português derrotar Cavaco Silva, afastando o risco que representa para o nosso país a possibilidade de, a partir da Presidência da República, a direita se opor à vontade nacional de mudança e partir para recuperação do poder perdido em 1 de Outubro.»

Cavaco a este propósito. Mas isso não significa que algumas importantes posições da sua candidatura não sejam profundamente distintas e opostas aos pontos de vista de esquerda que a minha candidatura perflha.

«Por exemplo, relativamente ao processo de integração europeia não pode deixar de ser registado que apenas a minha candidatura, o PCP, ou os trabalhadores e suas Organizações Representativas, denunciem o modelo neoliberal que se sobrepõe à mais elementar racionalidade económica e à afirmação dos direi-

A fuga para a frente

Em Madrid, o primeiro-ministro afirmou: sob o «euro» construiremos a Europa. Nós, daqui, dizemos-lhe, senhor primeiro-ministro: sob o «euro» poderão construir a Europa do marco, a Europa alemã, a Europa das oligarquias e dos Rostchild, mas não a Europa da «coesão económica e social», a Europa da paz e da cooperação, a Europa de países soberanos e iguais em direitos.

Fazendo figura de sobrinho pobre em casa da tia rica, o primeiro-ministro diz-se muito satisfeito com a moeda única, muito boa para a panela de barro da economia portuguesa entrar em competição sem qualquer salvaguarda com a panela de ferro da economia dos países mais desenvolvidos. O desfecho é bem visível.

Por isso, não deixa de ser um exercício de hipocrisia política clamar por medidas contra o desemprego, quando as políticas liberais de Maastricht levarão ainda a maior desemprego na Europa e no nosso país...

Aliás, o ministro das Finanças alemão já disse que vai ser necessário um novo sistema monetário e medidas ainda mais restritivas, o que deve ser acompanhado, segundo a sua opinião, pelo aumento do peso institucional dos países mais poderosos, nomeadamente pelo alargamento do voto por maioria qualificada. É o «Directório das grandes

potências em marcha ditando as regras a toda a Europa». A esta construção nós dizemos NÃO!

(...)

Três direcções de intervenção

No imediato, a nossa intervenção deve dirigir-se para três objectivos fundamentais:

1) Tudo fazer para que a direita não venha a assenhoriar-se do órgão Presidência da República, mobilizando o eleitorado, combatendo a abstenção, fazendo pedagogia democrática.

2) Dar, com serenidade e determinação, prioridade à luta de massas e ao combate às propostas, orientações e medidas do Governo PS que, no essencial, continuam a política que foi derrotada nas urnas em 1 de Outubro, desmascarando as fórmulas «de herança difícil», «dos dias difíceis», que vão no sentido de difundir a resignação, o conformismo e o atentismo.

3) Conjugar a nossa intervenção política geral com a necessidade do reforço do nosso Partido, a sua estreita ligação aos trabalhadores e à sociedade, aproveitando, nomeadamente, os grandes marcos políticos de 1996: 75º aniversário, Congresso da JCP, Festa do «Avante!», Congresso do PCP. (...)

Em Algés

Inverter o crescimento desordenado

No Centro de Trabalho de Algés, onde Jerónimo de Sousa se deslocou no domingo para participar num almoço-convívio, o candidato presidencial abordou alguns dos graves problemas das áreas metropolitanas, em particular da de Lisboa, onde se concentram mais de 2,5 milhões de habitantes, ou seja um quarto da população em cerca de apenas três por cento do território nacional. Explicando as causas, Jerónimo de Sousa observou:

«Uma política, como a que foi conduzida ao longo de decénios, que conserva e acentua profundas assimetrias regionais teve, necessariamente, como um dos pólos, a desertificação do interior do País; e como outro, a acumulação de pessoas nas áreas metropolitanas, vivendo tantas vezes um quotidiano duro, com demoradas deslocações pendulares casa-trabalho, carências enormes no plano da habitação, fenómenos de marginalidade e exclusão social, antiga e nova pobreza. (...)

Ao mesmo tempo que se consolidavam desequilíbrios profundos no País, também se projectavam no interior da própria área metropolitana. Centenas de milhar de trabalhadores, em geral os que menos têm, foram expulsos para a periferia, cada vez para mais longe. Lisboa desertifica-se à noite.

«Mantém-se a anarquia do processo de crescimento. Mantém-se a especulação de terrenos e prédios. A degradação do tecido produtivo, com a liquidação de empresas determinantes na oferta de emprego e no tipo de produção, empresas que entram ou são conduzidas à rotura, sem alternativa.

«Não espanta que também por isso mesmo se formem bolsas de pobreza, a imprimirem ao quotidiano a marca vergonhosa da injustiça e marginalidade. (...)

«A criação das Áreas Metropolitanas constitui um passo significativo no quadro institucional português. (...)

«A influência do PCP e da CDU na Área Metropolitana de Lisboa não é nenhum mistério. A influência existe porque centenas de milhar de pessoas sabem e compreendem que, quando os problemas são graves e as consequências dramáticas, é no PCP que podem encontrar

apoio, trabalho, empenhamento total para lhes fazer face. Este empenhamento existiu, e a prova está à vista na importante obra realizada pelas autarquias que administramos na Área Metropolitana de Lisboa. De resto, para provar que a causa dos problemas está em décadas de ditadura e mais de uma década de política de direita, está o facto de eles existirem, com natureza diversificada, um pouco por todo o País, do interior ao Vale do Ave, da Área Metropolitana do Porto ao litoral algarvio e a todas as regiões sem excepção.

«Na Área Metropolitana de Lisboa continua a reflectir-se e a concentrar-se, entretanto, um vasto e diversificado conjunto de problemas. «A melhoria da qualidade de vida e a superação dos principais problemas exige uma política económica, financeira e social radicalmente diferente e que se invertam os factores que estiveram na sua origem, designadamente o crescimento desordenado do País, com a permanente litoralização da população. A ausência de regiões administrativas e o progressivo desinvestimento têm grande influência neste estado de coisas.

«Dar qualidade e funcionalidade à vida na Área Metropolitana impõe determinação política e a afectação de meios indispensáveis, exigindo-se o cumprimento da Lei Quadro que a rege. (...)

Pronunciamos-nos no sentido do prosseguimento do esforço das autarquias tendo em vista superar a estrutura radial da Área Metropolitana, dando lugar a uma nova organização da ocupação territorial assente na diversidade de núcleos e pólos urbanos. Este é um caminho para combater a tendência para a desertificação humana de Lisboa e guetização em gigantescos dormitórios na periferia, abrindo decididamente caminho para uma nova distribuição, harmoniosa e equilibrada, das funções trabalho-casa-lazer.

«Uma ajustada política metropolitana deve dar prioridade aos domínios do planeamento e ordenamento do território, do saneamento básico,

co, dos transportes e rede viária, da habitação e equipamentos, da qualidade do ambiente urbano e das zonas ribeirinhas, da segurança e tranquilidade das populações e da sua integração social e cultural. (...)

«Tal como sucede em quase todos os domínios, a Área Metropolitana de Lisboa apresenta situações que enfileiram no melhor que existe no País e outras em que estamos perante problemas dos mais graves.

«Se analisarmos os indicadores de saneamento básico, designadamente o abastecimento de água domiciliário ou a recolha de esgotos situamo-nos no topo da escala de cobertura de todo o País. Contudo, se analisarmos o domínio do tratamento de esgotos ou dos lixos, a situação é uma das piores.

«Os estuários do Tejo e do Sado são ainda os grandes espaços onde se descarregam os esgotos brutos, não tratados, provenientes da maioria dos núcleos urbanos e das actividades que se situam na zona.

«É evidente que a política de ambiente não está desligada das outras políticas e que sem uma mudança radical das políticas lesivas dos nossos interesses não será possível concretizar políticas integradas e fomentadoras de desenvolvimento e progresso na área do ambiente.

«Contudo, é bom ter em conta que muito do essencial do que há a fazer passa ou pode passar pela intervenção dos municípios da Área Metropolitana. A experiência demonstra que existem boas capacidades.

«É curioso verificar que sendo uma região densamente povoada é simultaneamente a que tem maior extensão de território integrado em áreas protegidas: inclui a Reserva Natural do Estuário do Tejo, a do Estuário do Sado, existe protecção à área da Arrábida, à Arriba Fóssil da Caparica, à área de paisagem protegida de Sintra/Cascais e ao espaço florestal de Monsanto. (...)

«Nas condições concretas de trabalho nas Áreas Metropolitanas procuramos dar conteúdo ao direito à participação das directamente interessadas, quer por via institucional, quer por via do convite directo às associações sindicais e patronais, às comunidades culturais e científicas e às restantes associações e organizações da população promovendo realizações abertas à participação de todos. (...)

«É de acordo com esta concepção e objectivos que a minha candidatura prosseguirá a sua intervenção e actividade.

Mandatário nacional de Jerónimo de Sousa condena discriminação na SIC

Aurélio Santos, mandatário nacional da candidatura presidencial de Jerónimo de Sousa, deu, na passada terça-feira, uma conferência de imprensa, manifestando o seu protesto contra a atitude discriminatória da SIC, ao não transmitir qualquer notícia sobre as actividades de Jerónimo de Sousa e ao excluí-lo do debate que se realizará hoje entre Jorge Sampaio e Cavaco Silva.

A declaração apresentada no encontro com os jornalistas, no qual foi notória a ausência do citado canal de televisão, faz ainda referência a indicações emitidas pela Alta Autoridade para a Comunicação Social e a um ofício da Comissão Nacional de Eleições, no sentido de ser garantido o pluralismo naquela estação. Segue-se o texto da declaração.

1. A SIC anuncia, para quinta-feira dia 21, a realização de um debate apenas entre duas das candidaturas que se apresentam à eleição para Presidente da República.

O carácter discriminatório que essa iniciativa da SIC comporta merece um firme protesto e uma activa denúncia, por parte da candidatura de Jerónimo de Sousa.

Trata-se, uma vez mais, por parte da SIC, de uma grave e inaceitável ofensa aos princípios de equidade e pluralismo que deve presidir aos órgãos de informação que fazem cobertura de actos eleitorais.

Para além dos princípios constitucionais no que respeita ao direito à informação é a própria Lei Eleitoral em vigor que expressamente o estabelece, ao prescrever que os órgãos de informação «deverão dar um tratamento jornalístico não discriminatório às diversas candidaturas» (Artº 54).

2. Este procedimento da SIC é tanto mais inadmissível quanto contraria as indicações expressas emitidas pela Alta Autoridade para a Comunicação Social relativa à cobertura informativa de pré-campanhas eleitorais que constam da sua circular do passado dia 29 de Novembro. Nela é chamada a atenção dos órgãos de informação para o papel fundamental que desempenham «na criação das condições de democraticidade de qualquer acto eleitoral», alertando nesse contexto para que «na cobertura das actividades de pré-campanha os órgãos de comunicação social, em observância dos princípios do rigor e da isenção, deverão assegurar uma tendencial igualdade de tratamento de todas as candidaturas, que contemple a diversidade das propostas e garanta o equilíbrio e a equidade na informação que sobre elas se produzam».

A Alta Autoridade para a Comunicação Social observa ainda que «também os projectos jornalísticos que cada órgão entenda desenvolver em período de pré-campanha eleitoral (...) deverão efectivar-se tendo presente a igual dignidade das diferentes candidaturas e a necessidade de impedir que deles decorram situações discriminatórias, lesivas do interesse público e do direito à informação».

3. Também a Comissão Nacional de Eleições em ofício hoje enviado à SIC, sobre o anunciado debate do próximo dia 21 afirma: «estando já devidamente formalizadas quatro candidaturas, às quais devem ser dadas iguais possibilidades de acesso e de participação junto dos meios de comunicação social, princípios que, aliás, decorrem quer do texto constitucional quer da própria lei eleitoral, a Comissão vem recomendar a essa estação de televisão que assegure o necessário pluralismo e confronto de opinião entre aqueles que se perfilam à mais alta magistratura da Nação».

4. Nesta campanha eleitoral para a Presidência da República, no que se refere à candidatura de Jerónimo de Sousa, consideramos que ela tem tido um tratamento de um modo geral correcto e não discriminatório por parte da generalidade da Comunicação Social.

A SIC constituiu, neste quadro geral, uma ostensiva excepção, que muito lamentamos.

Para além da grave discriminação praticada em relação ao debate da próxima quinta-feira, a SIC tem mantido, desde a apresentação e formalização da candidatura de Jerónimo de Sousa um ostensivo e sistemático boicote informativo a todas as iniciativas - mais de sete dezenas - com a participação do candidato, ao mesmo tempo que tem dado cobertura e tratamento, nos seus noticiários, às iniciativas de outros dois candidatos.

Importa trazer a público que logo que a candidatura de Jerónimo de Sousa foi registada no Tribunal Constitucional, tomei a iniciativa, na minha qualidade de Mandatário Nacional, de entrar em contacto com os principais órgãos de comunicação audiovisual, para propor uma troca de informações que considerava mutuamente vantajosa, quanto às eleições presidenciais e condições da sua cobertura informativa.

Essa proposta foi positivamente respondida por todos os órgãos de informação a quem me dirigi, com uma única excepção: a SIC.

Até esta data, passado cerca de um mês, ninguém na Direcção de Informação da SIC, e apesar de várias insistências feitas, teve alguns minutos disponíveis para a concretização de tal encontro, o que não deixa de ser esclarecedor de carências éticas elementares.

Nestas lamentáveis circunstâncias não nos resta senão tirar a conclusão de que estamos perante uma atitude deliberada. Que, além de ilegal e atentória de elementares direitos democráticos, revela uma inqualificável postura política e deontológica por parte de uma entidade que não pode pretender colocar-se acima da legalidade democrática e eludir as suas obrigações no que respeita à isenção e ao pluralismo informativos.

Ao silenciar e ocultar a participação de Jerónimo de Sousa no debate eleitoral, a SIC não só não respeita os legítimos direitos da candidatura, como não respeita os seus deveres de órgão de informação para com o público que constitui a sua audiência, levando a cabo, objectivamente, uma forma de censura.

5. Numa atitude de última hora, a SIC endereçou um convite ao candidato Jerónimo de Sousa para uma curta entrevista no Jornal da Noite de quarta-feira, véspera do debate de que pretende discriminá-lo.

Trata-se de uma manobra grosseira que não disfarça o propósito de iludir o público da emissora em relação aos «critérios informativos» de que são vítima os telespectadores dessa emissora, e com a qual, obviamente, o candidato não se dispõe a pactuar.

A SIC é um órgão de informação com grande audiência, o que lhe dá particulares responsabilidades no quadro da Comunicação Social do país. Por isso mesmo não pode furtar-se a um comportamento informativo que de acordo com essas responsabilidades preste uma informação pluralista e isenta, em conformidade aliás com o projecto editorial com que se apresentou ao país.

O acatamento, por parte da SIC, das indicações da Alta Autoridade para a Comunicação Social sobre a cobertura informativa de pré-campanhas e da posição hoje emitida pela Comissão Nacional de Eleições sobre o debate de quinta-feira, nomeadamente através da abertura desse debate a todos os candidatos formalizados no Tribunal Constitucional, constitui uma incontornável exigência democrática que a candidatura de Jerónimo de Sousa formula. Exigência que prosseguirá por todos os meios constitucionais e legais que se encontram ao seu alcance.



Aurélio Santos na conferência de imprensa realizada na passada terça-feira

6. Uma das mais importantes conquistas alcançadas com o 25 de Abril e com o estabelecimento do regime democrático foi o direito à informação.

Esse direito tem duas vertentes: o direito de informar e o direito de ser informado.

Para o exercício do direito de ser informado, têm os órgãos de comunicação social, particularmente os de maior audiência, o dever de informar, ou, como diz o Código Deontológico dos Jornalistas, o dever de «relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade».

Mais ainda: se os meios de comunicação social pretendem ser um moderno fórum dos cidadãos, isso impõe-lhes também regras quanto à forma como eles constroem a imagem da realidade social.

Isso implica, designadamente, uma correcta acção mediadora entre os agentes políticos e a sociedade, que é gravemente posta em causa se, na própria fixação da agenda noticiosa, é feita uma filtragem que impede a chegada ao público de questões que directamente interessam à formação da sua opinião.

A candidatura de Jerónimo de Sousa é uma candidatura apoiada pelo PCP, e representa, para além dos mais de dez mil cidadãos que a propuseram, uma importante corrente política com significativo peso no plano nacional.

Com toda a legitimidade e com grande dignidade, a candidatura de Jerónimo de Sousa tem trazido para o debate eleitoral os pontos de vista e opiniões que representam essa importante corrente política.

Ao fazê-lo, não só exerce um direito irrecusável de participação democrática, como dá uma contribuição positiva e válida para a valorização do debate democrático e da formação de opinião de todos os cidadãos eleitores.

Vamos continuar a actuar nesse sentido, de acordo com as razões e os objectivos políticos que a candidatura apresentou ao povo português.

Nas Áreas Metropolitanas

PCP quer abolição de portagens

Uma nota do gabinete de imprensa, divulgada na passada segunda-feira, defende a abolição das portagens nas Áreas Metropolitanas, em especial na Ponte 25 de Abril.

1. A abolição das portagens na CREL, em Ermesinde e Gaia, ontem decidida, pelo Governo dão parcialmente expressão ao movimento de protesto e de luta que as populações das Áreas Metropolitanas vêm de há muito desenvolvendo com vista à despenalização tarifária de troços utilizados para deslocações predominantemente urbanas e suburbanas.

2. Entretanto, o anúncio da abolição destas portagens coloca uma vez mais na ordem do dia a satisfação de outras antigas e legítimas reclamações da população das regiões de Lisboa e Porto.

3. Pelo seu significado, avulta neste quadro a inquestionável e chocante persistência em manter a Ponte 25 de Abril sujeita a regime de portagem. A travessia diária da Ponte 25 de Abril, por milhares e milhares de pessoas, sem que de outras alternativas eficazes disponham, demonstra que a sua utilização é uma necessidade imprescindível à circulação rodoviária na Área Metropolitana de Lisboa.

De há muito que a manutenção da portagem na Ponte 25 de

Abril se não justifica. Os objectivos da exploração da Ponte 25 de Abril em regime de portagem, e que consistiam na amortização dos custos da sua construção, há muito que foram alcançados. A Ponte está paga e há muito. Nada justifica que agora se pretenda manter e prolongar o seu pagamento como forma de fazer pagar à população e aos utentes a construção de uma nova travessia sobre o Tejo.

4. A persistência do Governo em manter, a pretexto de decisões anteriores, a portagem na Ponte 25 de Abril, constitui a manutenção da penalização de dezenas de milhares de utentes obrigados a atravessar a ponte na sua deslocação diária para o trabalho e o manifesto desrespeito pelos direitos da popula-

ção da Margem Sul, uma vez mais tratados como se fossem "cidadãos de segunda".

5. O PCP chama atenção para manobras, como as do anunciado não aumento em Janeiro, que visam desviar a atenção e preparar a opinião pública para justificar a sobrevivência destas portagens.

6. Reiterando posições anteriormente assumidas, o PCP pronuncia-se uma vez mais pela necessidade de se proceder (a exemplo do que sucede em boa parte dos países da Europa) à abolição das portagens nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto existentes nos troços predominantemente utilizados para deslocações entre casa e o trabalho com justo destaque para a da Ponte 25 de Abril.

ACIDENTES DE TRABALHO

O distrito de Aveiro ocupa o terceiro lugar em acidentes de trabalho, logo a seguir ao Porto e a Lisboa, revela um comunicado da União dos Sindicatos de Aveiro, citando as estatísticas referentes ao ano de 1994. De acordo com os dados divulgados a semana passada, o distrito registou 25.087 acidentes de trabalho (10,7 por cento), dos quais 23 foram mortais. Os sectores que mais contribuíram para aquele resultado foram o da Indústria Transformadora (42,5 por cento), seguida da Fabricação de Máquinas, Equipamento e Material de Transporte (25 por cento), e da Construção e Obras Públicas (11,5 por cento).

De salientar que cerca de 30 por cento dos acidentes respeitam ao escalão etário com 24 anos ou menos, facto que segundo a União dos Sindicatos "não pode deixar de se relacionar com a falta de formação profissional e com a crescente precariedade e insegurança no trabalho", e que reforça a necessidade de fazer cumprir a legislação sobre a segurança no trabalho.

EXPECTATIVA NA CRISTALARIA

O secretário de Estado da Indústria garantiu que o Estado assumirá as suas responsabilidades na viabilização da Manuel Pereira Roldão, informaram a semana passada em comunicado conjunto as direcções do Sindicato Vidreiro e do Comércio e Escritórios do distrito de Leiria. Segundo o documento, a reunião de dia 12 entre os representantes dos trabalhadores e o secretário de Estado serviu para os primeiros apresentarem as suas preocupações face à evolução do processo de reestruturação em curso no sector, nomeadamente no respeitante "à garantia de implementação de medidas de salvaguarda dos direitos sociais dos trabalhadores e do futuro de todas as empresas e da intervenção dos sindicatos neste processo". Por outro lado, os sindicatos salientaram a necessidade de serem "implementadas medidas urgentes de apoio à Manuel Pereira Roldão, tendo em vista garantir a sua sobrevivência até à Assembleia de Credores, bem como a necessidade de garantir que o Estado, principal credor da empresa, assumira um posicionamento conducente à sua viabilização". Estas posições encontraram receptividade por parte do representante do Governo.

O comunicado manifesta a esperança de que "as expectativas agora criadas se concretizem".

SOLIDARIEDADE

A Comissão Executiva da CGTP-IN está solidária com os bancários na sua luta pelo aumento real dos salários, a salvaguarda dos direitos e o respeito pela sua dignidade como trabalhadores. Em comunicado datado de dia 13, a CGTP-IN considera que a posição intransigente do patronato constitui "um remar contra o sentido da mudança verificada no dia 1 de Outubro, com a agravante de se tratar de um sector altamente lucrativo, virado para a opção financeira e especulativa em detrimento da actividade produtiva". Por isso a central sindical considera justo que os sindicatos e os trabalhadores bancários tenham decidido "fazer frente a um comportamento que comporta uma ambição sem limites", e defende que "o aumento real dos trabalhadores bancários tem que ser garantido".

ABOLIÇÃO DAS PORTAGENS

A União de Sindicatos de Lisboa (USL) quer a abolição das portagens da zona de Lisboa, incluindo a da Ponte 25 de Abril, da AE até Vila Franca de Xira e da AE de Cascais, que considera "vias de circulação vitais para a vida dos trabalhadores em geral", bem como para toda a vida económica da região, onde são por de mais conhecidas as graves carências em termos de transportes públicos. Considerando que a manutenção das portagens constitui um obstáculo à livre circulação e ao desenvolvimento regional, a USL alerta para o facto de a JAE continuar a enviar avisos para o pagamento de pesadas multas relativas às acções populares de contestação na Ponte 25 de Abril, e requer "a imediata anulação dessas multas e encerramento dos processos", única atitude coerente com "o que o PS, agora no Governo, então disse, das responsabilidades das acções ser da falta de diálogo governamental".

PORTUCEL EM LUTA

Os trabalhadores da Portucel fazem greve de uma hora, nos dias 22 e 29, pela redução e uniformização do horário de trabalho na empresa. Esta forma de luta, iniciada no passado dia 15, envolve os trabalhadores que praticam 40 horas semanais, que pretendem acabar com o sistema de horários diferenciados (na Portucel praticam-se horários de 37,5 horas, 39 horas e 40 horas semanais). A reivindicação, sistematicamente apresentada à Administração da Portucel-Viana, tem sido sempre recusada e voltou a não obter resposta positiva na revisão do Acordo de Empresa.

MINISTRA RECEBE ENFERMEIROS

A Comissão Negociadora Sindical dos Enfermeiros reuniu com a ministra da Saúde, a quem apresentou as matérias cuja discussão exige, por parte do Ministério, imediata tomada de posição. Entre outras, salienta as questões relacionadas com o Ensino/Docentes de Enfermagem; Hospital Amadora/Sintra; Hospital Conde Ferreira; Regulamentação do Exercício Profissional e Ordem dos Enfermeiros. A CNESE informa que a ministra manifestou disponibilidade para procurar soluções para as referidas matérias, tendo-se comprometido, por outro lado, a inteirar-se das restantes apresentadas e garantido criar espaços para a sua discussão e resolução.

Construção civil Ano de ouro propostas de miséria

As Associações patronais do sector da construção civil e obras públicas (AECOPS e ANEOP) anunciaram recentemente que o ano de 1995 já é considerado o "ano de ouro" para as obras públicas, tendo atingido em finais de Outubro um volume em obras superior a 400 milhões de contos, ultrapassando o valor anual mais alto dos últimos 22 anos. Acresce que as adjudicações feitas até final de Outubro atingiram os 187 milhões de contos, o que supera o anterior máximo anual verificado em 1994.

Seria de esperar que perante tal situação estivessem facilitadas as negociações para a revisão do contrato colectivo de tra-

balho no sector, mas não é verdade. Segundo um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do distrito de Lisboa, a contraproposta do patronato para 1996 "persiste em manter uma postura negocial deliberadamente agressiva e desenquadrada da realidade socioeconómica do sector".

A contraproposta, que o Sindicato classifica de "miserabilística" e "provocante", prevê aumentos salariais de 2 por cento para 1996, a flexibilização do horário de trabalho semanal até 50 horas, o alargamento do período experimental, e não apresenta quaisquer valores para o subsídio de refeição.

A proposta sindical é bem distinta: horário de trabalho semanal de 40 horas e de 35 para os trabalhos de alto risco ou penosos, subsídio de refeição de 900\$00 diários, e aumentos salariais de 10 por cento.

O abismo que separa as duas posições faz antever, como refere a estrutura sindical, que o processo negocial não vai ser fácil.

Entretanto, na Madeira, foi já assinado, entre a Associação da Indústria de Construção (ASSICOM) e o Sindicato Livre dos Operários de Construção Civil, o Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) para 1996, que estabelece aumentos salariais de seis por cento e de

14 por cento para o subsídio de refeição.

Estes valores entram em vigor no dia 1 de Janeiro de 1996.

A questão das 40 horas semanais de trabalho não foi ainda acolhida neste CCT, mas segundo fontes citadas pela Lusa os empresários do sector estão dispostos a aceitar aquela cláusula logo que seja legislado.

O sector da construção civil emprega na Madeira cerca de 30 mil pessoas (directa e indirectamente) e o Orçamento Regional para 1996 contempla para as obras públicas a verba de 50 milhões de contos, sem contar com os investimentos do sector privado.



Rodoviária do Tejo De cavalo para burro

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos vem, numa nota à imprensa, denunciar a situação provocada em numerosas freguesias do país, especialmente as do interior, pela supressão das carreiras diárias pela Rodoviária do Tejo, pertencente actualmente ao grupo Barraqueiro.

Como reacção a esta situação e vendo-se atingida no seu direito de transporte, a população de Pêro Moniz, no Cadaval, insurgiu-se e a Junta de Freguesia aprovou uma moção, repudiando a decisão e exigindo a tomada de medidas que salvaguardem as necessidades e interesses dos populares.

Manifestando a sua solidariedade, a FESTRU disponibilizou-se para apoiar as posições que a Junta de Freguesia vier a assumir que se oponham «à política comercial da empresa que esquece a função social do transporte público de passageiros» e convida as populações de outras localidades vítimas desta política a procederem de maneira semelhante.

«Estamos convictos que as populações afectadas por tais planos, engendrados no silêncio dos gabinetes por tecnocratas desconhecedores do mundo real onde vivem e labutam as pessoas, saberão encontrar a devida resposta a tais pretensões e remeter esses planos para o sítio a que pertencem: o caixote do lixo», afirma.

Segundo os sindicalistas, esta situação é uma das consequências da cisão da Rodoviária Nacional, que, ao mesmo tempo, provoca o estrangulamento dos direitos laborais dos trabalhadores e, no plano dos utentes, a degradação da qualidade dos serviços, a diminuição do número das carreiras e o aumento do preço dos bilhetes. «Na sequência desta política, vastas regiões da Beira Interior, de Trás-os-Montes e do Alentejo encontram-se hoje privadas de transporte público regular, com a supressão pura e simples de carreiras e a rarefacção da frequência de outras, numa atitude de claro desprezo pela condição de interioridade de muitas comunidades», considera a FESTRU.

E vão oito!

Que a Justiça é lenta, já todos sabemos, mas nunca é de mais chamar a atenção para os casos cuja morosidade ultrapassam todos os limites, pondo em causa toda e qualquer confiança no Estado de direito.

O (lamentável) exemplo vem do Porto, onde o julgamento de sete indivíduos acusados de agressões físicas a dirigentes sindicais numa empresa de calçado de S. João da Madeira foi adiado na segunda-feira, pela oitava vez, para 11 de Julho de 1996.

O oitavo adiamento da audiência inaugural do julgamento foi motivado, como os anteriores, pela ausência de arguidos.

Os factos em juízo ocorreram há mais de quatro anos, a 17 de Julho de 1991, quando o grupo de alegados "seguranças" e agora arguidos agrediram dirigentes do Sindicato dos Operários da Indústria de Calçado dos distritos de Aveiro e Coimbra, bem como trabalhadores da empresa "SIACO".

A acusação refere que os "seguranças" foram contratados pelo sócio-gerente da empresa "SIACO", Américo Lima, que é também arguido no processo, para tentar evitar os resultados de uma greve.

O expediente para protelar o julgamento não é original: os arguidos vão faltando à vez e o Tribunal vai adiando as sessões. Por falta de alternativas? Por desinteresse? Porque os lesados são trabalhadores?

No caso vertente, e a não se registarem novos adiamentos, o processo vai em cinco anos. É caso para dizer que a paciência tem limites.

Renault Debate Nacional em Janeiro

Um debate nacional sobre a Renault está agendado para Janeiro do próximo ano, com o objectivo de desencadear as acções de luta que se mostrem convenientes, em função das respostas que até então forem dadas pela administração e pelo Governo português face à situação da empresa. Esta foi uma das decisões tomadas pelos Órgãos Representativos dos Trabalhadores da Renault e pela Federação dos Sindicatos Metalúrgicos num encontro realizado em Lisboa, na passada semana, para analisar a situação sociolaboral da empresa.

Os participantes na reunião deslocaram-se ainda à embaixada francesa com vista a transmitir as posições e reclamações dos trabalhadores, expressas na «Carta Aberta» entregue na ocasião. O embaixador comprometeu-se a desenvolver acções junto ao seu Governo, na qualidade de accionista maioritário da Renault, numa tentativa de encontrar a solução para o conflito.

A política salarial que «a administração, unilateral e prepotentemente, pretende pôr em prática a partir de 1996», foi também tratada no encontro, tendo os sindicalistas considerado que esta viola ilegalmente o estipulado na contratação colectiva.

Professores

31 000 assinaturas
contra a candidatura

Numa acção inédita no movimento sindical, a FENPROF recolheu, em pouco mais de uma semana, 31 000 assinaturas de professores de todos os graus de ensino subscrevendo o repúdio pela atitude ministerial quanto à "candidatura" ao 8º escalão da carreira docente, atitude essa que, segundo a Federação "objectivamente significa o não cumprimento das promessas eleitorais sobre esta questão".

As assinaturas recolhidas foram já entregues na 5 de Outubro por uma delegação de dirigentes dos sindicatos da FENPROF, que se propõe continuar com a iniciativa do Abaixo-assinado, confiante de que "obrigará o Ministério da Educação não só a reconhecer a justeza da posição dos professores, mas também a agir de acordo com a reivindicação" de acabar com aquela candidatura.

Em comunicado entretanto distribuído a FENPROF recorda que a abolição da candidatura ao 8º escalão é, para os professores, uma questão de coerência, já que "sempre a condenaram, sempre a consideraram inútil, sempre a consideraram um absurdo na lógica da sua profissão".

Incoerente é a posição de um Governo que ora diz concordar com a posição dos professores ora parece querer prolongar indefinidamente a lógica de governos anteriores - afirma o comunicado, sublinhando que as apreensões da FENPROF se confirmaram no breve encontro com Duarte Silva, assessor do Ministro da Educação e membro da Comissão Negociadora, ao receber a delegação que fez entrega das 31 000 assinaturas de protesto.

Bancários

Listas Unitárias propõem
seis por cento de aumentos

«Os banqueiros e os seus representantes têm demonstrado claramente que não conhecem a palavra diálogo e que são inimigos da justiça social, fazendo uso do seu poder económico e político para atropelar sistematicamente os direitos de quem trabalha para o crescimento e a boa imagem dos bancos. Perante isto, não há que ter complacência. Se não queremos continuar a perder a própria dignidade é preciso alargar e tornar eficaz o protesto e a luta, pois os bancários não são a árvore das patacas dos banqueiros.»

É com estas palavras que as Listas Unitárias do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas iniciam o seu último comunicado

sobre a tabela salarial para 1996 e a intransigência do patronato que se tem vindo a registar nas negociações.

Defendendo um aumento salarial de seis por cento, as Listas Unitárias mantêm-se em desacordo com as direcções dos sindicatos que, na última sessão de negociações, puseram na mesa outras propostas mais baixas, «numa atitude desesperada de chegarem a um "acordo de princípio"».

Apontam como razões desta proposta, o valor da inflação, a perda do poder de compra, os ganhos da produtividade e a aproximação aos salários da média comunitária. «O desequilíbrio cada vez mais pronuncia-

do a favor do patronato na repartição do rendimento e dos lucros fabulosos da banca é outra razão para não prescindirmos dos seis por cento.»

Neste contexto e tendo em conta o processo de conciliação, os bancários consideram que é necessário reclamar uma intervenção mais activa e a responsabilização do Governo, visto a banca ter uma fatia importante de capital público, bem como a realização de uma grande reunião dos trabalhadores, na área do sindicato.

Depois de baixarem a proposta inicial de 8,6 por cento, de promoverem um abaixo-assinado de protesto e da intervenção do Ministério da Qualificação e

Negociação séria
para mudar
a Administração Pública

"A abertura de um amplo e sério processo negocial que vise proceder a uma efectiva mudança na Administração Pública" é reclamada pela Frente Comum de Sindicatos do sector, na contraproposta entregue ao Governo há uma semana.

A Frente Comum, que integra 31 organizações sindicais, aprovou as "Bases Reivindicativas para uma Plataforma Comum", cujos eixos prioritários passam pela defesa, melhoria e democratização dos serviços públicos; o reforço da negociação colectiva e da participação dos trabalhadores na fixação das suas condições de trabalho; a estabilização do emprego público; e a dignificação do estatuto socioprofissional dos trabalhadores.

Em conferência de imprensa efectuada a semana passada, a Frente Comum informou que as suas posições resultam da "análise aprofundada da situação da Administração Pública e das condições de vida e de exercício profissional dos seus trabalhadores" (entregue em Julho último em primeira mão ao então secretário-geral do PS e actual Primeiro-Ministro), de que resultou a conclusão ser "do interesse vital dos cidadãos utentes e dos trabalhadores da Administração Pública que a próxima legislatura fique marca-

da por uma profunda alteração na atitude e no comportamento governamental para com os serviços públicos, os seus profissionais e os seus Sindicatos".

Neste âmbito, a Frente Comum considera indispensável, de imediato, a revogação da lei dos disponíveis e regularização das situações de vínculos precários; a integração nos vencimentos do adicional de 2 por cento; a revisão de medidas aprovadas pelo Governo anterior sobre aposentação e férias, faltas e licenças; e garantias inequívocas de disponibilidade para negociar a reestruturação das carreiras.

Por outro lado, tendo em conta o Programa Eleitoral do PS e o Programa do Governo, a Frente Comum incluiu nas suas Bases Reivindicativas e colocou à cabeça das suas exigências "a garantia de condições para uma negociação séria, participada e com êxito", considerando fundamental a conclusão de um "acordo prévio sobre o método negocial", de forma a acautelar os conteúdos a negociar e os respectivos calendários.

Emprego no fim de Novembro, através de um processo de tentativa de conciliação que, no entanto, saiu frustrada, os sindicalistas participaram numa acção de protesto no passado dia 13 junto à Associação Portuguesa de Bancos.

«Os banqueiros têm de aceitar este aumento, pois os bancários não tiveram nenhuma reclassificação profissional séria, após mais de uma década de profundas alterações na Banca e têm suportado, até nos seus salários, o aumento das provisões e custos com a segurança social, designadamente com a massificação das reformas antecipadas», defendem as Listas Unitárias.



NACIONAL

Apoio à LACTOGAL

A Associação dos Agricultores do Porto - APA, filiada na CNA, considera positiva a criação da LACTOGAL (fusão entre as cooperativas leiteiras Agros - Proleite - Lacticoop), «por ver aqui um grande reforço do movimento cooperativo, que serve os interesses dos agricultores, da região e do País». Quanto às recentes posições vindas a público por parte da LEICAR-CAP-PARMALAT insurgindo-se contra a LACTOGAL, a APA considera que «estas reflectem essencialmente a angústia de quem vê o tiro sair-lhe pela culatra e a falta de resposta ao crescente descontentamento dos agricultores que vendem o leite à multinacional italiana».

Ao apoiar a LACTOGAL, a APA reclama simultaneamente a valorização do preço do leite no produtor e maior apoio aos agricultores.

Protestos nos SMAS de Gaia

A Comissão Sindical dos SMAS de Vila Nova de Gaia emitiu um protesto contra a não inclusão da comissão sindical na CPCO (Comissão de Planeamento, Coordenação e Organização) que reuniu de 6 a 13 de Julho passado e que «recomendou ao Conselho de Administração matérias que são de todo desconhecidas da maioria esmagadora dos trabalhadores dos SMAS». O protesto aponta também «a não inclusão dum membro do Conselho de Administração na mesma CPCO, como aconteceu no passado, e ainda pela não afixação pública das recomendações que tal estrutura delibera apresentar para posterior deferimento em sede de Conselho de Administração», exigindo-lhe «inverter este ciclo de lapsos que se confundem com irregularidades».

Guilherme Cossoul
com novos projectos

A Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, em Lisboa, vai pôr em funcionamento em Janeiro próximo um conjunto de actividades e ateli-

ers que apontam para «novas abordagens nas áreas da dança, da formação musical e da educação ambiental», estando já a desenvolver-se contactos com as escolas e as Juntas de Freguesia dos bairros mais próximos, procurando envolvê-los na promoção destes novos projectos junto das populações infantis e juvenis. As inscrições podem ser feitas durante o mês de Dezembro, em todos os dias úteis.

Medidas especiais para Guimarães

A CDU apresentou na Assembleia Municipal de Guimarães um requerimento para que se recomende ao Governo que «à falta de melhores e mais concretas medidas especiais de protecção aos trabalhadores dos sectores têxtil e vestuário da região, sejam prorrogadas as actuais medidas especiais de protecção e que caducam a 31 do corrente mês de Dezembro». O requerimento defende também que «a região seja considerada prioritária na aplicação do rendimento mínimo garantido, prometido pelo Governo, aguardando aprovação na Assembleia da República» e ainda que «sejam tomadas medidas concretas de defesa e promoção do emprego na região».

Solidariedade em Braga
contra posto de combustível

Solidária com os protestos populares contra a construção de um posto de combustível em Real, Braga, na proximidade de várias escolas, a CDU apresentou um requerimento na Assembleia Municipal de Braga solicitando esclarecimentos ao presidente da Câmara «no sentido de esclarecer quais os passos do processo em que a Câmara foi envolvida e como procedeu para formar as decisões da sua competência». «Designadamente», pergunta o requerimento da CDU, «teve a CMB alguma intervenção no sentido de aconselhar outras alternativas à empresa interessada? Que pareceres enviou para as entidades competentes no sentido de estas fundamentarem a sua decisão final e que seguimento entende a Câmara dever dar aos protestos da população?».

Centro Comunitário na Freguesia de Frielas

Inaugurou-se no passado sábado o Centro Comunitário Poder Local, na Freguesia de Frielas, Concelho de Loures. O novo equipamento vai servir os cerca de dois mil habitantes da Freguesia, a menos populosa do Concelho, e foi construído e equipado pela Câmara Municipal de Loures, que investiu cerca de 24 mil contos. As instalações do Centro Comunitário de Frielas integram uma sala polivalente, uma sala de leitura, um gabinete médico, um bar, vestiários e sanitários para ambos os sexos, gabinete de direcção e arrecadações de apoio, ocupando uma área de 315 m². O Centro está vocacionado para utilizações diversas de âmbito local, nomeadamente iniciativas socioculturais.

Câmara do Barreiro trata lixo hospitalares

Embora constituam competência das diversas unidades de Saúde, a Câmara Municipal do Barreiro decidiu assegurar o acondicionamento, recolha, transporte e tratamento final dos lixo hospitalares produzidos no Concelho, «tentando assim responder ao interesse manifestado por algumas das unidades hospitalares e fornecendo um serviço complementar das atribuições específicas da autarquia»: A decisão pretende «criar um serviço alternativo ao de fornecedores privados, que facilite o correcto cumprimento da legislação em vigor por parte das diferentes unidades de Saúde, sem custos especulativos e devidamente coordenada por todas as entidades envolvidas neste processo».

Câmara do Montijo entrega novas casas

Dando cumprimento ao PER, a Câmara Municipal do Montijo entregou no passado sábado mais 19 chaves para o realojamento de 72 pessoas, moradoras em pátios e habitações degradadas no Montijo. O PER, aprovado pela autarquia do Montijo, prevê a entrega de 307 novas casas para todos aqueles que se inscreveram neste programa e dele puderam beneficiar, por terem correspondido aos critérios definidos.

De Baden-Baden a Madrid com passagem por Paris

■ António Murteira

Helmut Kohl ditou em Baden-Baden, a 7/12/95, no encontro bilateral com Jacques Chirac, mais do que na Cimeira de Madrid, de 15/12/95, as condições do capitalismo alemão para a construção de uma União Europeia Federalista:

- Avançar com uma União Económica e Monetária (moeda única, Banco Central, etc.), assente na convergência nominal;

- uma política externa e de segurança comum «mais visível»;

- uma cooperação reforçada em matéria de segurança interna, designadamente em questões de asilo e emigração;

- dotar a União Europeia de instituições mais eficazes através de mecanismos como a generalização da maioria qualificada, acompanhada da ponderação de votos (nova distribuição do número de votos de cada país a favor dos cinco grandes), revisão da composição da Comissão e da relação entre Conselho, Comissão e Parlamento Europeu;

- reforço da imagem democrática da União (repare-se: da imagem, que não dos objectivos e funcionamento da União!);

- e, como um sexto e grande objectivo, o capitalismo alemão, através de Kohl, quer introduzir no Tratado de União uma cláusula que institucionalize uma União Europeia a várias velocidades, comandada por um núcleo duro com um directório dos grandes.

Como se vê, em Baden-Baden, e como se veio a confirmar na Cimeira de Madrid, objectivos e medidas concretas com vista à coesão económica e social na União, que combatem o desemprego, a precariedade, a exclusão social e as desigualdades, as assimetrias regionais, quando muito, apenas afluem, em declarações políticas de retórica. Decisões concretas nesse sentido, nem uma!

Esta cegueira significa como que uma «declaração de guerra» aos trabalhadores e povos da Europa, e um grande perigo para a possibilidade de se construir uma União Europeia democrática e solidária.

A cegueira

Insistir na construção de uma União Europeia assente exclusivamente em critérios de convergência nominal sem ter em conta a convergência real, e as questões sociais, não convence, sequer, todas as forças que alinham nesse campo.

Até o insuspeito Jacques Delors chama a atenção para o Livro Branco (de 1993) no qual se afirma que «não será possível combater os efeitos recessivos das políticas de convergência sem uma coordenação real entre as economias nacionais»

Constitui prova de cegueira e de perigo, provocada pela ganância do lucro e do poder, insistir na construção desta União Europeia, mesmo que isso signifique, como significa - e este é um drama sério que estamos a viver na Europa - terem que passar por cima das vidas destroçadas de 20 milhões de desempregados, de 50 milhões de pobres e excluídos, de desigualdades e injustiças crescentes, da desertificação do mundo rural, da desumanização da vida nas grandes metrópoles urbanas.

Contudo, como podemos constatar no impressionante ensaio de José Saramago, sobre a cegueira, esta existe, alastra, é densa e ameaçadora, mas não poderá durar para sempre.

Não se pode sequer tolerar a ideia, que alguns tanto cultivam, de que possa durar para sempre, ou de que não haja alternativa à cegueira.

França - Dezembro de 95 O reacender da luta de classes

Nos tempos que vivemos, a História anda rápida.

Entre Baden-Baden e Madrid, combatendo a cegueira dos actuais dirigentes da União Europeia e dos interesses que representam dois milhões de trabalhadores aos quais se juntaram estudantes e intelectuais, desfilaram nas ruas e praças de Paris e de toda a França, paralisada à um mês.

Independentemente do desfecho imediato, embora isso não seja se somenos importância, a luta corajosa dos trabalhadores e do povo francês aponta o caminho, numa reafirmação de solidariedade e de que as alternativas existem.

É preciso lutar por elas.

As imposições de Baden-Baden, como as de Madrid, a decisão de avançarem com a moeda única, baptizada de Euro, sem qualquer espécie de consulta aos povos, significa que, em 1996, 1997 e 1998, os interesses e direitos dos trabalhadores, incluindo as classes e camadas médias e dos reformados, vão estar debaixo do fogo pesado do grande capital europeu que quer, custe o que custar, atingir os critérios de convergência.

O reacender da luta de classes, nestas circunstâncias, é inevitável. Restá saber qual a capacidade que teremos, trabalhadores e povos da União Europeia, para defendermos os nossos direitos e interesses, e também, a perspectiva de uma outra União Europeia, coesa económica e socialmente solidária e democrática.

Lutas de classes que significam também e têm que ter, numa concepção democrática, a perspectiva da luta pela participação no poder. Porque só concepções antidemocráticas podem entender e defender que no poder só devem estar os capitalistas e os seus representantes.

A defesa do direito ao emprego a segurança social; o combate à pobreza, à exclusão, às crescentes desigualdades; a luta contra a fome, as epidemias a doença, a droga e a criminalidade; pelo direito, de facto, à educação e à formação profissional; em defesa da natureza, designadamente dos recursos hídricos e da floresta, e da coesão económica e social; como a afirmação da nossa condição humana, livre e solidária, constituem objectivos de luta, capazes de nos mobilizar e de gerar interessantes alternativas positivas às situações e ao impasse para os quais o capitalismo está a empurrar a Europa e a Humanidade.

O «modelo único», o «pensamento único», que cega os dirigentes políticos e os grandes capitalistas europeus, como muita comunicação social, e que eles querem impor aos países e povos da Europa, constituem perigos reais que é preciso combater.

Mais do que nunca, impõe-se um debate público e nacional sobre a questão europeia, antes da Conferência Intergovernamental de 1996, impõe-se que o povo português exerça o direito soberano de se pronunciar e decidir sobre o seu presente e o seu futuro.

E que haja confiança e vontade de agir, porque, como diria Galileu, apesar de tudo (e da força do capitalismo) ela (a História) move-se!



A situação em França revela até que ponto as questões sociais se podem tornar explosivas nesta União Europeia cada vez mais ao serviço do grande capital

Zero social em Madrid

Na conferência de imprensa do PCP promovida na passada sexta-feira, em que Carlos Carvalhas divulgou uma Declaração sobre a Cimeira de Madrid, de que damos conta na página 4, o encontro do Conselho Europeu então a decorrer foi igualmente tema de uma intervenção de Sérgio Ribeiro, deputado do PCP no Parlamento Europeu. Como se veio a verificar pelos resultados da cimeira, as preocupações dos comunistas têm toda a razão de ser, o que dá ainda mais pertinência à intervenção do eurodeputado, que a seguir se transcreve na íntegra.

No final da presidência espanhola do Conselho de Ministros da União Europeia realiza-se, hoje e amanhã em Madrid, o Conselho Europeu.

Nesta "cimeira", os pontos fortes são a moeda única e o alargamento a Leste.

Este alargamento será encarado, não para se estudar ou fazer estudar quais as consequências no relativo ao sempre subalterno objectivo da coesão económica e social, mas essencialmente para ser considerado no respeitante às reformas institucionais a emprender e aos meios financeiros a disponibilizar para tal.

Um ponto forte será ainda o da moeda única; mas não no sentido de se saber quais os Estados-membros que estarão em condições de passar à 3ª fase da União Económica e Monetária, portanto, à moeda única, mas de se fixar o calendário da introdução desse instrumento da política monetária; e depois se verá com que países... No sentido de se meter a moeda única nos carris, como aponta o jargão comunitário, independentemente dos passageiros, de quantas classes de carruagens e do futuro dos descarrilados.

É de sublinhar que este Conselho Europeu se realiza quando a situação que se vive em França é o exemplo da resposta social aos sacrifícios impostos para se dar concretização a uma política monetária, a pretexto de metas e prazos, na maioria dos casos não alcançáveis.

Como é de sublinhar o absurdo de um núcleo duro de Estados-membros com uma moeda única sem a França.

Mas a insistência nos critérios de convergência nominal levaria

inevitavelmente a um sacrifício social desmesurado, com uma desprotecção social desmesurada, o que para já os franceses estão a recusar na rua de forma inequívoca.

O que se pode esperar, neste contexto?

Aceleração cega para a moeda única

Na preparação da "cimeira", algumas reuniões e posições foram muito elucidativas. Da reunião do Conselho de Ministros da Economia e das Finanças (bem mais das finanças do que das economias...), o conhecido ECOFIN, saiu a contribuição para a aceleração cega para a moeda única, propondo as modalidades mais rápidas e ignorando a realidade das consequências sociais dessa opção.

Do Conselho de Ministros dos Assuntos Sociais saiu o sinal que anuncia o zero social para Madrid. Da gaveta da Comissão saíram cinco programas que esperam a oportunidade para se cumprir um programa de acção social. Porém, no que respeita à igualdade de oportunidades, ele foi reduzido - pelos alemães! - a metade da dotação proposta, isto é, de 60 para 30 milhões de Ecu. É verdade que, como era de esperar, houve também a avaliação de um relatório da Comissão sobre emprego, a apresentar no Conselho Europeu, relatório que se aprovará expeditamente no tempo que sobrar da discussão da moeda única para que conste da informação à comunicação social. Ao mesmo tempo e depois, o desemprego continuará

■ Sérgio Ribeiro
deputado do PCP
no Parlamento Europeu

a crescer porque nada de concreto sairá da "cimeira" quanto à criação de empregos, porque o capital continuará a especular e a deslocalizar-se. E a aproveitar uma política monetarista e ultraliberal prosseguida e cimentada a pretexto de convergências nominais irrealizáveis.

As profundas reservas, reticências e oposições que estas orientações vêm suscitando levam, entretanto, a que instituições comunitárias definam meios e formas de promover campanhas ditas de informação da opinião pública, e que serão bem mais campanhas de propaganda e de intoxicação para que os cidadãos chamados a ratificar o que os governantes entre si acordarem, ou não se apliando como justamente temem, os sobressaltos que viveram aquando de Maastricht. Diríamos que há um esforço - e meios colossais - para tentar tapar o sol e as nuvens da realidade social com a peneira de futuros e virtuais benefícios que são já reais multiplicadores do capital financeiro transnacional.

Mas, como o exemplo da França o mostra, a realidade impõe-se, e o ataque às conquistas sociais, produto de décadas e de séculos de luta, provoca reacções fortíssimas, talvez inesperadas para alguns, e que são, por si só, mobilizadoras, capazes de desarmar as mais bem articuladas campanhas de intoxicação.

Neste momento, em que se está a realizar um Conselho Europeu significativo, é oportuno lembrar o papel, a tarefa dos comunistas na frente de luta do Parlamento Europeu, como parte de uma luta social mais larga do povo português, que privilegia a articulação entre as várias frentes de luta.

Será oportuno lembrar, confirmar, continuar a luta nessa frente institucional, contra a estratégia económica que serve as transnacionais através da libertina circulação do capital financeiro, e que não serve, que vai contra os interesses das populações, dos trabalhadores, do povo português.

Abolição da portagem na Ponte 25 de Abril



A Comissão de Utentes da Ponte 25 de Abril recebeu, faz hoje oito dias, garantias do Presidente da Assembleia da República de que a petição sobre a abolição das portagens será em breve agendada.

No final do encontro, representantes da Comissão afirmaram aos jornalistas que Almeida Santos assegurara o seu empenho no sentido de acelerar o agendamento da petição, entregue ainda na anterior Legislatura, na sequência do bloqueio da Ponte 25 de Abril, em Junho de 1994.

Face a dúvidas existentes sobre a caducidade da petição, com o final da anterior Legislatura, Almeida Santos é da opinião de que a mesma mantém a sua validade, afirmou Félix Simões, presidente da Comissão de Utentes. Esta Comissão é contra eventuais aumentos na Ponte 25 de Abril por, como foi explicado, manter a posição de sempre: "o fim das portagens."

Tal como já fizera nas reuniões com o PS, PSD, PP e PCP, a Comissão de Utentes expôs as suas preocupações quanto ao "apuramento de responsabilidades" no caso do jovem Luís Miguel, ferido na noite do bloqueio da Ponte, e sobre a situação das muitas de quem passou sem pagar.

Audição parlamentar sobre o Alqueva



O ministro do Planeamento e Administração do Território anunciou na semana

transacta no Parlamento que a Comissão Europeia dará até ao Natal uma resposta ao Governo sobre o projecto de construção da barragem de Alqueva. A revelação foi feita no decorrer de uma reunião da Comissão Parlamentar de Administração do Território, solicitada pela bancada do PCP, com João Cravinho a dizer que a Comissária Europeia do Ambiente, Monica Wui Mathie, lhe garantiu uma resposta sobre o projecto de Alqueva até àquela data.

O membro do Governo repetiu perante os deputados que o financiamento da construção da barragem de Alqueva não está ainda assegurado pela Comissão Europeia, nem o poderia estar, uma vez que faltam ainda realizar estudos de impacte ambiental na região.

João Cravinho disse estarem em causa 57 milhões de contos que, apesar de inscritos no II Quadro Comunitário de Apoio, só poderão ser desbloqueados depois de a Comissão Europeia aprovar o estudo de impacte ambiental na região alentejana do Alqueva. Pronunciando-se em nome do Grupo comunista, Lino de Carvalho defendeu que o Alqueva tem de estar acima do "jogo de protagonismo político" entre o PS e o PSD e que o Governo deve assegurar a "irreversibilidade do projecto". O deputado comunista levantou dúvidas quanto às reais intenções do Governo nesta matéria e recordou que o PS esteve, no passado, contra a construção da barragem do Alqueva. Classificando o Alqueva de "questão vital" para os alentejanos, Lino de Carvalho propôs uma audição parlamentar sobre o assunto, que deverá ser apreciada e votada em futura reunião da Comissão Parlamentar.

Bases para uma política de juventude

Ouvir, apoiar, participar

A adopção no plano das questões da juventude de uma nova política que incentive o associativismo, garanta formas de apoio não tuteladas e abra espaço à participação e à dinâmica própria das estruturas juvenis foi exigida faz hoje oito dias pelo deputado comunista Bernardino Soares. Em declaração política, produzida no período que antecedeu a ordem do dia da sessão plenária, o jovem deputado do PCP fez um retrato da situação actual em matéria de juventude, bem como dos seus principais problemas, evocando ainda a luta da resistência timorense contra o opressor indonésio.

Foi aliás por este tema que Bernardino Soares iniciou a sua intervenção, enaltecendo a luta corajosa do povo maubere "contra a opressão bárbara e violenta da Indonésia", uma luta desigual, observou, em que a ditadura de Suharto conta com a conivência da comunidade internacional.

Uma conivência que o deputado comunista quis significar como sendo a "hipocrisia das grandes potências", tão diligentes no plano dos direitos humanos noutras situações, quando os interesses económicos estão

em jogo, mas sempre tão esquecidas no caso de Timor-Leste.

Noutro plano, reportando-se à situação actual dos jovens portugueses, Bernardino Soares pôs em evidência as suas condições sociais e de vida, chamando a atenção para o "aumento das desigualdades e para o alargamento da distância entre os que têm muito e os que têm pouco".

Lembrou, concretamente, a grave situação no plano laboral, o desemprego, os baixos salários, a precariedade no emprego, o trabalho infantil, a pro-



Os jovens desejam ser ouvidos e anseiam por uma maior participação

gressiva elitização no ensino e a "mercantilização dos saberes", as dificuldades sentidas na aquisição de habitação, a degradação do Sistema Nacional de Saúde e o flagelo da toxicodpendência que hoje atingirá os 100 mil jovens.

Neste contexto, depois de ter

recordado a "vontade de mudança" manifestada pelos jovens em Outubro último, o parlamentar comunista fez votos de que as "expectativas não sejam defraudadas e que haja uma efectiva mudança política e não apenas uma mudança de discurso", defendendo, nesse sentido, o incremento de "uma política geradora de emprego, que combata o desaparecimento das empresas e dos postos de trabalho, a desertificação do interior" e que ponha fim à "utilização abusiva dos contratos a prazo".

"É preciso assumir o emprego como uma prioridade social e económica e como uma necessidade premente da nossa sociedade", preconizou Bernardino Soares, que defendeu, simultaneamente, salários mais justos e condições de trabalho

dignas, a garantia dos direitos de participação sindical, o combate ao trabalho infantil, um ensino público de qualidade e tendencialmente gratuito, medidas no plano da habitação e um combate eficaz à toxicodpendência.

Entendendo que "mais do que estar na sociedade os jovens têm que participar nela, para que tenhamos uma democracia cada vez mais participada", Bernardino Soares advogou ainda a necessidade de ser fomentado o associativismo juvenil "através de uma política que apoie e não que tutele", reclamando, com esse objectivo, uma acção mais consentânea do Instituto Português da Juventude e um "funcionamento eficaz e democrático do Conselho Consultivo da Juventude".

Lei de Imprensa

Eliminadas restrições aos direitos dos jornalistas

Introduzidas pelo PSD em Maio passado, com o fito de cercear a liberdade de expressão dos jornalistas e dos cidadãos, as alterações à Lei de Imprensa foram agora revogadas pela Assembleia da República. Na base desta decisão, aprovada faz hoje oito dias com os votos do PCP, PS, CDS/PP e "Os Verdes", estiveram dois projectos de lei da autoria das bancadas socialista e comunista.

Ao propor no articulado do seu diploma medidas de salvaguarda da liberdade de imprensa, para o Grupo Parlamentar do PCP, tratava-se de revogar nas leis em vigor (Código Penal e Lei de Imprensa) as alterações aprovadas pelo PSD que do seu ponto de vista se vinham constituindo

"como um maior afrontamento da liberdade de expressão".

Em causa estão, mais exactamente, as limitações com que os jornalistas têm sido confrontados no exercício da sua profissão, designadamente no plano do seu direito de acesso às fontes de informação e ao segredo das

mesmas, bem como ao direito de informar, restrições essas que levaram estes profissionais, como assinalou a deputada comunista Odete Santos, a sentir "toda a espécie de peias que os pretendia mesmo obrigar à autocensura".

Nesse sentido apontavam, com efeito, as alterações anteriormente aprovadas pelo PSD, a saber, por um lado, a redacção conferida ao nº 5 do actual artigo 180º do Código Penal (vedação de divulgar factos - por exemplo um crime de corrupção - se o infractor ainda não tiver sido condenado), e, por outro, a Lei nº 15/95, que chegou a ser objecto de veto presidencial e de uma crítica expressa do Tribunal Constitucional e que, na perspectiva da formação comunista, "pretendeu instituir o abuso sob a imprensa e a prerrogativa da opacidade através da recuperação de abusivas imunidades".

Ora foram precisamente estas limitações e abusos que agora foram eliminados, ao devolver aos Conselhos de Redacção a competência no que se refere à recusa do direito de resposta, ao estabelecer o regime processual previsto no Código do Processo Penal quanto a prazos no que toca a processos urgentes (acabando com a redução inadmissível de prazos prevista na Lei) e ao revogar a imposição ao periódico de publicar abusos do direito de resposta.



Os jornalistas conheceram reais ameaças ao seu direito de informar

Acção das embaixadas da Holanda e Rússia em Jacarta

Parlamento aprova voto de protesto

O Parlamento aprovou, por unanimidade, um voto de protesto pela situação criada aos timorenses que procuraram refúgio nas Embaixadas da Holanda e Rússia em Jacarta. No texto, apresentado pela Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, manifesta-se a firme condenação da Assembleia da República pelo comportamento daquelas representações diplomáticas e insta-se o governo holandês a "tentar assegurar, no mínimo, que as alegadas garantias dadas pela Indonésia sobre as condições de segurança dos timorenses - e também dos indonésios - saídos da embaixada holandesa em Jacarta sejam efectivamente cumpridas".

Nos seus considerandos, o voto chama a atenção para o facto de a atitude das duas representações diplomáticas violar as mais elementares normas internacionais, fazendo notar, por outro lado, que nas acções em causa também tomaram parte cidadãos indonésios, "o que representa um importante passo no alargamento do protesto na própria Indonésia contra a ocupação de Timor-Leste".

**Por iniciativa do PCP,
que pediu a não ratificação**

Parlamento revoga diploma que privatiza a Tabaqueira

O Parlamento aprovou, no final da semana transacta com os votos do PCP, PEV e PS, a revogação do Decreto-Lei do anterior governo relativo à privatização da Tabaqueira. Com esta decisão, suscitada pelo pedido de não ratificação do diploma (D.L. 167/95) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, é posto um ponto final (deseja-se que definitivamente) num processo de privatização fortemente contestado e também ele marcado pelo escândalo da alienação de um valioso património público em favor de interesses privados.

Constituindo sem dúvida uma importante vitória da formação comunista, que vê assim confirmada a justeza das suas posições e a oportunidade da sua iniciativa legislativa - simultaneamente reveladora de que, afinal, as propostas oriundas da bancada comunista não são irrealistas e muito menos estão fatalmente condenadas a serem chumbadas - espera-se agora que o Governo PS, no futuro, não venha a incorrer nos mesmos erros e reabra um processo de privatização que é de forma inegável gravemente lesivo do interesse nacional.

A este respeito, em declarações ao "Avante!", Octávio Teixeira foi peremptório na afirmação de que se tal vier a acontecer, isto é, se o PS vier a apresentar um novo decreto-lei para a privatização da Tabaqueira, então, os deputados comunistas voltarão a estar na primeira linha em oposição a um tal objectivo e não deixarão de voltar a pedir a sua não ratificação.

E porquê? As razões explicou-as no decorrer do debate o deputado comunista Rodeia Machado ao assinalar que a privatização da Tabaqueira constitui "um erro não só económico", mas também "um erro político de profundas e lesivas consequências para o sector Empresarial do Estado".

Em causa está, concretamente, para a formação comunista, a entrega de "bandeja" não só de uma enorme fonte de receita directa e indirecta do Orçamento do Estado, como de uma empresa de um importante sector da economia.

Fundamentando o seu ponto de vista, Rodeia Machado lembrou alguns números que atestam a dimensão do que está em jogo, referindo a propósito o facto de a Tabaqueira ter arrecadado e entregue ao Estado, entre 1976 e 1991, qualquer coisa como 503 milhões de contos de impostos sobre o consumo de tabaco, e de só no ano de 1991 ter facturado cerca de 145,3 milhões de contos, o que se traduziu num resultado líquido

de cerca de 5,8 milhões de contos.



Espera-se que o PS não incorra nos mesmos erros do PSD prosseguindo uma política de privatizações lesiva dos interesses nacionais em favor dos interesses dos grandes grupos económicos

Criação prevista em diploma do PCP Órgãos representativos das comunidades portuguesas

Conferir às comunidades portuguesas a possibilidade de verem consagrada a existência de uma verdadeira estrutura digna desse nome e de representatividade incontestada, tal é, em substância, o grande objectivo que norteou a elaboração do projecto de lei do PCP que cria os órgãos representativos dos portugueses residentes no estrangeiro.

Entregue na Mesa da Assembleia da República no decorrer da semana transacta, esta iniciativa legislativa corresponde a uma antiga aspiração das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, que, desde o 25 de Abril, vêm expressando uma grande vontade de que seja criada uma estrutura, a funcionar junto do Estado português, que seja um espaço de comunicação e apoio pelo qual possam veicular os seus problemas e aspirações e, dessa forma, contribuir para a sua resolução.

O fracasso que rodeou a acção das chamadas estruturas representativas das comunidades portuguesas, criadas há cerca de cinco anos, foi outra das razões que levou o Grupo comunista a redigir o presente diploma, que recorda, na sua nota preambular, o movimento de contestação de que

Foi, aliás, o ano em que se abriu o caminho do processo de privatização, ou seja, como assinalou o deputado do PCP, a data a partir da qual se iniciaram os despedimentos (passou dos 1600 trabalhadores que tinha então para os 750 actuais), a par do decréscimo contínuo dos resultados líquidos.

Um processo que, no entender de Rodeia Machado, é indissociável da gestão seguida pelo actual Conselho de Administração, a quem acusou de mais parecer "uma

comissão liquidatária interessada em deixar a empresa em condições de a todo o momento ser entregue ao capital privado".

Trata-se de uma estratégia por de mais conhecida - "é a desculpa velha de que tudo o que está no sector público é mal gerido e os gastos exagerados", observou o parlamentar do PCP - que se traduz "na arrecadação imediata de receitas para o Estado à custa da delapidação do património público e da sua entrega aos grandes interesses privados".



**Visando o fortalecimento
das Freguesias**

PCP propõe regime de competências e reforço dos meios financeiros

Contribuir para a dignificação e reforço das Freguesias, tal é, em síntese, o grande objectivo que preside ao projecto de lei do PCP sobre o regime de competências e meios financeiros deste órgão autárquico que é encarado pelos subscritores do diploma como o "primeiro degrau do edifício do Poder Local".

Hoje em debate, em simultâneo com um outro sobre a mesma matéria da autoria do PS, o projecto de lei do PCP pretende superar basicamente aquilo que se considera serem os "principais bloqueios" a uma reforma legislativa da Freguesia, a saber, por um lado, a questão das receitas, e, por outro, as suas atribuições e competências. Um terceiro vector, igualmente fundamental, do ponto de vista do PCP, tem a ver com a possibilidade legal de nomear eleitos a tempo inteiro, direito este que os deputados comunistas consagram num outro projecto de lei, autónomo, também por si rubricado.

Quanto ao primeiro aspecto - o regime financeiro -, o diploma determina um alargamento das receitas das freguesias (resultantes de novas actividades e competências) e a sua participação nas receitas municipais (com reforço da verba proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as despesas correntes).

No que se refere às atribuições e competências das freguesias - outra trave mestra que atravessa o articulado do projecto hoje em debate -, a preocupação dos parlamentares comunistas vai no sentido de garantir que as mesmas decorram directamente da lei, isto é, que não sejam o resultado da delegação de cada município, isto sem prejuízo de estes poderem levar mais longe o mínimo estabelecido na legislação.

Corolário de uma longa batalha por estes objectivos - recorde-se que a primeira iniciativa do Grupo comunista sobre esta matéria remonta a Junho de 1989, tendo na ocasião, tal ulteriormente em idênticas iniciativas encontrado sempre a oposição do PSD -, o conteúdo do projecto que hoje ocupa a atenção dos deputados apresenta, entretanto, um conjunto de soluções inovadoras, muitas delas resultado de um longo processo de amadurecimento e de diálogo com os autarcas.

E o caso, por exemplo, do elenco de competências próprias configurado no artigo 3º, elenco esse que, ao ser introduzido no regime jurídico das freguesias, constitui, como refere a nota preambular do projecto, uma "solução altamente inovatória que representa uma verdadeira alteração qualitativa desse regime".

A consagração da existência de protocolos de transferência de competências dos municípios para as freguesias (uma possibilidade já experimentada e posta em prática em alguns municípios), constitui outra novidade em termos de consagração legal, do mesmo modo que é nova a possibilidade de constituição de associações públicas de freguesias nos mesmos moldes em que o podem fazer os municípios.

Merecedor de destaque, noutra plano, é a elevação significativa do financiamento das freguesias prevista no projecto de lei (quer pela duplicação do mínimo de transferência do Orçamento do Estado, quer pela afectação de novas receitas), bem como o facto de a transferência de competências implicar obrigatoriamente a transferência dos meios financeiros necessários e suficientes.

Para o Grupo comunista, em síntese, todas as propostas por si subscritas visam contribuir para a dignificação e reforço das freguesias, sobretudo na área das suas competências e meios financeiros, reforço esse que tem simultaneamente subjacente - e só assim ganha pleno sentido - o fortalecimento e reforço de todo o edifício do Poder Local.

"Assim como o Poder Local ganhará com a criação das Regiões Administrativas - lê-se no preâmbulo do projecto de lei do PCP -, assim como será robustecido com o aprofundamento das garantias da autonomia financeira e técnica dos municípios, assim sairá reforçado com a dignificação e fortalecimento das freguesias".

Timor

A Amnistia Internacional (AI) apelou aos governos da União Europeia para que garantam que as suas embaixadas na Indonésia se empenhem na protecção dos activistas de direitos humanos e militantes indonésios e leste-timorenses. A AI criticou ainda a actuação da embaixada e governo holandeses em Jacarta, considerando que deveriam "ter feito mais para proteger os activistas que corriam o risco de ser presos, feridos e maltratados pelas forças de segurança indonésias. A 7 de Dezembro, mais de uma centena de manifestantes entraram nas embaixadas holandesa e russa em Jacarta, que foram forçados a abandonar dois dias depois, tendo sido entregues à policia indonésia, que entrou nas instalações diplomáticas. A organização acusa o Governo holandês de "grande insensibilidade, desprezando a segurança destes activistas ao entregá-los às autoridades indonésias, com base na cínica garantia governamental de que só seriam interrogados durante 24 horas", sublinhando que a Holanda é signatária da Convenção sobre Refugiados.

BÓSNIA

A ONU entregou ontem o comando à NATO na Bósnia. Para assegurar o cumprimento dos Acordos de Daytar, assinados em Paris no passado dia 14, os elementos da Forpronu estão a ser substituídos pelos soldados da IFOR, a Força Multinacional de Interposição da NATO. Num ano, esta força deve «pacificar» a região e prepará-la para eleições livres, como acordaram os líderes sérvios, bósnios e croatas. Ao mesmo tempo, a IFOR tem poder para deter os suspeitos de crimes de guerra e transferi-los para o TPI, em Haia, para aí serem julgados. Entretanto, em Londres, Michael Williams, do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, afirmou à Reuter que é uma terrível ironia que tenham sido as Nações Unidas a tentar fazer a paz no meio de uma guerra e seja agora a NATO, armada até aos dentes, que a vai assegurar.

Rússia

Apenas quatro partidos conseguiram ultrapassar a barreira dos 5 por cento dos votos que lhes concede representação na Duma, Câmara Baixa do Parlamento, de acordo com os últimos resultados das eleições legislativas de domingo entretanto divulgados. Segundo um responsável da Comissão Eleitoral Central, Andrei Davydov, quando estavam contados 66 por cento dos votos, o Partido Comunista detinha os melhores resultados com 22,3 por cento, seguido pelo Partido Liberal-Democrata do

França Uma "outra filosofia"

A França continua em luta, muito embora o movimento grevístico registe uma pausa relativa. Sucodem-se as jornadas que juntam dezenas e mesmo centenas de milhar de pessoas, nas ruas de Paris e das principais cidades francesas, mas também um pouco por todo o país. A solidariedade manifestada pelos trabalhadores e sindicalistas, em particular da Europa e dos Estados Unidos, reflecte a profundidade dos problemas em causa, e a forma partilhada como esses problemas estão a ser vividos pelos trabalhadores de diferentes países.

É de facto de uma "outra filosofia" que se trata, como curiosamente foi sublinhado (naturalmente com bem diversas intenções) pelo primeiro-ministro francês, Alain Juppé, em intervenção na Assembleia Nacional. Nas palavras de Juppé, a proposta alternativa apresentada pelo grupo comunista é uma proposta "séria e coerente", mas baseia-se numa "outra filosofia da vida e da sociedade".

Tudo indica que é de facto isto que está em causa. E que, como o testemunham a amplitude, adesão e solidariedades que marcam o movimento grevístico em França, é por uma "outra filosofia da vida", bem diversa da do governo francês e dos subjacentes critérios de Maastricht, que hoje se está em luta.

O que está em causa, na perspectiva do dirigente do Partido Comunista Francês (PCF), Alain Bocquet, é o confronto entre "uma mutação dirigida por Maastricht e uma modernização da sociedade em que a satisfação das necessidades sociais seja simultaneamente o fim e o meio".

Em véspera da Cimeira social sobre o emprego, que abre nesta quinta-feira, sucederam-se duas grandes jornadas de luta por toda a França.

Dia 16, foram mais de cem

mil os manifestantes que inundaram as ruas de Paris. Uma manifestação também marcada pela presença solidária de sindicalistas e trabalhadores alemães, britânicos e belgas.

Um solidariedade que tem marcado estas semanas de luta.

A nível internacional, pelas múltiplas mensagens de apoio - nomeadamente da CGT portuguesa e do PCP - que vão afluindo a Paris.

A nível interno, uma de entre as mais significativas características desta luta tem sido o apoio manifesto da maioria da população, apesar dos profundos transtornos do quotidiano que ela



Manifestação, em Paris, com dezenas de milhar de pessoas, contra o plano Juppé

acarreta, e uma solidariedade que se traduz na interajuda na solução dos múltiplos problemas levantados por um movimento grevístico que manifestamente consubstancia um protesto mais global.

À jornada de 16, seguiu-se a desta terça-feira. Sete jornadas

em quatro semanas de luta. Sempre com dezenas de milhar de manifestantes e expressões de adesão mesmo em pequenos centros populacionais, reflectindo a dimensão nacional das reivindicações em causa.

Reivindicações que aliás de há muito extravasam o âmbito de

França, e são partilhadas pelos trabalhadores de uma Europa que não pretende sujeitar-se aos ditames de Maastricht, ou seja, moldar aos interesses do grande capital.

Não por acaso na Bélgica e em França se vêm a delinear movimentos reivindicativos com alguns traços comuns.

Desemprego em crescimento

O desemprego continua a aumentar por toda a Europa, da Alemanha à Suécia.

Segundo números divulgados pelo Eurostat, organismo estatístico da União Europeia (UE), em Outubro passado, o número de desempregados oficiais (subestimando o desemprego parcial e o dos jovens à procura do primeiro emprego) é da ordem dos 17,6 milhões de pessoas, ao nível da UE.

A Alemanha registou em Novembro o quarto aumento mensal consecutivo da taxa de desemprego. Ao longo de um ano a taxa oficial de desemprego passou de 8,9% para 9,3%.

No leste, a situação é muito mais grave. No território da ex-RDA, 14% da população está no desemprego, contra 8,2% na zona ocidental.

A degradação social, de que o desemprego é factor e reflexo, tem gerado um crescendo de tensão em vários países europeus.

As grandes lutas em curso em França, contra a liquidação do actual sistema de segurança social, são disso um exemplo maior.

Mas também noutros países se avolumam processos de luta, contra a aplicação prática dos critérios de Maastricht.

Em Itália, por exemplo, têm-se sucedido, de norte a sul do país, os movimentos grevísticos dos trabalhadores dos transportes públicos, pela renovação dos contratos colectivos de trabalho.

Os grevistas protestam contra a parte da lei das finanças referente aos transportes, que poderá pôr em causa, quer a renovação dos contratos colectivos, quer ainda o sistema de reformas.

África em Notícias

Mulher

A África do Sul ratificou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Em comunicado, sublinha-se que a aceitação desta Convenção mostra o empenho do governo sul-africano em trabalhar pelos direitos e a igualdade das mulheres do país.

"Resta agora um desafio ao governo e à sociedade civil para em conjunto garantirem mecanismos e práticas que levem o país a actuar na linha desta convenção", afirma-se ainda no comunicado, que cita a IV Conferência da ONU sobre a Mulher de Setembro passado em Pequim.

Economia

A economia sul-africana deverá alcançar em 1996 o seu maior crescimento dos últimos 15 anos, na ordem dos quatro por cento, contra 3,3 por cento este ano, segundo previsões do economista do grupo Old Mutual, Terence Moll.

"O índice de crescimento (da economia) poderá ser (ainda) facilmente maior em 1996 se a agricultura for forte e a acti-

vidade mineira tiver bons resultados", preconizou Moll.

"Poderá facilmente exceder os 4,2 por cento de 1988, o que, a verificar-se, tornará 1996 o maior crescimento nos últimos 15 anos, depois de 1981", disse.

Com a inflação baixa (projectada para oito por cento), os consumidores deverão ter um maior poder de compra em 1996, os gastos de consumo privado serão "vigorosos", crescendo em cerca de 3,5 por cento, e o investimento fixo, que disparou este ano em 10 por cento, deverá manter igual tendência de expansão em 1996.

No entanto e segundo Moll, apesar desta expansão, os níveis de desemprego manter-se-ão como o maior problema da economia, com o crescimento da força laboral a exceder o projectado aumento de dois por cento do número de postos de trabalho existentes.

Namíbia

O governo namibiano atribuiu 45 milhões de dólares namibianos (12,5 milhões de dólares) para a incorporação de antigos guerrilheiros na policia e forças de defesa.

O ministro da Informação, Ben Amathila, disse que essa verba será empregue na recruta de antigos membros do Exército Popular de Libertação da Namíbia, a ala armada da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO, actualmente no poder).

A SWAPO desenvolveu uma guerra de guerrilha por duas décadas contra a África do Sul, pela independência do que era o Sudoeste Africano, e ganhou as eleições gerais de 1989 realizadas sob os auspícios das Nações Unidas.

No princípio deste ano, antigos guerrilheiros desempregados envolveram-se em recontros com a policia, depois de fazerem refém um vice-ministro como forma de pressão para a sua exigência de empregos.

Nigéria

Os activistas pró-democracia nigerianos desafiaram as autoridades do seu país que tentaram impedi-los de realizar uma manifestação em Lagos, alterando inesperadamente o local da concentração.

Centenas de elementos da policia anti-motim apoiados por soldados, canhões de

água e veículos militares blindados rodearam o local inicialmente apontado para a manifestação, um terminal de autocarros, com o objectivo de impedir a concentração organizada pela Coligação Nacional Democrática.

Entretanto, confrontados com a proibição decretada pelas autoridades, os dirigentes da Coligação optaram por alterar o local da manifestação, dando instruções aos seus apoiantes para se concentrarem em dois outros pontos da cidade.

Assim, uma das manifestações reuniu cerca de 3000 pessoas empunhando cartazes com frases reclamando o fim do regime militar, dirigido pelo general Sani Abacha.

Por outro lado, num subúrbio de Lagos juntaram-se também algumas pessoas, e ouviram-se discursos de oposição aos militares, proferidos por políticos e por activistas dos direitos humanos.

"Aceitámos participar e desafiar as autoridades porque temos uma causa comum - derrubar este regime cruel", declarou Gani Fawehinmi, um advogado dirigente do Partido da Consciência Nacional, responsável pela defesa do escritor Ken Saro-Wiwa, executado a 10 de Novembro último.

Rússia

A vitória eleitoral dos comunistas

Com 21,9% dos votos, o Partido Comunista da Federação Russa (PCFR) foi o vencedor das eleições legislativas de domingo passado, invertendo praticamente posições, relativamente às eleições de 1993, com o Partido Liberal Democrático. "A nossa Casa é a Rússia", coligação no poder, ficou-se pelos 9,6%.

Os resultados agora obtidos confirmam o sentido das diferentes sondagens pré-eleitorais e vêm na linha do sucesso já registado nas eleições legislativas de Dezembro de 1993 (12,5%). O PCFR é actualmente considerado como a primeira força política organizada do país e a principal força da oposição.

Neste momento, e na perspectiva das eleições presiden-

ciais de Junho próximo, a estratégia do PCFR será, nas palavras do seu dirigente Guennadi Ziouganov, favorecer a criação de uma "união de forças patrióticas e, tendo como apoio a Duma, formar um governo de confiança nacional, com um programa correspondente".

A Duma - Câmara Baixa do Parlamento -, dispõe na prática de poderes muito reduzidos,



Uma velha mendiga nas ruas de Moscovo. Um terço da população russa vive na miséria

relativamente ao Soviete Supremo. Acresce que o presidente conta com posições garantidas na Câmara Alta - o Conselho da Federação. Por força de uma lei recentemente aprovada, os deputados do Conselho da Federação não serão eleitos, mas antes designados automaticamente entre os dirigentes regionais e provinciais, da confiança pessoal de Ieltsin.

Um funcionamento que nada tem de democrático, mas que vem na linha das múltiplas manobras que antecederam e acompanharam este acto eleitoral, no sentido de limitar a dimensão e as consequências de uma previsível derrota das forças instaladas no poder.

Manobras que passaram por projectos de anular o escrutínio... ou simplesmente transportar urnas ao domicílio.

Independentemente das suas consequências práticas imedia-

tas - e Ieltsin fez questão de afirmar que iria prosseguir com a sua política actual, apesar de tão claramente contestada - a vitória eleitoral do Partido Comunista da Federação Russa terá necessariamente repercussões políticas para o futuro da Rússia.

Reflecte, por outro lado, uma profunda rejeição popular das políticas implementadas por Ieltsin e a consciência de perda, quer no plano social, quer no plano nacional (aliás, com os riscos correspondentes de derivas nacionalistas).

A actual situação da Rússia é verdadeiramente catastrófica.

Os números mais gerais indicam que a produção dos diferentes ramos da indústria sofreu quebras da ordem dos 40% e mesmo 70%. O desemprego atinge 8 a 15 milhões de pessoas. Mais de um terço da população vive abaixo do

limiar da pobreza. Os salários em atraso são uma realidade corrente e, segundo o "Financial Times", em 1993-94, apenas 40% dos assalariados foram pagos nos prazos normais.

A canalização dos dinheiros públicos nada tem a ver com as prioridades e interesses das populações. A parte do orçamento destinada ao reembolso da dívida passou de 3% em 1993 para 46,2% em 1996, o que corresponde a metade das despesas públicas. Entretanto, as despesas sociais desciam de 9,5% em 1994 para 5,6% em 1995.

Na Câmara de contás da Rússia prevê-se novas quebras da procura interna e dos investimentos, uma maior transferência dos capitais da produção para a esfera financeira e uma acentuada predominância das exportações de matéria-primas.

ultranacionalista Vladimir Jirinovski com 10,9 por cento.

O bloco pró-governamental do primeiro-ministro, Viktor Tchernomirdin, A Nossa Casa é a Rússia, colocava-se em terceiro lugar com 9,6 por cento dos votos, seguido pelo partido reformador Iabloko com 7,6 por cento.

Tchetchénia

Mais de uma centena de cadáveres de civis jazem nas ruas de Goudermes (40 quilómetros a Leste de Grozny), cercada pelas forças russas depois de uma ofensiva dos separatistas tchetchenos. A decisão de Ieltsin de esmagar pela força as aspirações independentistas da república caucasiana da Tchetchénia causou graves danos políticos e económicos ao país. A guerra terá já causado cerca de 40 mil mortos, na sua maioria civis.

Os danos materiais também foram elevadíssimos. A Tchetchénia, principalmente a sua capital, Grozny, é hoje uma área devastada onde apenas restam ruínas e degradação.

Oito meses depois do início do conflito, e após uma espectacular tomada de mais de mil reféns pelos rebeldes, na cidade russa de Budionnovsk, que causou 150 mortos, russos e tchetchenos assinaram, a 30 de Julho, um acordo que implicava a desmilitarização dos independentistas e a retirada do exército russo, mas o acordo ainda está por cumprir.

Israel

Israel tem neste momento capacidade para fabricar 70 armas nucleares graças ao plutónio produzido pelo seu reactor de Dimona, revela um estudo encomendado pelo Departamento de Estado norte-americano, indica o diário israelita "Haaretz".

Segundo o estudo, Israel acumulou 350 quilogramas de plutónio, graças àquela central nuclear situada no deserto de Neguev (sul) que produz 16 quilogramas de plutónio por ano desde 1964.

Palestina

Representantes da Autoridade Nacional Palestiniana (ANP) e do grupo fundamentalista Hamas alcançaram um acordo para evitar futuras lutas interpalestinianas. As duas partes reuniram-se no Cairo para estudarem medidas conciliatórias que ponham fim à violência nos territórios autónomos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

A ANP, liderada por Yasser Arafat, tem tentado convencer o Hamas a participar nas primeiras eleições palestinianas, marcadas para 20 de Janeiro, mas os dirigentes do Hamas afirmaram que ainda não decidiram se desejam abandonar a luta armada contra Israel.

PCP saúda PCFR

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da Federação Russa a mensagem que transcrevemos.

Queridos camaradas,

Recebam as calorosas saudações fraternais dos comunistas portugueses pela grande vitória obtida pelos comunistas russos nas eleições para a Duma do passado dia 17. Vencendo perseguições, discriminações e fraudes, o PCFR afirmou-se claramente como a maior força política do vosso país, contribuindo assim decisivamente para a condenação que o povo russo infligiu nas urnas ao poder antidemocrático, antipopular e antinacional de Ieltsine. Estes resultados constituem uma importante base para o prosseguimento com denodo da luta difícil mas indispensável do vosso Partido pela dignidade da Rússia, pelo Trabalho, pelo Poder do Povo, pelo Socialismo. Podeis contar nessa luta, queridos camaradas, com a solidariedade internacionalista do Partido Comunista Português.

Áustria

Extrema-direita estagna

As eleições realizadas no passado domingo na Áustria não parece terem aberto caminho à resolução de questões que estão na base da sua antecipação - diferentes políticas orçamentais, defendidas por sociais-democratas e conservadores, a governar em coligação. Testemunham, entretanto, de uma significativa estagnação da extrema-direita (particularmente forte neste país) e de uma subida dos sociais-democratas, o que poderá levantar alguns obstáculos a uma mais acentuada evolução para a direita da política austríaca.

Contrariando as previsões das sondagens, a extrema-direita (o Partido da Liberdade, dirigido por Joerg Haider) não aumentou a sua votação, antes

estagnando nos - preocupantes - 22,08%.

Também o partido conservador, de Wolfgang Schussel, falhou no seu objectivo de se guindar à posição de primeira força do país, ficando-se pelos 28,3% do sufrágio.

O Partido Social-Democrata do chanceler Franz Vranitzky registou um aumento de 3,4%, passando para 38,3% dos votos.

Estes resultados não representam uma real garantia contra uma evolução para a direita da política austríaca, na medida em que o partido conservador continua a não rejeitar a possibilidade de uma aliança com a extrema-direita de Jorg Haider.

As razões imediatas da crise que levou à realização de eleições antecipadas mantêm-se. A

queda da coligação, em 13 de Outubro passado, deveu-se ao desentendimento sobre o orçamento para o próximo ano. Os conservadores defendiam (e continuam a defender) cortes drásticos na segurança social e uma política de rigor, na perspectiva da moeda única europeia (não são substancialmente diversas as opções políticas, por toda essa Europa...). Os sociais-democratas apostam antes nos aumentos de impostos sobre os rendimentos.

A questão mantém-se actualmente inteira. Num quadro de forças políticas entretanto algo alterado, em que parece emergir uma reacção de recusa e receio do avanço da extrema-direita.

No comentário feito aos resultados eleitorais, o partido

Os Verdes, que nestas eleições registou uma quebra de 2,7% (mantendo entretanto 8 lugares no Parlamento), "o medo dos eleitores perante Jorg Haider permitiu ao partido Social-Democrata voltar a ganhar as eleições antes perdidas".

A extrema-direita é particularmente forte na Áustria. Tal como noutros países, afirma-se defensora da "gente comum", contra os privilégios dos políticos no poder, e mesmo contra os eventuais subsídios a intelectuais e, naturalmente, aos imigrantes.

O partido de Haider (filho de um funcionário nazi que se tornou num rico industrial) dirige-se directamente ao operariado e aos sectores mais marginalizados da população. Haider auto-

proclama-se "leader proletário", enquanto o seu Movimento da Liberdade se apresenta como o partido dos "jovens operários revoltados" ou dos "pensionistas empobrecidos".

A sua campanha xenófoba e a sua prática política são apontadas como directamente responsáveis pelos atentados que, desde Dezembro de 1993, têm visado os imigrantes e todos os que os apoiam, e que em Fevereiro de 1995 custaram a vida a quatro ciganos, mortos numa explosão.

A actual estagnação dos votos na extrema-direita vem confirmar a tendência visível quando do falhanço da tentativa de Haider de organizar um referendo anti-imigrantes, o ano passado.

«Intervir no Ensino Superior, Melhorar a Educação, Investir no Futuro»

Com o lema «Intervir no Ensino Superior, Melhorar a Educação, Investir no Futuro», realizou-se no passado sábado no ISCTE, em Lisboa, o Encontro Nacional do Ensino Superior da JCP. Muito participada tanto a nível de presenças como de contributos para a discussão, esta iniciativa contou ainda com a presença de Jerónimo de Sousa e de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP.

A análise da actual situação política e social no Ensino Superior e o reforço da JCP, em termos da intervenção própria da Organização do Ensino Superior (OES), foi um dos objectivos deste Encontro. A discussão deste ponto foi geralmente enquadrada no âmbito do que vai ser a grande Campanha de Afirmção da JCP, que se inscreve no quadro da preparação do V Congresso da organização dos jovens comunistas, a realizar em Maio próximo.

Entre as regiões representadas neste Encontro, estiveram as que possuem os principais estabelecimentos de Ensino Superior, como Lisboa, Coimbra, Porto, Évora, Santarém, Covilhã, Faro, Braga, Vila Real, Aveiro e Setúbal.

A intervenção inicial que abriu os trabalhos do Encontro coube a Bernarido Aranada, elemento do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior (DCES) cabendo as de encerramento ao candidato presidencial, Jerónimo de Sousa, e a Ricardo Oliveira, membro do executivo da Direcção Nacional da JCP e do Secretariado da DCES.

Na reunião foram aprovadas três moções sobre as seguintes

temáticas: solidariedade com o povo maubere, V Congresso da JCP e saudação ao 75.º aniversário do PCP.

Colectivos de escola

O principal documento aprovado foi uma resolução intitulada «A JCP e os Estudantes Comunistas nas Escolas do Ensino Superior», onde se defende a existência de colectivos da JCP de escola, «como espaço fundamental de intervenção do estudante comunista, com vida própria». Os participantes consideraram a dinami-



Em relação às associações de estudantes onde participam estudantes comunistas, o documento aprovado nesta reunião preconiza a urgência de «dar



O Encontro aprovou três moções: povo maubere, 75 anos do PCP e V Congresso da JCP foram os temas

JCP define formas de trabalhar com os estudantes universitários

zação destes colectivos «uma orientação justa e necessária para a organização dos membros da OES da JCP».

«Não existindo um modelo de organização e intervenção dos estudantes comunistas nas escolas, existem experiências, tanto positivas como negativas, que nos permitem encontrar novas formas para cada situação, para cada escola, de nos organizarmos e de trabalharmos», lê-se no referido documento.

atenção a outras áreas» para além das tradicionais da actividade associativa porque «cada vez mais os estudantes manifestam interesse em áreas tão diversificadas como o racismo, a cultura, o desporto, o ambiente, a solidariedade», pelo que «importa criar espaços nas associações ou fora delas para desenvolver a actividade nestas áreas».

Uma das recomendações feitas em maior número de vezes, quer na discussão ao longo do dia quer no próprio documento

aprovado, foi a de não esgotar a intervenção dos estudantes comunistas no trabalho das associações de estudantes.

«A dinamização de núcleos de estudantes que se interessam pelos problemas do Ensino Superior, da sua escola em particular, quer pelas várias áreas atrás referidas, pode ser um dos meios para ganhar espaço e intervenção nas escolas. Este tipo de intervenção, além de poder permitir a resolução de alguns problemas concretos,

permite, por um lado, que os estudantes ganhem confiança no que estão envolvidos e, por outro lado, permite-nos trabalhar com muitos que podem vir a constituir mais tarde a base de listas de unidade para as direcções das associações de estudantes», preconiza a resolução aprovada neste encontro.

No final do Encontro, realizou-se um jantar-convívio na Feira Popular de Lisboa.

Intervenção de Jerónimo de Sousa

O Cavaco Silva que desrespeitou os princípios da Constituição não dá garantias de vir a respeitar a Lei Fundamental

No final do Encontro Nacional do Ensino Superior da JCP interveio Jerónimo de Sousa, candidato do PCP às presidenciais, que destacou o papel do Presidente da República como garante da Constituição. Esta, em relação ao Ensino preconiza uma política que um dos candidatos, Cavaco Silva, combateu ferozmente enquanto primeiro-ministro. «Bastaria certamente esta lembrança para demonstrar que o Cavaco Silva que desrespeitou gravemente os princípios, objectivos e valores da política educativa consagrados na Constituição, não dá quaisquer garantias de vir no futuro a respeitar a Lei Fundamental, neste como noutros domínios», diria Jerónimo de Sousa aos estudantes comunistas.

Jerónimo de Sousa começou a sua intervenção por explicar as razões da sua candidatura: «A apresentação como candidato às presidenciais do anterior primeiro-ministro, personagem que há menos de dois meses foi derrotado pela vontade maioritária do povo português, surge com a marca clara da arrogância e da revanche política. Ilustra a altura da parada que a direita está a jogar. E evidencia o seu propósito, nas presidenciais, de recuperar poder perdido em legislativas», disse o candidato comunista.

«Não tenhas dúvidas: se Cavaco Silva conseguisse uma vez mais iludir o eleitorado quanto aos seus verdadeiros propósitos - e nós estamos convictos que isso não irá acontecer e trabalhamos com esse objectivo - não demoraria a cair a máscara "dialogante" e "respeitadora do regime democrático" que ele procura, à pressa, afivelar. E em tal situação é certo e seguro que teríamos pela frente acrescidas dificuldades no caminho da concretização de uma nova política, nacional e de esquerda, que responda aos graves problemas e complexos desafios com que Portugal e os portugueses estamos confrontados», explicou Jerónimo de Sousa aos estudantes comunistas.

Jorge Sampaio

Em relação à candidatura de Jorge Sampaio, Jerónimo de Sousa disse ser «sem dúvida a candidatura de um democrata com provas

dadas, antes do 25 de Abril - na luta contra a ditadura e pela conquista das liberdades - como depois dessa data. Mas é uma candidatura com a qual assumo importantes pontos de diferença - a questão europeia, a legislação eleitoral, e mais recentemente a própria participação de tropas portuguesas na Bósnia, de que eu discordo totalmente».

Assim, Jerónimo de Sousa concluiria que a apresentação da sua candidatura «correspondeu à necessidade de preenchimento de um espaço à esquerda que não se encontrava ocupado».

Por outro lado, «correspondeu, também, ao propósito essencial de valorizar a expressão e o confronto dos pontos de vista, o debate das



A reunião foi muito participada e viva a discussão

ideias, das propostas e das opções, na ausência dos quais não se poderia verdadeiramente falar em livre escolha por parte daqueles que vão ser chamados a decidir em 14 de Janeiro: os portugueses e os portugueses».

Competências

Sobre as competências do Presidente da República, o candidato começaria por sublinhar que ele começa por jurar defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição. «É por isso não só legítimo, como indispensável, chamar a atenção para o conteúdo da Lei Fundamental e de um modo muito particular para o avançado conjunto de direitos que ela consagra».

Um exemplo dado referiu-se à educação, cultura e ciência, onde afirma o Artigo 73.º da nossa Constituição que «todos têm direito à educação e à cultura»; «o Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva»; «o Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e à criação cultural» e que «a criação e a investigação científicas, bem como a inovação tecnológica, são incentivadas e apoiadas pelo Estado».

Ainda outro exemplo dado por Jerónimo de Sousa dizia respeito ao

Artigo 74.º onde se garante que «todos têm o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar; que «o ensino deve contribuir para superação de desigualdades económicas, sociais e culturais»; e que «na realização da política de ensino incumbe ao Estado, nomeadamente, garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística» e «estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino».

E dos artigos 75.º e 76 da Lei Fundamental, Jerónimo de Sousa destacou ainda os comandos que incumbem «o Estado de criar uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população»; e que estabelecem que «o regime de acesso à Universidade e às demais instituições de ensino superior garante a igualdade de oportunidades e a democratização do sistema de ensino, devendo ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do país».

Questões centrais

«A nosso ver a defesa e o aperfeiçoamento do ensino público e a democratização da sua frequência continuam a ser as questões centrais e o necessário eixo da política educativa, nomeadamente em relação ao ensino superior», disse o orador que prosseguiu a sua intervenção lembrando o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior proposto pelo PCP e onde se aponta a necessidade de aprovação de um Lei quadro do financiamento e de gestão orçamental e financeira do ensino superior, que assegure suficiência de recursos para um ensino público de qualidade, bem como para as actividades de Investigação e Desenvolvimento Experimental; a eliminação num prazo de três anos lectivos do sistema de restrições quantitativas globais no acesso ao ensino superior público (numerus clausus), acompanhada por um novo e mais justo regime de acesso e a profunda alteração da Lei da Acção Escolar, com o objectivo de abranger todos os estudantes, incluindo os



do particular e cooperativo (enquanto se mantiver o regime de *numerus clausus* e portanto este ensino não for exclusivamente frequentado como opção); de reforçar os apoios gerais a todos os estudantes decorrentes das funções sociais do ensino superior; e de elevar as discriminações positivas através da atribuição de bolsas e de concessão de alojamento.

Cavaco Silva

«Os estudantes portugueses têm bem presente o que foi a política dos sucessivos governos de Cavaco Silva em relação ao ensino superior: estrangulamento financeiro do ensino público com todas as suas graves consequências; obstáculos erguidos à sua expansão; liberalização do ensino privado conduzindo ao seu crescimento sem critério e, na maioria dos casos, sem qualidade; tentativa de imposição de aumentos brutais das propinas», lembrou Jerónimo de Sousa que concluiu: «Bastaria certamente esta lembrança para demonstrar que o Cavaco Silva que desrespeitou gravemente os princípios, objectivos e valores da política educativa consagrados na Constituição, não dá quaisquer garantias de vir no futuro a respeitar a Lei Fundamental, neste como noutros domínios, e por isso é um candidato presidencial que não serve a Portugal nem ao regime democrático.»

Moção sobre o V Congresso da JCP

Em conformidade com a resolução da Direcção Nacional da JCP, irá realizar-se nos dias 18 e 19 de Maio de 1996 o V Congresso da Juventude Comunista Portuguesa.

De acordo com os princípios orgânicos da JCP aprovados no IV Congresso, competirá ao V Congresso, como órgão máximo de decisão da nossa Organização, definir em todos os aspectos (portanto também na área do ensino superior), a orientação da JCP, aprovar e alterar os princípios Orgânicos da JCP e ainda eleger a Direcção Nacional da JCP.

A realização do V Congresso vem ainda ao encontro da necessidade natural dos jovens comunistas de aprofundarem a análise da situação da juventude portuguesa e do movimento juvenil, que nos últimos tempos tem sofrido profundas alterações.

Ao V Congresso da JCP estarão colocados grandes desafios como a definição das grandes linhas de intervenção da JCP para os próximos três anos, devendo também a discussão e a fase preparatória contribuir para o afirmar dos nossos ideais e do nosso projecto no seio da Juventude.

A Organização do Ensino Superior, com a sua dinâmica própria, com a sua experiência e conhecimento no âmbito do Ensino Superior e do Movimento Associativo, está colocado um papel decisivo para a contribuição no aprofundamento da análise da situação dos jovens estudantes no Ensino Superior e do Movimento Associativo.

No âmbito da preparação do V Congresso, processo inseparável do reforço da actividade e luta dos jovens Comunistas, a Organização do Ensino Superior definirá, em consonância com o calendário geral de actividades da JCP (tanto a nível regional como central) um plano de iniciativas que promovam o debate interno na organização com vista à definição das linhas gerais de análise da situação política actual no Ensino Superior, bem como de intervenção a PCP e dos Estudantes Comunistas nas escolas do Ensino Superior. Contribuirá ainda a OES para a dinamização e concretização da Campanha de afirmação e de recrutamento de 1500 novos militantes até à data da realização do Congresso.

Só entendendo o V Congresso da JCP como um processo já em curso e não apenas como uma data, a Organização do Ensino Superior pode contribuir para que o V Congresso da Juventude Comunista Portuguesa possa dar a resposta necessária aos desafios e necessidades que desde já lhe estão colocados.

Moção de saudação ao 75.º Aniversário do Partido Comunista Português

A 6 de Março de 1921 foi fundado o Partido Comunista Português, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, com o objectivo supremo da construção em Portugal de uma nova sociedade, onde não haja lugar para a exploração do homem pelo homem, onde se proporcione ao povo a Paz, a Solidariedade, a Liberdade, o respeito pela pessoa humana, a Cultura, a Igualdade e a Fraternidade — o Socialismo e o Comunismo.

São 75 anos de luta pelos interesses e direitos dos trabalhadores e de todo um povo, donde se destaca a luta contra o fascismo e contra a exploração capitalista. 75 anos de luta pelos interesses nacionais e pela causa universal da libertação dos trabalhadores e dos povos.

O Encontro Nacional do Ensino Superior da JCP, no âmbito do 75.º Aniversário do nosso Partido, e reconhecendo as amplas possibilidades que se abrem hoje ao crescimento da influência dos comunistas, do seu ideal e do seu projecto no seio da juventude portuguesa, afirma a necessidade de envolver toda a Organização na grande Campanha de Afirmção da JCP, do ideal comunista e do projecto do PCP no seio da juventude.

Estamos bem conscientes que na defesa dos interesses do povo e dos jovens portugueses, na consolidação e construção do regime democrático, o PCP desempenha na Sociedade Portuguesa um papel necessário, indispensável e insubstituível.



■ João Cunha Serra

Por um Ensino Superior de qualidade

No encerramento do Congresso do Ensino Superior, que se realizou nos passados dias 8, 9 e 10 do corrente, João Cunha Serra proferiu uma intervenção, em representação da Comissão Organizadora, e fez um breve balanço dos trabalhos realizados e das perspectivas que se abrem. Pelo interesse que reveste essa intervenção, aqui a publicamos na íntegra, com subtítulos da responsabilidade da Redacção. Os temas que estiveram em debate, como se pode ver pelo documento que também publicamos, dão bem a ideia da vastidão e importância dos problemas do Ensino Superior em Portugal. O Congresso aprovou também uma moção de solidariedade para com os estudantes, docentes e funcionários em luta nas universidades francesas.

É-me difícil traduzir em palavras a real dimensão nesta realização que ora termina.

O Dr. Almeida Santos, que nos honrou com a sua presença na sessão de abertura do Congresso, enalteceu a nossa coragem de marcarmos esta iniciativa para um fim-de-semana que mais convidava ao descanso que ao trabalho.

Começarei então por procurar traduzir a dimensão da nossa coragem.

Participaram neste Congresso 249 docentes, dos quais 56% do universitário e 44% do politécnico, 86 estudantes sendo 78% do universitário e 22% do politécnico, 32 funcionários não-docentes igualmente repartidos pelo universitário e politécnico, num total de 386 congressistas.

O interesse por este Congresso pode ainda ser medido pelo número total de inscritos que foi de 561, muitos dos quais, por uma razão ou por outra, acabaram por não poder participar nos nossos trabalhos, ou assistiram a sessões do Congresso sem terem entregue a ficha de presença.

Distinguiram-nos com a sua participação e as suas intervenções na sessão de abertura, o Prof. Simões Lopes, Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, em representação do Presidente do Conselho de Reitores, e o Prof. Fortunato Queirós, Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, em representação do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

Registámos também com muita satisfação a participação nos trabalhos dos Vice-Reitores da Universidade de Évora e da Universidade Técnica de Lisboa, respectivamente, Profs. Rui Namorado Rosa e José Lopes da Silva, bem como do Prof. Renato Araújo, ex-Reitor da Universidade de Aveiro e actual Presidente da Comissão Executiva da Fundação das Universidades Portuguesas.

Foi-nos muito grato ainda verificar que participaram no Congresso muitos Presidentes e outros membros de órgãos de gestão.

Queremos agradecer a presença de representantes da Organização de Trabalhadores Científicos, da Federação Portuguesa das Associações e Sociedades Científicas, da Associação Portuguesa do Ensino Superior e da APESP, Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado.

Também nos honraram com a sua presença representantes dos grupos parlamentares do Partido Socialista e do Partido Comunista Português.

Estudantes e professores convergem

Este Congresso foi mais um momento alto de um percurso que se iniciou com as grandes manifestações estudantis contra a PGA

CONGRESSO DO ENSINO SUPERIOR
ES
8, 9 e 10 de Dezembro
LISBOA 1995

e contra as propinas, que vieram a operar uma autêntica revolução no panorama do Movimento Associativo Estudantil.

Pouco tempo depois, foi a vez dos docentes virem a terreiro, através da criação da Plataforma Reivindicativa Comum, estrutura que uniu a FENPROF, o SNESup, o SINDEP e Comissões representativas dos docentes e investigadores eleitos directamente em muitas escolas e universidades do país. A posição antinegocial do anterior governo conduziu à greve dos docentes de Junho/Julho passados que constituiu uma enorme expressão do descontentamento e da revolta dos docentes do Ensino Superior público, traduzindo bem a degradação das condições de vida e de trabalho que vêm sofrendo.

O passo seguinte foi o da convergência destes dois movimentos, tomada possível pela atitude responsável e corajosa assumida pela grande maioria das Associações de Estudantes de todo o país, ao solidarizarem-se com a luta dos docentes, num quadro em que muitos estudantes viam as suas vidas escolares prejudicadas pela greve aos exames.

Foi o momento do início da construção do Caderno Reivindicativo Comum, processo durante o qual se cimentou a confiança entre as estruturas representativas de docentes e estudantes e se ampliou a base de convergência propositiva de ambos os movimentos.

Este Caderno defende medidas concretas visando:

1. A democratização do acesso e da frequência no Ensino Superior,
2. A melhoria da qualidade das escolas,
3. A dignificação das carreiras docentes e de investigação,
4. A responsabilização do Estado pelo integral financiamento do Ensino Superior Público.

Com a tomada de posse do novo governo saído das eleições de 1 de Outubro era o momento de dar um novo passo no sentido da afirmação da vontade de mudança da política para o Ensino Superior, permitindo que todos os que vivem diariamente os problemas nas suas escolas expressarem livremente as suas propostas de solução e as discutissem numa perspectiva construtiva — *Por um Ensino Superior de Qualidade*. Seria além disso uma iniciativa em que se juntariam a docentes e estudantes os funcionários não-docentes.

Num curto espaço de tempo ergueu-se este Congresso, precedido de muitas reuniões preparatórias realizadas do Minho ao Algarve sobre variados temas como o dos Estatutos de Carreira Docente e Estatutos Remuneratórios, o da Avaliação da Actividade de Ensino e o das Causas do Insucesso Escolar.

Dignificar o Ensino Superior Público

Apresentarei de seguida, de modo muito sintético, os principais resultados do trabalho a que nos entregámos durante estes três dias de vivos debates. As sínteses das várias sessões temáticas já se encontram disponíveis ou está-lo-ão brevemente.

Uma questão que foi objecto de larga discussão foi a reestruturação, reforma e desenvolvimento do Sistema do Ensino Superior.

Sobre esta matéria, ressaltou a necessidade de:
— a dignificação e valorização do ensino superior público;
— um plano de expansão do sistema visando a rápida eliminação do sistema de *numerus clausus* no ensino superior público;

— a adequação do sistema aos imperativos do desenvolvimento do país e do desenvolvimento regional;

— a flexibilização dos currícula e a sua adequação às necessidades sociais;

— o correcto dimensionamento das várias unidades do sistema;

— a fiscalização, por parte do Estado, da qualidade do ensino superior privado e a exigência de quadros e carreiras próprias;

— a rápida normalização da vida democrática nos Institutos Politécnicos e respectivas escolas e a correcção das sequelas provocadas pelos mecanismos de excepção permitidos pelos regimes de instalação;

— a clarificação do futuro do Politécnico, tendo sido apresentadas duas soluções: uma apontando para a sua integração em Universidades Regionais a criar, conferindo bacharelatos; outra defendendo a elevação das competências de formação dos Politécnicos à licenciatura, ao mestrado e ao doutoramento, de acordo com as qualificações que os respectivos corpos docentes vão adquirindo, com apoios necessários à formação dos docentes e à promoção da investigação;

— reforço da autonomia e da gestão democrática e a criação de mecanismos que garantam a isenção, o respeito pelos direitos



de participação de todos e a transparência em todos os actos de gestão.

Para além do desejo unanimemente manifestado de reforço do financiamento do ensino superior público, apresentaram-se propostas com vista à alteração do actual sistema de financiamento, de forma a torná-lo mais orientado pelas necessidades reais das escolas, no respeito pelos planos de desenvolvimento respectivos e pela necessidade de solução de problemas detectados na auto-avaliação e na avaliação externa, e menos determinado por propósitos economicistas. Discutiram-se ainda modelos de financiamento incentivadores da qualidade e da eficiência.

Preocupações e insatisfação

Identificaram-se grandes incorrecções e deficiências no actual sistema de acesso e defendeu-se a necessidade de aproximar mais os ingressos das vocações manifestadas pelos candidatos e de uma maior participação do Ensino Superior e dos seus docentes na definição do regime de acesso e dos conteúdos curriculares do ensino secundário com uma maior articulação entre este grau de ensino e o ensino superior.

Outro domínio de forte preocupação foi a elevada taxa de insucesso escolar que se verifica no ensino superior. Defendeu-se a necessidade de valorizar a componente pedagógica da função docente na progressão na carreira e o papel dos inquéritos aos estudantes, como forma de avaliação do ensino praticado. Advogou-se uma grande atenção por parte dos órgãos de gestão para a necessidade da promoção do sucesso escolar através da melhoria das condições de ensino e dos apoios aos estudantes e aos docentes e uma melhor coordenação do ensino.

Muita insatisfação percorreu os debates sobre Acção Social Escolar, tendo-se defendido um reforço significativo dos recursos que lhe são atribuídos para bolsas, cantinas, residências, etc., e a reestruturação do sistema de Acção Social Escolar, alargando o seu âmbito, alterando regulamentos e adoptando um novo modelo que nomeadamente preveja a participação efectiva dos não-docentes nos órgãos deliberativos.

Quanto aos Estatutos de Carreira Docente, para além do já afirmado, considerou-se necessário aumentar a estabilidade de emprego, evitando o prolongamento inaceitável dos contratos precários, na base das carreiras, através da garantia de vínculo à função pública nos prazos normais para a generalidade das carreiras da função pública.

Advogou-se ainda que as carreiras devem ser exigentes em todas as funções atribuídas aos docentes e que a tais exigências devem corresponder os direitos necessários ao cumprimento dos deveres, incluindo o de retribuições dignas, o que, na situação actual, exige nomeadamente uma urgente revalorização salarial das carreiras e o efectivo cumprimento dos direitos consagrados nos Estatutos de Carreira.

Quanto à carreira do politécnico, a par da necessária revalorização salarial, propôs-se uma maior valorização dos graus para a progressão sem que contudo se cometam injustiças relativamente àqueles que ao longo de muitos anos asseguraram o funcionamento das escolas sem que lhes tenham sido dadas condições nem estímulos para obtenção de graus.

No que respeita aos funcionários não-docentes, propôs-se a criação de carreiras específicas para o Ensino Superior, o alargamento dos quadros com a eliminação dos contratos precários e uma valorização remuneratória que dignifique as funções e permita a captação e manutenção nas carreiras dos melhores profissionais.

No que se refere à investigação, defendeu-se a existência de um

financiamento de base na perspectiva da autonomia científica e da capacidade de co-financiamento de projectos nacionais e comunitários.

Foi debatida ainda a problemática da participação e representatividade tendo sido avançadas propostas no sentido da ultrapassagem das insuficiências detectadas por docentes, estudantes e funcionários não-docentes nesta área essencial de uma vida académica verdadeiramente democrática.

No final destes três dias de intenso e frutuoso trabalho, estamos orgulhosos da iniciativa tomada, foi bem sucedido o nosso objectivo de debater conjuntamente os problemas que afectam o Ensino Superior e em particular os que afligem o Ensino Superior Público.

Muito ficou para futuros debates que se iniciaram de imediato de acordo com muitas sugestões apresentadas nesse sentido. Em Janeiro próximo, decorrerá uma iniciativa de debate dos problemas das ESEs que atravessam uma fase de necessidade de reestruturação devida à generalização da rede do ensino pré-escolar e ao alargamento da escolaridade obrigatória até ao 9º ano.

A partir deste Congresso juntaram-se ao processo de convergência os funcionários não-docentes, o elo que fecha a cadeia já anteriormente composta por docentes e estudantes tomando a estrutura mais sólida.

Criaram-se assim condições para um novo salto qualitativo no movimento reivindicativo no Ensino Superior. As condições que permitem continuar a ultrapassar incompreensões, desconfianças e isolamentos. Estivemos durante anos tão perto e afinal tão longe.

Foram necessárias condições objectivas, algumas das quais devemos agradecer à inépcia do anterior governo, para termos, claramente vistos, os benefícios da unidade ao nível das organizações de cada corpo e ao nível do conjunto dos três corpos.

Torna-se bem claro que não há contradição entre as reivindicações de docentes, estudantes e funcionários não-docentes. O que há de comum é suficientemente sólido para permitir a esperança de que algo vai mudar para melhor nos próximos tempos no Ensino Superior e em cada uma das suas escolas.

Unidos e determinados

Muito nos agradou a afirmação do Sr. Ministro da Educação de que no decurso do seu mandato nada faria no sentido de afrontar os agentes do sistema: docentes, estudantes e funcionários não-docentes, e que as suas relações com as suas organizações representativas seriam de diálogo e negociação.

Gostaríamos, Sr. Secretário de Estado, que transmitisse ao Sr. Ministro a nossa convicção profunda de que os que aqui estão representam o que de melhor há no Ensino Superior. Não somos dos que pretendem servir-se do Ensino Superior mas dos que, ao invés, querem trabalhar desinteressadamente, e também nós, apaixonadamente, para a construção de um Ensino Superior de qualidade.

Já demonstrámos que temos propostas, as já formuladas no Caderno Reivindicativo Comum e as que agora se lhe juntam. Estamos unidos, docentes, estudantes e funcionários não-docentes, abertos ao diálogo e à negociação e estamos determinados, como até aqui, a pôr em funcionamento os mecanismos da democracia participativa, de que é exemplo este Congresso, abrindo espaços de intervenção e criando oportunidades de manifestação da vontade da comunidade do Ensino Superior.

Juntos constituímos uma força com que o Governo pode e tem que contar para a sua acção futura.

Não lhe escondemos, Sr. Secretário de Estado, que a expectativa é elevada.

Tem agora a palavra o Governo.



Os temas em debate:

1. Sistema do Ensino Superior
* Universitário/Politécnico; Público/Particular e Cooperativo.
2. Autonomia, Gestão e Financiamento
* Avaliação das instituições; Mecanismos de financiamento e planos de desenvolvimento; Lei de Autonomia e modelos estatutários; Propinas/Taxas; Modelos de gestão e qualificações profissionais.
3. Acesso ao Ensino Superior
* Pré-requisitos e regimes de acesso; Numerus clausus, democratização e qualidade do ensino.
4. Ensino, Relação Pedagógica e Sucesso Escolar
* Avaliação do desempenho pedagógico dos docentes; Formação pedagógica dos docentes; Métodos pedagógicos, avaliação de conhecimentos e relação docente/discente; Recursos e meios pedagógicos; Causas de insucesso escolar; Papel dos Conselhos Pedagógicos.

5. Modelos Institucionais, Inovação e Adequação Curricular
* Formação de Professores; Adequação dos currículos às necessidades sociais; Novas soluções institucionais.

6. Acção Social Escolar
* Adequação da ASE às necessidades; Bolsas, residências, alimentação, assistência médico-social; Apoios a necessidades especiais.

7. Estatutos de carreira, Formação e Estatutos Remuneratórios
* Regimes de prestação de serviço, vínculos e remunerações; Categorias/Funções; Mobilidade entre carreiras e instituições; Quadros e concursos; Desempenho pedagógico e científico e promoção na carreira; Condições para a formação; Grelhas salariais e sua relação com o mercado de trabalho e outras carreiras da Administração Pública.

8. Investigação Científica e Tecnológica
* Financiamento; Modelos orgânicos; Prestação de serviços; Investigação fundamental/Investigação aplicada.

9. Participação e Representatividade
* Formas de participação nos órgãos de gestão; Órgãos de gestão e representação associativa/sindical; Objectivos e perspectivas dos movimentos dos estudantes, dos docentes e investigadores, e dos funcionários não-docentes.

MOÇÃO

O Congresso do Ensino Superior, reunido em Lisboa de 8 a 10 de Dezembro de 1995:

1. Saúda os estudantes, docentes e funcionários das Universidades francesas que, desde há várias semanas, lutam por melhores condições de trabalho, em defesa da qualidade do ensino.
2. Reafirma que a promoção da qualidade de ensino nos países da União Europeia exige um maior empenhamento, nomeadamente financeiro, dos respectivos Estados e da própria União.
3. Exprime a sua solidariedade total com as lutas da Comunidade Universitária Europeia e solicita às organizações sindicais, às associações profissionais e às associações de estudantes participantes do Congresso que empreendam iniciativas com vista à coordenação de futuras acções comuns com vista à defesa do ensino superior público no espaço europeu.

Moção aprovada no Congresso do Ensino Superior, em 10 de Dezembro de 1995.

Palavras e Cromos

■ Urbano
Tavares
Rodrigues

A cidade de Grenoble amanheceu fria, sob um céu muito azul, com as montanhas a toda a roda cobertas de neve, menos a Charreuse, que avançava, quase nua, como uma nave de rocha, para os longes da Suíça.

O meu hotel dava para o curso do Isère, verde escuro, e tinha em frente belíssimas casas do século XVIII, que destoam, como todo o bairro antigo, com os seus palácios e praças sonolentas, das torres tão homogêneas e funcionais da cidade recente, toda esquadriada, rectilínea, da brancura cinza do betão.

Vieram buscar-me cedo, mas no *campus* universitário já se agitavam grupos compactos de estudantes, que em sintonia com professores e funcionários, contestavam a negativa política de ensino e a de redução da segurança social, que está voltando toda a França contra o governo de direita.

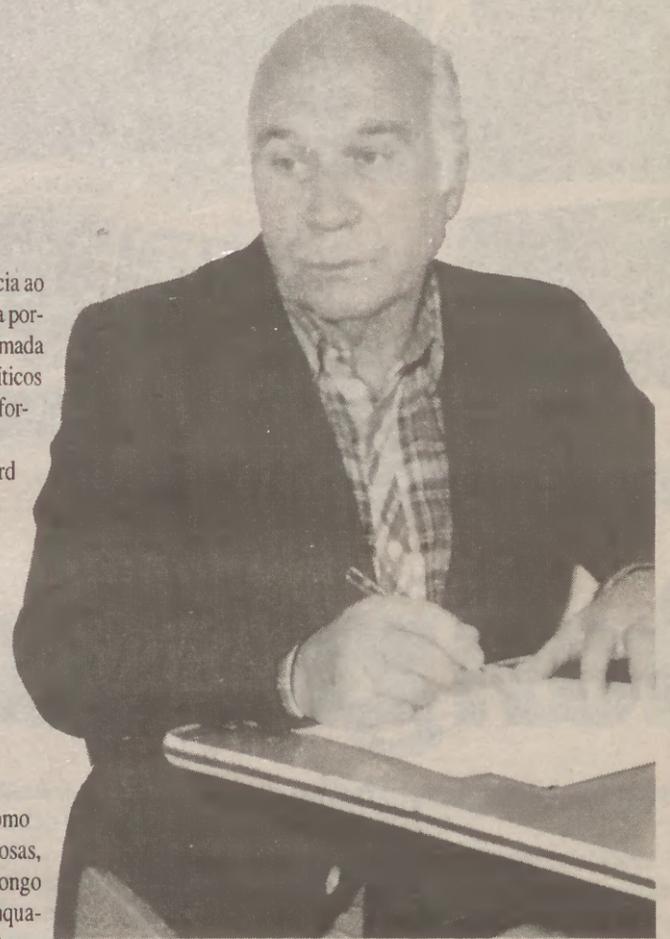
Foi nesse clima vibrante de revolta juvenil, semelhante à de 1986, que encontramos a sala onde ia realizar-se a prova de Doutoramento de Marie-Ève Letizia, intitulada *As Gentes da Outra Banda, pesquisa de uma identidade cultural na obra romanesca de Romeu Correia*, trabalho de profunda investigação, com mais de setecentas páginas, que sem descuidar o estudo das estruturas narrativas e do estilo nos romances e contos do autor de *Gandaia* e de *Sábado sem Sol*, demonstrou como todo o mundo de Almada e dos espaços adjacentes se projecta nesses livros e lhes dá sentido. Neles se encontram o associativismo, as profissões artesanais e operárias, algumas delas já desaparecidas, a pequena burguesia próxima do

A obra de Romeu Correia discutida em França

povo, os pescadores da Caparica, as festas, os ritos e a resistência ao fascismo. Marie-Ève Letizia, que é filha de um polaco e de uma portuguesa, não se esqueceu sequer de forragear na história de Almada e de trazer para a sua tese a vida sindical e a dos partidos políticos e organizações revolucionárias que sobreviveram ou se foram formando durante as ditaduras de Salazar e Caetano.

Fui convidado a arguir esta tese, ao lado dos Profs. Bernard Émery, de Grenoble, e Anne Galut-Frizeau, de Toulouse, como professor universitário e como especialista do neo-realismo literário português. Ora precisamente Romeu Correia recusou sempre esse rótulo, talvez por pouca familiaridade com o materialismo histórico e dialéctico, que era um dos pressupostos teóricos do então novo movimento. E há que respeitar o juízo do autor sobre a sua obra, onde aliás não é explícita a perspectiva futurante (mas é implícita na luta de classes que ele por vezes soube tão bem exprimir).

De qualquer modo e sendo dialécticas, ou brechtianas, como o são, várias das suas peças, outras vezes mágicas, maravilhosas, tão ligadas à oralidade que ele bebeu logo na infância e ao longo da sua vida entre o povo, Romeu Correia poderia bem ser enquadrado num amplo quadro do neo-realismo. Mas neo-realista ou humanista ou populista, sem o lastro diminutivo que acompanha em geral esta designação, Romeu Correia está enraizado apaixonadamente na terra da sua criação. E é bom que em França, na Uni-



versidade Stendhal de Grenoble, lhe tenha sido prestada esta homenagem, a da «leitura» atenta, crítica e amorosa dos seus livros.

O neocavaquismo reciclado e a dramatização anunciada

■ Carlos
Gonçalves

A caminho do dia de votos vão andando as pré-campanhas dos diversos candidatos. Todas e cada uma vão deixando transparecer o que de essencial as norteia e as respectivas opções táticas ou de circunstância.

Neste quadro, o “desempenho” de Cavaco Silva merece particular atenção. Não apenas porque é o candidato da direita que se impõe derrotar, mas também porque a respectiva “prestação” está cheia de “espertezas saloias” a merecerem ponderação e pública notícia.

Há os cartazes da desejada “onda”, que tarda a chegar mas lhe projecta a poupa, e os das “boas festas”, que não se sabe bem se são dum candidato a Pai Natal ou o pré-anúncio de “saldos de fim de estação”. Sabe-se lá se os estrategos da candidatura concluíram que assim está tudo dito, ou que o melhor é mesmo nada dizer.

Há os apoios “abrangentes” e “exteriores ao PSD” que se procura relevar, mas que se resumem às clientelas veneradoras e obrigadas e à direita e respectiva extrema, que, mesmo escondidas atrás da “neutralidade” para salvar a face, lá arranjam maneira de não apresentar candidato, de o acolitar com diversos PPs de “segunda ordem” e de o cobrir com “ingenuamente coincidentes” ataques de Monteiro aos candidatos da área democrática.

Há uma mensagem especial para os indecisos, a quem se ameaça com a teoria dos ovos e dos cestos, como se o ovo de Cavaco não fosse o do cuco, que o quer chocar no ninho que não é o seu, como se o cesto de Cavaco não fosse o das mais desgraçadas políticas de direita, que se procuraria continuar a impor, sem preconceito, a partir de Belém.

Há a conjectura de que Cavaco é o melhor Presidente para Guterres, porque “nunca tiveram nenhum conflito directo” ou porque - razão de fundo e não despicienda - assim Guterres poderia prosseguir a política de direita com o “alibi presidencial” e insiste-se que no PS se deve votar Cavaco, como se os critérios do eleitorado socialista fossem coincidentes com o que desejam (e vão obtendo) os grupos económicos dominantes.

Há o “neocavaquismo reciclado”, uma montanha de tretas sobre a “estabilidade” e a “leitura comedida” dos poderes presidenciais, profissões de fé na “coabitação” e juras de “não interferência” na “governabilidade” e de “respeito da Constituição”, procurando desesperadamente recuperar votos perdidos nas legislativas e fazer esquecer os dez anos de governação autoritária, o incumprimento da Lei fundamental e a cruzada contra as “forças de bloqueio”.

Há um recado quase subliminar para o PSD, com recurso às velhas tónicas da “modernidade” e da “afirmação no mundo” (já que o “oásis” e o “pelotão da frente” soçobraram em descrédito), relativizando a maioria PS e misturando a referência aos poderes do Presidente “em caso de queda”, para que fique claro, para o eleitorado mais fiel, que não se deve impressionar com a reciclagem neocavaquista, porque Cavaco continua igual a si próprio e pronto para o ajuste de contas com o 1 de Outubro.

E há esta caterva de despudorados “argumentos” do anticomunismo serôdio contra os candidatos democratas, repescados da investigação quase paranóica do passado, como o faria talvez o SIS, e sempre como se a democracia fosse obra do 25 de Novembro e Cavaco o seu farol, sempre como se fosse crime ter estado do lado de Abril e diabólicas as opções progressistas, como se não fosse um direito do PCP ter a sua própria candidatura e juntar vontades e votos para derrotar Cavaco, sempre procurando galvanizar a direita e amedrontar todos os hesitantes deste mundo e do outro.

E vai haver a mais superlativa das dramatizações que for possível a Cavaco e à sua candidatura encenar, dirigir e arregimentar,

num crescendo de massificação e espectacularização da campanha, num tom que se adivinha do mais frenético anticomunismo para quando se estiver quase a votos, porque, tal e qual estão as coisas, Cavaco não tem nada a perder e só lhe resta subir a parada.

Espertezas saloias, neocavaquismo reciclado, anticomunismo e dramatização não garantem a Cavaco a almejada vitória presidencial de desforra de 1 de Outubro, mas são manobras a que é necessário estar atento e responder.

É indispensável derrotar Cavaco. Com perdão dos alunos, é tempo do “professor” voltar à faculdade.



■ Carlos Brito

MACAU no termo da administração portuguesa

A impressão justamente negativa com que a opinião pública portuguesa reagiu aos gastos milionários da pomposa inauguração do aeroporto de Macau, não pode diminuir nem o significado político do acontecimento, nem a sua importância para o presente e o futuro do território e dos seus habitantes.

A inauguração constituiu também, é quase certo, o último grande acto da administração portuguesa antes do regresso de Macau à soberania da China, o que, de acordo com a Declaração Conjunta luso-chinesa, ocorrerá dentro de quatro anos, em 20 de Dezembro de 1999.

O sentimento de despedida esteve, por isso, presente nos numerosos convidados, especialmente nos portugueses idos de Lisboa, que assistiram à cerimónia.

Este sentimento foi particularmente intenso quando o Governador, Rocha Vieira, depois de salientar que «poucos territórios do mundo com dimensão comparável a Macau» se poderão gabar de uma infra-estrutura daquela importância, rematou: «Macau ficará como símbolo do que foi a nossa presença no Mundo.»

A despedida do império, comentava-se depois.

O «sonho do céu azul»

A referência ao aeroporto inaugurado como a realização de um velho sonho dos macaenses foi uma tónica comum aos discursos dos três oradores que intervieram na cerimónia - o Governador de Macau, Rocha Vieira, o Vice-Presidente da República Popular da China, Rong Yiren, e o Presidente da República de Portugal, Mário Soares.

O Vice-Presidente chinês conferiu-lhe mesmo a cor do imaginário oriental, ao afirmar que estava «concretizado o "sonho do céu azul" desde há muito esperado pelos residentes de Macau», antes de se manifestar certo de que ele «vai melhorar o ambiente de investimento no território e dar novo impulso à prosperidade económica, promovendo fortemente o desenvolvimento e o progresso social e favorecendo a transição pacífica».

O sonho do aeroporto materializou-se, depois de várias peripécias, algumas pouco edificantes para o nosso país, numa complexa obra de engenharia que ocupa 181 hectares, dos quais 115 correspondem a uma ilha artificial, 11 às pontes de ligação e 55 às instalações em terra. Tem capacidade para receber seis milhões de passageiros por ano e uma placa de estacionamento para 26 aeronaves de médio ou grande porte.

Com o aeroporto internacional e a fixação das primeiras carreiras aéreas, Macau liberta-se da dependência de Hong-Kong para as ligações com o mundo, pode beneficiar da saturação do aeroporto desta antiga colónia britânica e passa a desempenhar um novo papel em relação a zona vizinha de Zhuhai e a toda a província de Cantão, de acelerado crescimento.

Amizade luso-chinesa

Deve também ser dito que o sonho macaense, que começou a ser acalentado nos anos de declínio que mortificaram o território enquanto vigorava em Portugal a ditadura fascista, só começou a tornar-se uma esperança, agora realizada, com o 25 de Abril, o advento da democracia portuguesa e as relações de amizade e cooperação que se estabeleceram entre Portugal e a República Popular da China.

Foi este clima de relações que tornou possível o caminho iniciado pela Declaração Conjunta luso-chinesa, de 1987, e os sucessivos instrumentos e acordos sobre a transição pacífica do território para a soberania da China.

Mário Soares declarou mesmo que «este aeroporto representa o bom entendimento entre a China e Portugal», acrescentando que

«o mais importante de tudo para Portugal no nosso relacionamento, é o reforço do clima de boa amizade e de fecundo intercâmbio entre os nossos dois países, cumprindo-se assim no presente e tendo em vista o futuro uma tradição multissecular.»

Esta tónica da amizade e do bom entendimento luso-chinês, nomeadamente na resolução dos problemas do território, não se reduziu apenas aos discursos cerimoniais, foi também o sentido atribuído pelas duas partes ao encontro que se realizou, à margem dos actos de inauguração, entre o Presidente português e o Vice-Presidente chinês.

Entretanto, parece exagerada a afirmação de que não existe qualquer problema, como foi sentenciado oficialmente, pois, ao que se diz, seriam observadas algumas dificuldades relacionadas com transferências financeiras para fora do território, em que mais uma vez estaria em causa a Fundação Oriente.

De qualquer forma, Rocha Vieira garantiu que «trabalhar para o sucesso do processo de transição é uma exigência que se manterá como preocupação central do Governo de Macau».

E as «pedras vivas»?

É evidente e incontestável o grande esforço de investimento, em especial público, que tem sido feito nestes anos que se segui-

na sua promoção como cidadãos, na salvaguarda do seu futuro no processo de transição e como se relaciona com os valores históricos e culturais portugueses, as «pedras vivas» de que falava António Sérgio, que tanto importa salvaguardar.

Lê-se com algum desgosto que a importante actividade industrial, que ainda há alguns anos permitia dizer que «Macau não é bem a Las Vegas do Oriente», está em franco declínio e que o «turismo baseado na atracção do jogo» se torna absolutamente dominante, confirmando «a vocação do território para ser o Monte Carlo da China e da Ásia».

Pensa-se nas fabulosas negociatas e fortunas que se diz terem sido feitas à sombra daquelas e de outras obras e na corrupção que aflorou em alguns casos retumbantes.

Suscitam dúvidas as garantias dadas aos funcionários públicos e aos reformados do território.

Quando a Declaração Conjunta luso-chinesa foi debatida pela Assembleia da República, em Dezembro de 1987, o PCP, que lhe deu o seu voto de aprovação, com regozijo, pois vinha ao encontro do que os comunistas portugueses defendiam desde 1965, fez algumas recomendações, que é oportuno recordar.

Uma, referia-se «à grande firmeza para com os comportamentos oportunistas e favoritistas» que se exigia às autoridades portuguesas, que deviam também «dar as melhores provas de isenção, rigor, transparência e justiça nas decisões». O tempo provou que eram adequadas estas preocupações.

A outra, encarecia «a salvaguarda dos valores culturais» e das «estipulações relativas à protecção da língua portuguesa». Não parece ser nada famoso o balanço nestes domínios.

Uma rara herança

A maior decepção que acolhe o português que chega a Macau pela primeira vez é a de verificar quanto é quase total o desconhecimento da nossa língua.

Custa a acreditar que seja aquele um território onde Portugal foi potência administrante durante 450 anos. A primeira sensação é a de se estar no estrangeiro, sem mais.

A situação pouco melhorou nos anos que se seguiram à Declaração Conjunta, mas há ainda muito que se pode fazer a favor da língua portuguesa até 1999, atendendo sobretudo a que ela permanecerá como língua oficial, a par do chinês, para além daquela data, na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.

Falámos atrás da sensação de se estar no estrangeiro quando se chega a Macau, mas é só uma primeira sensação, como dissemos. Reparando melhor, chega-se à conclusão de que, para além da barreira da língua, há tanta coisa que nos é comum e familiar nas casas, no comportamento das pessoas, no ambiente, que é como se lá já tivéssemos estado.

Espantosa é também a facilidade com que nos fazemos entender pelos

gestos, a pressupor um velho conhecimento recíproco.

Dir-se-ia que Macau de tanto conviver com Portugal acabou por tornar-se-lhe parecido, mas mantendo-se radicalmente diferente, como acontece com alguns velhos casais ao cabo de muitos anos de vida em comum.

Ora esta rara herança de convivência e conhecimento recíproco entre dois povos não é, com certeza, dos menores valores que importa salvaguardar.



Ruas de Macau



ram à aprovação da Declaração Conjunta, nomeadamente, em infra-estruturas básicas e de transportes, onde se contam um novo porto, um novo terminal marítimo para passageiros, uma central de incineração, uma nova ponte a ligar Macau à ilha da Taipa e agora o aeroporto internacional.

É um esforço que não pode deixar de se apreciar positivamente, mas que se situa na área das infra-estruturas materiais e que por si mesmo nada nos diz de como se traduziu na vida dos residentes,

■ José Decq Mota

A Associação Cívica "Forum Açoriano" promoveu, em 17 e 18 de Novembro passado, em Ponta Delgada, o Colóquio "Pensar os Açores Hoje", constituído por quatro painéis dedicados à situação dos Açores antes do 25 de Abril, à construção do sistema autonómico, às consequências da integração europeia e às perspectivas actuais de mudança. Foi exactamente para participar no painel intitulado "Mudanças em Perspectiva" que o "Forum Açoriano" convidou o camarada José Decq Mota que apresentou a comunicação que hoje divulgamos. Refira-se que a mesa do painel referido foi presidida pelo Dr. Roberto Amaral, Presidente do "Forum Açoriano", que o comentário esteve a cargo do Dr. Mário Mesquita e que os restantes oradores foram a Prof. Dra. Gilberta Rocha, da Universidade dos Açores, do Prof. Dr. Monteiro da Silva, Presidente da Câmara do Comércio dos Açores, do Dr. José Reis Leite, Deputado do PSD na Assembleia da República, e o Prof. Dr. Medeiros Ferreira, Deputado do PS na Assembleia da República.

O Colóquio «Pensar os Açores» insere-se num esforço de debate dos problemas promovido, desde há alguns anos, pela Associação Cívica «Forum Açoriano».

Embora planeado e organizado há já alguns meses, tal facto não impediu que circunstâncias políticas dos tempos mais recentes sublinhassem a oportunidade deste Colóquio e, de algum modo, dessem aos temas aqui discutidos a natureza de questões que se revestem de uma indiscutível e evidente actualidade.

Debater os problemas regionais num espaço plural como este, é certamente importante em si mesmo e muito benéfico para a construção do nosso futuro colectivo.

Importa, aliás, evidenciar o facto de ser importante haver na nossa sociedade esta vontade de debater o passado e o presente, como pressuposto essencial para a construção de um futuro que possa responder às nossas necessidades e anseios.

Interpretei o convite, que muito agradeço, do «Forum Açoriano» para usar da palavra nesta sessão, como um convite feito a um interventor político, que procura, no quadro da força partidária em que intervém, contribuir para a construção de um futuro melhor para a nossa terra.

Aceite assim, com gosto, o convite, pós-se-me logo a questão de definir qual o tipo de contributo que seria útil trazer a este debate, dedicado ao tema «Mudanças em Perspectiva».

Este debate faz sentido e é mesmo muito necessário, na exacta medida em que as perspectivas de evolução da vida regional, da sua economia e do funcionamento do seu sistema político próprio, estão envoltas numa espessa nuvem de incerteza e motivam um crescente número de interrogações que precisam de ter respostas.

Esta situação envolvente impeliu-me a tentar, de algum modo, trazer hoje aqui os aspectos essenciais da perspectiva de mudança que a acção política em que me integro procura motivar na nossa sociedade. É evidente que tal tentativa, para ser inteligível, terá que ser feita no quadro de um esforço de análise da nossa realidade.

As palavras breves que se seguirão estão, no entanto, esbocadas em duas convicções profundas: a primeira é a de que as «mudanças em perspectiva» (nosso tema central) dependem, muito seriamente, das perspectivas de mudança que possam coexistir e ter a sua própria afirmação na vida regional; a segunda é a de que as mudanças que se vierem a efectivar no curto, no médio e no longo prazo terão que ter, para serem válidas, uma rigorosa correlação com a vontade dos açorianos, livremente expressa.

Que sentido para a mudança?

A palavra mudança faz hoje parte integrante do vocabulário político regional quotidiano.

Falam em mudança, de há muitos anos a esta parte, todos os que assumem posturas de discordância com as políticas seguidas e com as práticas adaptadas e que procuram propor outras políticas e outras práticas.

A partir de certa altura começou a aparecer a palavra mudança proferida por cidadãos cuja acção política se foi desenvolvendo na área do poder regional estabelecido, mas que decidiram assumir, mais ou menos claramente, discordâncias ou diferenças com o núcleo determinante desse mesmo poder.

Hoje não será exagero notar que a palavra mudança já é usada, e com grande insistência, mesmo pelos que exercem ou determinam o exercício do poder regional.

Vamos todos falando de mudança, mas com que sentido?

Por outras palavras, cabe perguntar o que é que carece realmente de mudança?

Construir uma democracia avançada nos Açores

As respostas que o quotidiano nos dá a esta questão são muito dispares e avança-se muitas vezes sem rigor, com algumas ideias soltas sobre o que se quer mudar.

Uns dizem que é preciso uma «Nova Autonomia», outros sustentam que é preciso antes «democratizar o funcionamento do Sistema Autonómico», outros garantem que será preciso, no essencial e apenas, renovar a liderança do partido que tem sido maioritário.

Esta vulgarização do uso político da ideia de mudança penso que é, por si só, um indicativo bem seguro de que estamos em vésperas de um período que poderá ser de modificações a nível dos comportamentos, das orientações e das opções, e que só ganharemos se essas modificações forem profundas e procurarem dar resposta aos múltiplos problemas que se colocam à nossa sociedade.

Não é preciso recorrer a análises muito rebuscadas para se perceber que um dos dados político sociais mais importantes dos dias de hoje, na nossa Região, reside no descontentamento que está presente nesta sociedade.

Esse descontentamento social, que é bem patente pelo menos desde 1988, expressa-se por várias formas mas, por diversas razões, ainda não se assumiu como força motora de uma mudança política visível.

O descontentamento social alargou-se a partir do momento em que se foi tornando claro que os problemas do desenvolvimento não estavam a ter um tratamento que provocasse respostas positivas e a partir do momento em que a confrontação institucional tomou contornos muito explícitos.

Recordo aqui que o partido maioritário - o PSD - estruturou todo o seu discurso político preparatório das eleições regionais de 84, à volta da ideia de que o período da construção das infra-estruturas estava a chegar ao fim e que se iria iniciar o período em que seria dada toda a prioridade ao desenvolvimento. Ao invés de acontecer isso, o que se verificou foi que os anos seguintes foram anos em que os problemas da economia regional se começaram a mostrar verdadeiramente.

Recordo também que o período entre 84 e 88 é um período em que se acentua, especialmente a partir de 86, uma perspectiva de confrontação institucional que revelou, acima de tudo, um muito grande distanciamento do núcleo duro do poder regional em relação aos contornos essenciais do Sistema Autonómico consagrado na Constituição da República.

O desenvolvimento anunciado não se verificou e a confrontação institucional veio diluir-se na «tranquilidade» que o centralismo da maioria absoluta de Cavaco Silva quis impor.

No entanto ficou claro que era muito difícil encontrarem-se, com os novos enquadramentos entretanto surgidos, os caminhos certos para afirmação desta economia regional, tendo como pontos de referência o direito de produzirmos de acordo com as nossas potencialidades e o direito de termos um grau e um ritmo de desenvolvimento idêntico ao espaço económico amplo em que estamos (desde 1986) integrados.

Ficou também claro que o modelo constitucional de Autonomia político-administrativa era, em pontos importantes, contestado pelo sector conservador que exercia o poder regional e que era olhado com desconfiança pelo poder também conservador instalado, em termos absolutos, no Governo da República.

A partir de 84 o exercício do poder regional começou a deixar de usufruir da facilidade de aceitação que o período de construção de infra-estruturas essenciais tinha gerado.

A partir de 86 os titulares do poder regional efectivo lançaram para a sociedade, através da confrontação, uma necessidade de revisão do sistema político próprio que a sociedade em geral não compreendia.

A partir de 89 a denominada «autonomia tranquila» foi dando lugar crescente a uma postura que, tendencialmente, foi aceitando como boas para os Açores todas as medidas que o poder central entendia serem boas para o Continente.

A autonomia, como meio de gerar medidas adequadas às especificidades regionais, foi assim, até aos nossos dias, perdendo eficácia e foi-se transformando, cada vez mais, num administrativo crescente que tinha e tem de aplicar, de forma mais ou menos autónoma, medidas muitas delas inadequadas às especificidades regionais.

A concentração económica acentuada com a governação de Cavaco Silva, foi sendo, neste quadro, aplicada e atingiu de forma muito forte a estrutura, predominante na Região, de pequenas e médias empresas.

O imediato das políticas governativas, nas áreas económicas e sociais, determinado, no essencial, pela vontade de manter o ascendente eleitoral, motivou o uso errado e inconsequente de muitos meios que a Região dispôs, incluindo dos meios que a partir de certa altura foram obtidos com recurso à dívida pública.

A economia regional não pôde assim ultrapassar minimamente as dificuldades existentes e as consequências sociais negativas acentuaram-se, de forma muito notória e rápida.



Hoje há problemas muito sérios no que respeita ao desemprego, à falta de oferta de emprego, à falta de perspectivas para a juventude, à crescente precariedade nas relações de trabalho e ao alastramento de situações de pobreza. Mas mais do que acentuar estas questões, aliás muitíssimo sérias, gostaria, no entanto, de sublinhar, neste momento, que o problema mais difícil com que nos defrontamos nestas áreas continua a ser o da indefinição que reina quanto ao futuro.

Sabemos que temos condições para ter um forte sector agro-pecuário e industrial dele derivado; sabemos que podemos e devemos desenvolver a pesca e indústrias derivadas; sabemos que é fundamental uma actividade turística, com importância económica mas concebida no quadro de defesa e divulgação dos nossos patrimónios natural e cultural; sabemos tudo isso, mas não sabemos quais serão, em definitivo, as regras envolventes, ou seja, não sabemos se há vontade política nacional e comunitária que aponte claramente para a justa viabilização da nossa economia regional.

Esta indefinição deveria ter determinado um grande rigor no desenvolvimento das políticas internas; deveria ter inspirado uma defesa firme da necessidade de medidas específicas em vez de motivar confrontações conceptuais de recorte pouco claro; deveria ter motivado uma total transparência no exercício do poder regional.

Na minha opinião não aconteceu assim e juntámos às indefinições que resultam do facto desta região insular e distante ser uma ínfima parte do espaço económico alargado em que estamos, as incertezas que resultam directamente de uma governação que sempre mencionou o desenvolvimento como objectivo, mas que sempre se mostrou incapaz de o visar, mesmo que tendencialmente.

Foi com este tipo de evolução, apenas esboçada, que chegámos à situação presente em que os titulares do poder regional não só incluem no seu discurso a ideia de mudança, como se viram confrontados com a queda do seu próprio Governo, provocado pelo pedido de exoneração do respectivo Presidente e líder da maioria.

Deve no entanto ressaltar-se que a ideia de mudança avançada pelos dirigentes da maioria regional prende-se, certamente, mais com a forma do que com o fundo, na medida em que o programa do 6º Governo, há dias aprovado, não aponta nenhuma mudança sólida de política.

Os problemas da economia e da sociedade são hoje muitos e muito



sérios, mas não podemos avançar numa tentativa de definir nem «mudanças em perspectiva» nem a «perspectiva de mudança» que defendo, sem nos determos em mais dois problemas.

As potencialidades da Autonomia

Ouve-se falar com insistente frequência na necessidade de uma «nova autonomia» ou na necessidade de «um novo modelo de autonomia».

Gostaria de referir com toda a clareza que continuo a pensar que o Sistema Constitucional da Autonomia em vigor, contém em si mesmo elevadíssimas potencialidades e configura, no essencial, um modelo institucional adequado à governação específica desta região insular e distante.

Aceitando que podem ser necessários alguns aperfeiçoamentos e mesmo algumas clarificações, não me parece adequado considerar-se que a raiz profunda dos nossos problemas esteja centrada nos pontos definidores essenciais do Sistema Constitucional da Autonomia.

Pensando assim, também penso, necessariamente, que uma perspectiva adequada de mudança não passa pela consagração de um outro modelo constitucional de autonomia.

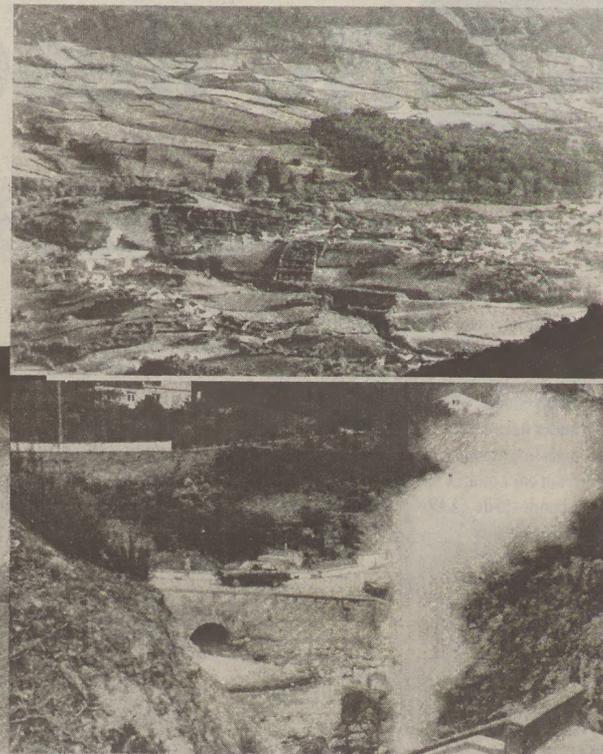
A autonomia não pode ser vista como um fim, mas tem, antes, que ser encarada como o meio indispensável de possibilitar, no quadro do Estado, o adequado tratamento do muito que nos é específico.

A este respeito convirá registar que um dos principais problemas que penso existir se prende com o facto de, nestes últimos 20 anos, o funcionamento do sistema autonómico não ter sido inserido com normalidade no funcionamento global do Estado.

O actual Sistema Constitucional da Autonomia, definido no essencial pela existência de Órgãos de Governo próprio eleitos e únicos para toda a Região, pela existência de um poder legislativo regional exercido unicamente pela Assembleia Legislativa Regional, pela dependência do Governo Regional em relação à Assembleia Legislativa Regional, pela existência de um Orçamento Regional aprovado pela Assembleia Legislativa Regional e pela existência de uma figura que, representando a Soberania Nacional, faz a ligação entre o Estado e a Região, configura um modelo adequado às nossas necessidades.

Há muito que penso que este modelo, com os seus desenvolvimentos estatutários, nunca foi totalmente aproveitado porque, por um lado, não correspondia ao pensamento profundo dos detentores do poder regional e, por outro lado, gerou, inconspicivelmente, desconfianças que motivaram atitudes centralistas pela parte de detentores do poder da República.

Entretanto e uma vez que, especialmente nos últimos anos, o nosso sistema político próprio não gera medidas de política específicas, temos que ter a consciência de que a ideia de autonomia está



socialmente enfraquecido, apesar de ser, mais do que nunca, necessária.

Penso que estas mudanças estão, ou têm que estar, em perspectiva, porque não é credível que essa espécie de domínio imobilizador que nos tem tolhido continue a existir indefinidamente.

A perspectiva de mudança pelo qual me empenho na actividade política regional tem procurado dar o contributo que está ao seu alcance, para que essas mudanças urgentes se venham a dar.

Objectivos

Dei a este trabalho o título «Construir uma democracia avançada nos Açores».

A luta política em que participo tem como objectivo estratégico essa ideia resumida nesse título.

Construir uma democracia avançada nesta nossa terra será conseguir que os Açores sejam uma Região Autónoma portuguesa, onde se viva em liberdade, onde se construa o progresso e onde se atinja a justiça social.

A ideia de democracia avançada que defendo, pressupõe que a democracia seja, simultaneamente, política, económica, social e cultural.

Permitam-me que enuncie, muito resumidamente o conjunto de grandes objectivos que permitirão avançar o nosso viver colectivo nesse sentido democrático aprofundado:

1º - Encarar a Autonomia como garante indispensável da identidade regional e como sistema governativo despojado de conflitualidade em relação aos órgãos de soberania. Encarar a unidade regional como um objectivo só realizável num quadro de políticas que visem o desenvolvimento harmónico de todas as ilhas e a satisfação dos interesses essenciais de todas as faixas e camadas sociais.

2º - Criar um poder regional democrático, representativo, participado e eficiente, capaz de fazer face, em cada momento, às múltiplas situações específicas e aos grandes desafios regionais.

3º - Atingir um desenvolvimento económico regional, assente numa estrutura económica de empresas privadas, cooperativas e públicas, que se baseie no máximo aproveitamento das potencialidades existentes e que procure diminuir a desvantagem que resulta da nossa situação de insularidade distante.

4º - Realizar uma política social que vença e anule as assimetrias e atrasos existentes e garanta a igualdade de condições e nível de vida face ao restante espaço nacional e comunitário.

5º - Realizar uma política cultural que seja factor de emancipação individual e social, que potencie as especificidades culturais da Região e que contribua para o enriquecimento do conjunto da cultura portuguesa.

Cada um destes pontos careceria de ser desenvolvido e explicado. O tempo disponível não me permite fazer isso, mas gostaria de sublinhar que esta perspectiva de mudança continuará, persistentemente, o esforço de intervenção que tem tido na vida regional.

Sou dos que acredito que a persistência é essencial em tudo na vida e é especialmente essencial quando se visa contribuir para a construção de algo novo.

Construir este tipo de democracia avançada, porque profunda, poderá parecer a alguns irrealizável.

Penso, porém, que tudo o que foi colocado está ao alcance de todos os que, querendo uma mudança, pretendem construir neste nosso espaço de ilhas e mar um futuro solidamente melhor.

Chegou a altura

Diria, sem buço, que algo tem que mudar, não para que tudo fique na mesma, como alguns desejariam, mas fundamentalmente para que possa perdurar a ideia justa segundo a qual o nosso desenvolvimento passa pela adequada resolução, por órgãos políticos regionais, dos nossos problemas específicos, num quadro claro de unidade da Nação de que somos parte.

Gostaria de referenciar, a título de exemplo, algumas das questões que têm de ser tratadas em termos de mudança.

Por um lado, não é sustentável que não se resolva o grave problema financeiro que afecta a Região; não é sustentável que não se defenda, como um dos vectores essenciais dessa resolução, uma política de expansão da nossa economia regional; não é sustentável que não se defendam medidas permanentes que ajudem a atenuar os custos acrescidos que a insularidade gera; não é sustentável que não se exija muito mais transparência e eficácia na aplicação dos meios de que a Região dispõe.

Por outro lado, chegou a altura de fazer desaparecer dos nossos comportamentos as razões, objectivas umas, subjectivas outras, que muito têm contribuído para limitar a participação de muitos cidadãos na actividade política e cívica; chegou a altura de deixar de confundir a dignidade política própria dos Órgãos Regionais com uma espécie de «pompa estatal» que não acrescenta eficácia, apenas cria distanciamentos e onera o funcionamento do sistema político; chegou a altura de olhar para o nosso Estatuto, lê-lo e revê-lo sem preconceitos e usar todos os meios nele existentes e que possam ajudar a resolver os problemas regionais; chegou a altura de acreditar que, apesar da insularidade, apesar da distância, apesar da nossa pequena dimensão, não temos apenas o direito, temos antes a possibilidade de nos desenvolvermos mantendo todas as características próprias que nos são caras.

Se não se encontrarem, com urgência, nos planos político, económico, social e cultural energias para mudanças que vão nestes sentidos receio bem que acabemos por deixar esvaziar as possibilidades que hoje existem, no maior grau de sempre, de termos uma palavra determinante na resolução daquilo que nos é próprio.

Viagens em Inglaterra

Manoel de Lencastre

No desequilibrado mundo do futebol

O recente encontro de futebol que se disputou no estádio de Wembley entre as selecções de Portugal e da Inglaterra suscitou considerável atenção. O mesmo se deu com o sorteio para as finais do Europeu de 1996 que se realizarão em Junho, também em Inglaterra. Dado que o movimento desportivo e futebolístico despertam enorme interesse entre as multidões de adeptos, entendemos abordar as grandes questões do futebol, o chamado «desporto-rei», entrevistando um dos seus mais interessantes observadores. De entre os jornalistas portugueses que estiveram em Londres na cobertura do Inglaterra-Portugal, destacamos o correspondente de «A Bola», Astregildo Silva. Pedimos-lhe a sua opinião sobre meia dúzia de assuntos.

Começamos por perguntar-lhe se podia definir as causas que mais contribuem para a crise actual do futebol em Portugal. Eis a sua resposta:

«O futebol é o principal desporto a que se dedicam os grandes clubes portugueses. Não pode deixar de reconhecer-se a importância do futebol profissional e, possivelmente, já não existem condições para acabar com o actual estado de coisas e regressar ao amadorismo. Mas nada estaria errado no futebol profissional se os clubes não se tivessem deixado arrastar para práticas capitalistas selvagens. Hoje, as direcções dos clubes recorrem a todos os mais estranhos meios para que possam permanecer nos torneios da UEFA e competir para receitas elevadas que lhes permitam administrar a situação de falência adiada em que vivem.»

Cientes em vez de adeptos

Sabemos, entretanto, que também em Inglaterra existem problemas, principalmente financeiros que tornam a vida dos clubes num autêntico calvário.

«Precisamente», disse-nos Astregildo. E esclareceu: «Neste país, a tradição clubista tem sido gradualmente estrangulada pelos interesses dos grandes – o Manchester United, o Liverpool, o Arsenal, o Newcastle United o Tottenham e o Everton. Estes clubes são autênticas companhias que funcionam como grandes sociedades por acções e nada têm de desportivo. Para eles, o futebol é um departamento tal como a venda de produtos a que chamam «merchandising», o aluguer de restaurantes e salões para festas, congressos, celebrações diversas. Por exemplo: o presidente do Newcastle United, o clube que vai na frente do campeonato de Inglaterra, é propriedade de um conhecido capitalista, Sir John Hall, cujos interesses se estendem ao nosso país através de uma empresa de construção civil que opera na

zona do Estoril sob o nome de «Cameron-Hall». Este senhor disse-me, há meses, que no seu clube não existem adeptos ou sócios e simpatizantes, mas, sim, clientes. Segundo os seus métodos, ele, capitalista, oferece um produto, o futebol, e os clientes compram esse futebol, as camisolas de vários modelos, todo o arsenal de produtos que tem para vender».

Mas, o futebol não é assim, atalhámos...

«Pois não. Porém, fizeram-no assim. Os clubes adquirem jogadores por montantes astronómicos que, às vezes, não podem pagar e afundam-se, depois, em dívidas e programas de pagamentos que os asfixiam e esvaziam do seu verdadeiro objectivo. Os salários dos jogadores estão a matar tudo. Existem muitos pequenos clubes em Inglaterra e na Escócia cuja situação de falência está perfeitamente à vista. As pessoas não compreendem os clubes de futebol em situações dessas. E não compreendem, igualmente, porque não de ser homens de negócios a dirigí-los. Os homens de negócios, com algumas excepções, são pessoas falidas nas suas actividades comerciais, que se juntam aos clubes de futebol na esperança de novos contactos, novas receitas, novas oportunidades. O futebol tem muita força, o público ainda gosta de viver tardes de emoção nos estádios. Os oportunistas aproveitam esse espírito.»

Tínhamos de perguntar a Astregildo Silva a sua opinião sobre o momento estranho que se vive no futebol português...

«É bem estranha a conjuntura, na realidade. Assim, no estádio de Wembley, a equipa portuguesa realizou uma exibição que o público inglês reconheceu ter sido das melhores que se viram no famoso estádio. Mas, nos bastidores, a situação apresenta-se opaca, inaceitável. Veja o que está a passar-se com o Benfica. São os malditos negócios de compra e venda de jogadores com a intervenção de múltiplos especuladores e aventureiros que arruinam os clubes portugueses. Veja que os dirigentes dos clubes são quase sempre pessoas de negócios. Os intermediários na compra e venda de jogadores, inventam transacções na esperança de que se materializem e venham a dar lugar a boas comissões. Às vezes, um simples fax especulativo desencadeia um processo de compra e venda. Em certos casos, os próprios dirigentes dos clubes envolvidos na qualidade de compradores e vendedores e, até, o jogador em questão, são os últimos a saber o que se passa. Tudo foi inventado pelo especulador. Estes inter-

mediários deveriam, simplesmente, ser proibidos, impedidos de exercer a estúpida, inacreditável actividade a que dão o nome de «empresarial». Mas trata-se de pessoas sem escrúpulos e sem princípios. A própria FIFA tem tentado regulamentar a acção destes corsários, mas como os dirigentes da FIFA são pessoas de múltiplos negócios, só regulamentam até certo ponto. Depois, tudo se contorna, tudo volta à primeira forma ainda que sob diferentes atalhos. Entre futebol e negócios, entre futebol e especuladores não há qualquer possibilidade de coabitação. Mas sei onde tudo isto acabará: na ruína dos clubes e no triste espectáculo dos estádios vazios.

Clubes portugueses têm maus dirigentes

Diga-nos alguma coisa sobre o panorama em que existem os principais clubes portugueses...

«A direcção do Benfica é formada por homens de negócios. Não sabem dirigir o seu grande clube a não ser no espírito e nos princípios das actividades empresariais. Isso quer dizer, simplesmente, ruína. A direcção do Sporting é presidida pelo antigo ministro da Cultura, Dr. Santana Lopes, uma cinzenta figura que deixava a Biblioteca Nacional funcionar sem aquecimento porque as facturas da electricidade não eram pagas. Onde está a credibilidade de uma pessoa destas para dirigir um clube como o Sporting? O presidente do Porto é, simultaneamente, presidente da Liga dos Clubes e do chamado «Organismo Autónomo», uma estranha organização que funciona ao abrigo da própria Federação Portuguesa de Futebol cuja autoridade parece consideravelmente diminuída. Pode dizer-se que a Federação tem no seu seio o vírus que a está já a matar. E o facto de o referido Sr. Pinto da Costa, uma espécie de Mussolini do futebol português, estar à frente de todas as estruturas acima referidas tem de dar lugar, inevitavelmente, a múltiplas questões. Mesmo aqui, em Inglaterra, me perguntam: como é isso possível? Não há camaradagem entre estes dirigentes. Só rivalidades e desejos de se liquidarem entre si.»

Astregildo Silva é um jornalista português bastante conhecido nos meios da imprensa britânica. Sabemos de trabalhos seus nos famosos «The Daily Telegraph» e «The Sunday Telegraph» onde tem feito a apresentação de figuras da literatura portuguesa e faz a crítica de obras publicadas acerca do nosso país. Como é possível ter tempo e formação para todas essas actividades, incluindo a desportiva? Como se fez jornalista dos desportos?

«Os referidos jornais pediram-me para realizar certo trabalho em Lisboa. Mas eu, na minha juventude, tinha sido leitor de

«A Bola» desde o primeiro número desse famoso jornal português. Subi ao Largo da Misericórdia e à Travessa da Queimada, para, simplesmente, me oferecer como correspondente do jornal no caso de, evidentemente, não possuírem alguém na Grã-Bretanha. Trabalho com «A Bola» desde há cinco anos. Homero Serpa e Aurélio Márcio foram as primeiras pessoas que me receberam e admitiram. Hoje, as minhas relações com «A Bola» estendem-se a todos os departamentos do jornal. Como respeito, profundamente, todas as pessoas que lá trabalham, tornei-me respeitado. Não é difícil, nestes termos, criar raízes. Mas eu tivera uma espécie de relacionamento secreto com «A Bola» desde o princípio, como seu leitor. Lendo o jornal, compreendia a sua orientação e fiquei a conhecer os grandes nomes do jornalismo desportivo português. Apreciara bastante o trabalho do tenente-coronel Ribeiro dos Reis quando Presidente da Assembleia Geral do Benfica. Cândido de Oliveira fora um conhecido antifascista. O Dr. Vicente de Melo, o sobretudo sempre sobre os ombros, tomava café no Nicola. Conheci a alma do jornal «A Bola», mas nunca me passou pela cabeça que viria, um dia, a trabalhar lá. Carlos Pinhão, quando se apercebeu do fundo dos meus trabalhos, disse que eu tinha sido a melhor aquisição feita pelo jornal. Fiquei bastante impressionado.»

A BOLA

INTERVALO

TERÇA-FEIRA, 12 de Dezembro, 1995 37

CRÓNICAS DA NEBLINA BRITÂNICA

Duas nações



O Inglaterraportugal que vai jogar-se no Wembley constituirá mais uma afirmação da amizade

sa, ao contrário do povo britânico, tem-nos dado desgostos e prejuízos.

Para não termos de citar o Tratado de Methwen (1706) terra abandonada

tânico e português. Nos encontros de futebol e os países, aquele que r célebres 10-0 jamais p esquecido. Mas o Portuga lítico fez progressos gigantescos. Quando a equipa nacional entrar no relvado do famoso estádio a relação de forças não será tão desequilibrada quanto observamos noutros sectores da vida.

Os melhores embaixadores da Grã-Bretanha no nosso país são os Smith, os Brown, os Green, os White e as suas famílias, os que nos visitam em férias e partem, depois, com Portugal no coração. E, evidentemente, o treinador Bobby Robson, filho do povo trabalhador real e simples, cuja maneira de ser e de exercer o seu ofício tem impressionado os portugueses. Os diplomatas

se abateu, então, sobre a gal que mal começava a prender onde estavam os seus verdadeiros interesses. Tendo convencido o príncipe regente a abandonar Lisboa (1807) e a refugiar-se no Brasil, os diplomatas ingleses arrebataram o poder na nossa terra e Londres apropriou-se do comércio com a nossa principal colónia. Vencidos os franceses, os ingleses tiveram dúvidas em deixar em paz o seu aliado, já exausto. Em 1826, Maria da Glória (D. Maria II) tinha a esquadra britânica com tropas a bordo fundada no Tejo, para o que desse e viesse. O primeiro-ministro Manoel Passos (irmão de Passos Manoel) intima a soberana: «Se não se desloca para o Ingle-



Os melhores embaixadores da Grã-Bretanha no nosso país são os Smith, os Brown, os Green, os White e as suas famílias, os que nos visitam em férias e partem, depois, com Portugal no coração. E, evidentemente, o treinador Bobby Robson, filho do povo trabalhador real e simples, cuja maneira de ser e de exercer o seu ofício tem impressionado os portugueses

Em 1890, Cecil Rhodes queria partes dos territórios de Manica e

Portugal, totalmente enfraquecido pelos Braganças em declínio, teve a ceder. De então para cá a Ingle-

25 de Abril de 1974. Mas viveu bem, estranhamente, com Salazar. A verdadeira Inglaterra é a

Natal de solidariedade em defesa da Regina

À luta dos trabalhadores em defesa dos postos de trabalho e pelo pagamento de salários junta-se o apoio moral e material da população.

Com a fábrica parada desde Julho e sem receberem qualquer remuneração desde essa altura, os 420 trabalhadores da Fábrica de Chocolates Regina, apoiados pelo Sindicato da Alimentação do Sul, continuam a insistir, junto de todas as entidades com intervenção no processo, na necessidade de não deixar morrer a única grande unidade produtiva nacional deste sector.

Um forte incentivo a esta luta tem vindo de sindicatos e trabalhadores de outros sectores e da população de Alcântara, cuja solidariedade teve clara expressão na recolha de assinaturas para uma petição: em apenas três dias, o documento que pretende levar a situação da Regina ao plenário da Assembleia da República foi subscrito por mais de 5 mil pessoas.

Para continuar a chamar a atenção da opinião pública para o perigo que ameaça aquela quase secular empresa e para apelar à solidariedade moral e material para com os seus trabalhadores, está desde sexta-feira no Largo do Calvário uma *árvore de Natal* muito especial, ali colocada pelo pessoal da Regina e as suas estruturas representativas. No acto da *inauguração* também o presidente da Junta de Freguesia de Alcântara expressou a solidariedade da autarquia aos trabalhadores da Regina, empresa com importante peso na zona, nomeadamente no pequeno comércio.

Os trabalhadores e o sindicato reafirmam que a empresa é rentável e devia ser preservada, quer pelo seu valor para a economia portuguesa (tem ainda uma quota de 10 por cento no mercado nacional do sector, dominado por multinacionais, e pode recuperar ainda outra fatia igual, chegando aos 22 por cento que já deteve), quer pelos problemas sociais que o encerramento provocaria (entre os 420 trabalhadores há 26 famílias dependentes apenas dos salários

que ali auferem ambos os cônjuges).

Mas foram mais longe: fizeram contas e chegaram à conclusão que o valor dos subsídios de desemprego só de um ano — 300 mil contos — quase cobrem o valor total da dívida da Regina ao Estado (fisco e Segurança Social) — cerca de 350 mil contos. (Em Setembro a dívida total era de 1100 mil contos, dos quais cerca de 500 mil à banca e 100 mil aos funcionários).

De António Guterres a Jardim Gonçalves

Batendo-se pela defesa da empresa e dos postos de trabalho, vivendo com grandes dificuldades e mesmo algumas situações dramáticas por estarem há quatro meses sem salário, os trabalhadores



da Regina têm-se desmultiplicado em contactos (ou tentativas de contacto) com as mais variadas entidades que podem ter uma palavra a dizer na viabilização da empresa.

Já depois das eleições legislativas, os representantes do pessoal da Regina foram recebidos pelos grupos parlamentares do PCP (decidiu avançar com um requerimento ao Governo, procurando saber as respostas que este está a preparar para a fábrica de chocolates), do PSD e do PP (ambos reconheceram a importância do problema e prometeram desenvolver contactos). Na Presidência da AR obtiveram uma declaração de disponibilidade para agendar no mais breve prazo possível a discussão em plenário sobre a situação na empresa, após a entrega da petição. Aguardam ainda ser recebidos pelo Grupo Parlamentar do PS e pela Comissão de Trabalho da AR.

No Ministério da Economia ouviram o compromisso de que a **dívida do Estado não será obstáculo à viabilização**; haverá disponibilidade para a negociar, ou até perdoar, logo que a administração da Regina apresente um projecto credível de recuperação e viabilização da empresa.

Recebidos por dois assessores do primeiro-ministro, sugeriram que o chefe do Governo promovesse uma reunião dos vários ministérios ligados ao assunto, com o objectivo de assumir a posição política favorável à viabilização. Pediram ainda que seja providenciado o pagamento urgente do subsídio de desemprego aos trabalhadores que decidiram suspender os contratos ao abrigo da lei dos salários em atraso.

Ficaram a saber que o Ministério do Emprego está a preparar um relatório pormenorizado sobre a empresa, e aguardam para breve uma reunião com um responsável desta pasta.

Também entraram em contacto com os ministérios das Finanças e da Segurança Social.

Na passada sexta-feira deslocaram-se à Presidência da República.

Está também pedida, em nome das estruturas representativas dos trabalhadores, uma audiência com a administração do BCP, o grupo que detém a maior parte (cerca de 300 mil contos) dos créditos da Regina à banca. Aqui, pretendem esclarecer o andamento de um acordo entre o banco e a administração da empresa, referido por esta nas reuniões com o sindicato e a Comissão de Trabalhadores. Se não obtiverem uma resposta até ao dia de hoje, os representantes dos trabalhadores deslocar-se-ão amanhã de manhã à sede do grupo financeiro.

Em todos estes contactos, os sindicalistas e membros da CT têm sido acompanhados por dezenas de trabalhadores, que se concentram nas imediações dos locais onde têm lugar as reuniões.

Contando com o apoio da população e o calor da solidariedade — que deverá ter agora ainda mais alento, com a *árvore de Natal* colocada no Largo do Calvário — os trabalhadores da Regina não desistem de lutar pelo pagamento dos salários em dívida, pela manutenção dos postos de trabalho e pela continuação de uma empresa com mais de 70 anos, que adoçou a boca a gerações de portugueses, tem condições para fazer face à amarga concorrência multinacional e não deve ser sacrificada pela especulação imobiliária.

Terrorismo na Agrim

A administração escreve a trabalhadoras, propondo: ou trabalha sem salário ou é despedida

PAGE 01

O Sindicato da Alimentação do Sul e Tabacos considera como terrorismo psicológico a atitude da gerência da arrozeira Agrim, de Elvas, que a poucos dias do Natal mandou a quatro trabalhadoras umas *boas festas* à moda antiga (de antes do 25 de Abril!).

Na missiva distribuída no final da segunda semana de Dezembro — e que aqui reproduzimos — dizem os patrões da Agrim:

Nestes últimos meses, tem-se verificado um decréscimo acentuado na produção de arroz, gerando desta forma uma descida acentuada na nossa única fonte de receita, impossibilitando a Empresa de fazer face a todas as despesas que suporta mensalmente.

Sendo assim, vimos junto de V. Ex.ª dar-lhe a conhecer a situação da Empresa e comunicar-lhe que, a partir do dia 07.12.95, não nos é possível suportar o encargo do seu vencimento.

Certo de que irá reflectir sobre o assunto e de que tomará as decisões mais convenientes, somos gratos pela sua atenção e compreensão.

Com os melhores cumprimentos, a Gerência.

O texto da carta deve estar ainda nos computadores da Agrim, pronta para enviar a quem a gerência bem entender e quando achar conveniente. Só que, se voltar a receber a resposta que obteve nesta primeira ofensiva, talvez lhe rebente a bomba nas mãos: em vez de se deixarem intimidar, as trabalhadoras visadas comunicaram o assunto ao seu sindicato, que fez já seguir a queixa para a Inspeção do Trabalho.

Agora, só é preciso que esta actue com prontidão para fazer cumprir a lei. É que, como sublinhou ao «Avante!» o dirigente sindical Alfredo Cataluna, situações destas só podem ter lugar porque o patronato «sente as mãos livres e as costas quentes».

ARROZ AGRIM

AGRIM - SOCIEDADE AGRÍCOLA E INDUSTRIAL, LDA.
INDÚSTRIA ARROZEIRA

ESTRADA DO CAIA - ELVAS
Apartado 116 - 7302 ELVAS Codex
Tels.: (068) 623078/623079/62 19 70
Fax: (068) 623090/62 19 71
Telex: 14 668 AGRIMP.

Nº Ref.º

Vº Ref.º

Data: 95 / 12 / 07

Assunto: ...

Nestes últimos meses, tem-se verificado um decréscimo acentuado na produção de arroz, gerando desta forma, uma descida acentuada na nossa única fonte de receita, impossibilitando a Empresa de fazer face a todas as despesas que suporta mensalmente.

Sendo assim, vimos junto de V. Ex.ª, dar-lhe a conhecer a situação da Empresa e comunicar-lhe que a partir do dia 07.12.95, não nos é possível suportar o encargo do seu vencimento.

Certo de que irá reflectir sobre o assunto e de que tomará as decisões mais convenientes, somos gratos pela sua atenção e compreensão.

Com os melhores cumprimentos,

AGRIM - Sociedade Agrícola e Industrial, Lda.

Gerência

PONTOS CARTEAIS

Ai, senhores de Matosinhos...

A Câmara Municipal de Matosinhos tem um Gabinete da Juventude e um Conselho Consultivo da Juventude, o que só lhe fica bem. Estes organismos promoveram este ano (a notícia é omissa no que respeita a anos anteriores) um designado «Outono Jovem/95», que a edilidade entendeu encerrar com uma iniciativa flagrantemente original: a concentração/exibição de cerca de 20 «Ferraris» numa artéria comercial da cidade reservada a peões, a Rua Brito Capelo. Felicíssimos, os donos dos bólides confessavam ao «Expresso» pela boca de Joaquim Calém, importador oficial da marca e ele próprio proprietário de dois-bólides: «Agradecemos todas as oportunidades dadas para nos juntarmos e esta foi uma atitude muito corajosa e positiva da Câmara de Matosinhos». Bem apanhado. Realmente é preciso coragem para encerrar um programa juvenil, promovido a nível concelhio por uma autarquia, com uma exibição... de «Ferraris».

Mesmo que os cerca de 20 felizes proprietários destes tesouros automobilísticos sejam todos jovens, quanto mais não seja em espírito, trata-se de uma quota de satisfação flagrantemente baixa para a juventude de Matosinhos considerada no seu todo. De facto há fortes probabilidades de os reais anseios e problemas dos muitos milhares de jovens de Matosinhos se situarem mais próximos dos que comungam os seus pares em todo o País - melhor acesso à educação, à cultura e ao mundo do trabalho, possibilidades de realização pessoal, oportunidades de convívio e de debate, etc - que uma exibição de carros de luxo... Mas, pelos vistos, no entendimento dos responsáveis camarários para as questões da juventude do Concelho, o que a malta precisa é de ver «Ferraris»... nas mãos de duas dezenas de parolos a nadar em dinheiro. Ai, senhores da Câmara de Matosinhos! Valha-vos a Senhora da Boa Hora...

Afinal é mau ou é bom?!...

Mais uma vez os diversos operadores de televisão no

nosso País alinharam a uma cabeça só, cabeça que nem precisa de sair de Washington, Paris ou Bonna para estar nos respectivos estúdios, dado que tem, em cada um deles, cabecinhas que se encarregam de falar pela voz do mestre. O motivo da unanimidade desta vez teve por objecto as eleições na Rússia no passado domingo e funcionou em dois movimentos. Num primeiro - quando ainda se esperava influenciar as inclinações de voto na Rússia ou tirar efeitos políticos para consumo internacional - prognosticava-se a «vitória dos comunistas» como uma catástrofe eminente para a Rússia e uma ameaça para o mundo. Foi o período dos programas de fundo analisando o «ex-país dos soviéticos» ou «a pátria de Lenine» (identificações estrategicamente convocadas para adensar as apreensões), dos comentários doutamente preocupados, das análises de cenho franzido traçando cenários sombrios e

detectando ameaças eminentes. Com o aproximar das eleições e o avolumar inequívoco das previsões - aliás largamente confirmadas nas urnas - o discurso rodou repentinamente 180 graus, transmutando a «vitória dos comunistas» de catástrofe eminente em facto insignificante, passando a afirmar-se que a Duma (Câmara Baixa) saída deste escrutínio não tem poder real, que o presidente Ieltsin podia estar-se nas tintas para os resultados, que o que interessa são as eleições presidenciais do próximo ano, etc, etc. Devem andar todos muito baralhados, coitadinhos.

As «lições» de Cavaco

O Tribunal de Contas da União Europeia elaborou um relatório que revela uma inconcebível lista de irregularidades cometidas pelos Governos de Cavaco Silva na gestão dos fundos comunitários para a

agricultura, ao longo de sete anos, pondo neste momento em perigo não apenas futuras participações europeias; como a própria sobrevivência da tão defenestrada agricultura nacional. «Laxismo», «absentismo» e «negligência» são apenas algumas das acusações do Tribunal de Contas Europeu. A catástrofe da gestão cavaquista assentou num «fartar vilanagem» de que o vespertino «A Capital», em trabalho assinado por João Garcia, destaca dois exemplos significativos: Um: «Se o IFADAP tem 500 funcionários na sede em Lisboa, existem delegações regionais onde um funcionário apenas recebe os projectos, verifica, avalia, aprova e posteriormente fica encarregado de fiscalizar a correcta aplicação dos fundos e os avanços dos projectos». Outro: «Na Madeira foram satisfeitos todos os projectos, enquanto no Alentejo ainda há três mil à espera de aprovação, calculando-se que, a este ritmo, só possam ser satisfeitos entre 1999 e 2005». E anda Cavaco Silva, na sua campanha «presidencial», a dar «lições de economia» aos outros...

FRASES da SEMANA

«(O prémio) serve para reequilibrar as finanças domésticas.»

☞ (Vasco Graça Moura - «Expresso», 16.12.95)

«Não janto com Jerónimo de Sousa.»

☞ (Manuel Monteiro, na TVI, citado em «Público», 15.12.95)

«Nem todas as pessoas do PS têm a estatura de Sampaio.»

☞ (Abílio Curtó, do PS, Presidente da Câmara da Guarda - «Expresso», 14.12.95)

«Agora, em Portugal, além dos fenómenos do Entroncamento, existem os escândalos da Guarda.»

☞ (desabafo de um jornalista local, citado em «Expresso», 16.12.95)

«Em 1996, vamos reexaminar as potencialidades do mercado português.»

☞ (Rui Martinho, presidente do Deutsche Bank de Investimento - «Semanário / Negócios», 16.12.95)

«Não se pode impor uma ditadura de um banco ou de tecnocratas sem rosto e sem responsabilização, apegados a critérios abstractos, que não levam em conta as realidades sociais dos países em que são aplicados.»

☞ (Mário Soares - «Público», 16.12.95)

«Os liberais erraram, por arrogância e precipitação, ao embarcar na construção europeia proposta em Maastricht.»

☞ (Victor Cunha Rego - «Semanário», 16.12.95)

«Quem tudo quer tudo perde.»

☞ (idem)

«Pior que defraudar as expectativas dos governados é estes não saberem quais as verdadeiras orientações dos governantes.»

☞ (Nicolau Santos - «Diário Económico», 13.12.95)

«Na Partex, não sei se há um caso microfone, mas há, seguramente, um «caso megafone».»

☞ (José Alfaia, ex-administrador da Partex - «O Diabo», 19.12.95)

«Se Cavaco quer ter uma campanha nos Açores, deve convidar os seus amigos para a organizarem.»

☞ (Mota Amaral, citado em «Semanário», 16.12.95)

«Ouvindo o Dr. Cavaco Silva dá a impressão de que os que lutaram pela democracia e pela liberdade têm de prestar contas aos que nada fizeram por isso.»

☞ (Jerónimo de Sousa, no «Debate sobre as Presidenciais» - «RTP / Canal 1», 14.12.95)

«Os que estão sentados nos lugares mais baratos que batam palmas, os outros que chocalhem as jóias.»

☞ (John Lennon, no espectáculo dos Beatles no Royal Variety Show, «Antologia dos Beatles» - «RTP / Canal 1»)

PONTOS NATURAIS

Palavra

Viagem

Parte para a viagem ao sítio das palavras.

Atenção, atenção: não é turismo.

Nada de agências. Máquinas fotográficas esquece.

Quanto muito a caneta e um postal: há sempre de repente alguém a quem se deve uma palavra para qualquer viagem ter sentido.

Parto para a viagem. Não demores, que o tempo é o trânsito das palavras exactas.

Memória

Estavam todas as ruas sitiadas. ardiam ameaças em todas as esquinas.

O moço levava um balde de tinta atravessou a floresta de silêncios e rápido escreveu no muro LIBERDADE.

Nove letras que podiam valer nove anos de prisão.

Não era caro.

Actualidade

O delegado sindical Armindo foi chamado ao escritório. Insinuaram que o seu nome podia não ser incluído no rol dos despedidos.

PORCOS!, disse ele.

Não me consta que venha a ser condecorado mas o coração que deu a este poema prova que o transplante do futuro pode reanimar os versos mais anónimos.

Jerónimo de Sousa

Não levava o alforge carregado de sonoras palavras mentirosas.

A espeleologia não é de facto o seu desporto favorito.

Só o sorriso que as crianças usam. - O sonho... (diz)

De Espártaco de Cristo de Francisco Miguel.

Sonho com vocação da realidade.

Século a século mantido gota a gota com o farnel das crianças feitas de aço.

Eficácia

Um comunista nunca fala de ódio. Palavras que não leva para casa: vingança, violência, lucro, promoção, destruição, solidão, despreso, ira.

Por simples eficácia: nada de peso inútil sobre os ombros.

Mário Castriue

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

Iniciativas com a participação do candidato do PCP

Quinta-feira, dia 21
DISTRITO DE SETÚBAL

ALHOS VEDROS

Almoço-convívio na Misericórdia, às 13h

BAIXA DA BANHEIRA

Visita a Centro de Dia da Terceira Idade, às 15h

ALCOCHETE

Jantar com apoiantes em S. Francisco, no restaurante "Arco Íris", às 19h

MONTIJO

Sessão pública no Salão Nobre da Câmara Municipal, às 21h30

Sexta-feira, dia 22

DISTRITO DE SETÚBAL

SINES

Almoço-convívio na Casa do Povo, às 13h, com pescadores, membros de Comissões de Trabalhadores e delegados sindicais do concelho de Sines

Sexta-feira, dia 22

DISTRITO DE SANTARÉM

COUÇO

Sessão pública na Casa do Povo, às 21h

Quarta-feira, dia 27

DISTRITO DE SETÚBAL

TRÓIA

Encontro e almoço-convívio com trabalhadores da Torralta, às 11h

SETÚBAL

Visita à Pluricoop, às 17h



Plenários de militantes

Almada

Plenário da célula da Lisnave, para discussão do plano de trabalho da célula para 1996 e da actual situação na empresa: hoje, quinta-feira, às 17h, no CT concelhio de Almada.

S. Domingos de Rana

Plenário de Reformados da freguesia, sobre a situação política e as eleições presidenciais: no Centro de Trabalho de Tires, quinta-feira, dia 28, às 15h.

Sintra

Reunião plenária da célula da CM e SMAS de Sintra, com a participação da camarada Clarinda Nogueira: hoje, quinta-feira, às 18h, no CT de Rio de Mouro.

Plenário de militantes da freguesia de Colares, com a participação do camarada Jaime da Mata: sexta-feira, dia 22, às 21h30, no CT de Mucifal.

ALHANDRA

Sábado, 23, às 13h

Almoço-convívio
dos militantes da freguesia
no Centro de Trabalho. Inscrições no CT

Passagem de ano com o PCP

Em Setúbal

no Pavilhão do Comércio e Indústria.
Com o agrupamento musical «Contágio»

Informações:

CT do PCP / Edifício Arrábida - Tel. (065) 522273



No Montijo

no Monte Alentejano.

Com música e convívio até de madrugada

Inscrições:

CT do PCP - Tel. (066) 26367 / 26502

Na Amadora

no Centro de Trabalho da Brandoa.

Informações e reservas de mesas:

Cam. Mendes ou Joaq. António, tel. 4741928 (20 às 22h30)

Em Alpiarça

no restaurante da Alpiarga.

Com jantar, baile até de madrugada

com o grupo musical "Madeira", de Almeirim.

Marcações até ao dia 28, tel. (043) 54268

No Couço

no Centro de Trabalho do PCP.
Baile com o grupo
"Apokalipse"

Inscrições:

CT do Couço
Tel. (043) 65181



Da JCP no Porto

CT da
Boavista
Música e
surpresas a
partir das 22h

Inscrições:

CT da
Boavista
Tel. (02)
609565118

SEGUIE
O CONSELHO
DUM VELHO
CAMARADA...



TEATRO

COMUNA
Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **AQUÍ!**, de Michael Frayn, encenação de Alfredo Brissos

OFICINA DE TEATRO DE ALMADA
Almada, Pragal, Estrada Nacional, 377 (SPRUPragalense). Tel. 2247266. Sexta-feira às 21.45: **GRANDES SUCESSOS DE SHAKESPEARE**, original do grupo Sheer Madness, adaptado e encenado por Fernando Rebelo

TEATRO ABC
Lisboa, Pq. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Amar Lisboa** (revista à portuguesa)

TEATRO DO BAIRRO ALTO
Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **SPLENDID'S**, de Jean Genet

TEATRO CINEARTE
Lisboa, Lg. de Santos. Tel. 3965360. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17h. **PARABÉNS A VOCÊ**, texto e encenação de Helder Costa, por A Barraca; De 5ª a sáb. às 23h. **MARLY - A VAMPIRA DE OURINHOS**, de Carlos Queirós Teles, encenação e interpretação de Maria do Céu Guerra

TEATRO MARIA MATOS
Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. De 5ª a dom. às 22.00: **SALAZAR - DEUS, PÁTRIA, MARIA**, de Maria do Céu Ricardo, encenação de Miguel Abreu. - Sábados,

domingos e feriados, às 16.00: **ALIBABÁ E OS QUARENTA LADRÕES**, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL

TEATRO MIRITA CASIMIRO
Cascais, no Cruzeiro (Monte Estoril). Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **INVENTÁRIOS**, de Philippe Minyana, encenação de Carlos Avilez, com Ana Paula, Fernanda Neves, Teresa Corte-Real

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA
Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **OS DIAS FELIZES**, de Samuel Beckett, pela Companhia de Teatro de Almada (De 15 a 23 de Dezembro)

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ
Lisboa, R. Ant. Maria Cardoso. Tel. 3471279. À 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 17.00. **UMA COMÉDIA ÀS ESCURAS**, de Peter Shaffer, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O CAMINHO PARA MECA**, de Athol Fugard, encenação de João Lourenço

TEATRO POLITEAMA
Lisboa, R. Portas St. Antão. Tel. 3431200. **DE AFONSO HENRIQUES A MÁRIO SOARES**, texto e encenação de Filipe La Féria

BANCAS DE NATAL

Agualva/Cacém
No CT do PCP
Todos os dias a partir das 10 h

Algueirão
No CT do PCP
De 2ª a sáb. das 16 às 19 h

Amadora
No CT do PCP
Diariamente das 14 às 20 h

Bragança
No CT do PCP
Artesanato • Livros
Lembranças para todos os gostos - Rum genuíno «Havana Club»
De 2ª a sáb. das 15 às 19 h

Lisboa
No CT Vitória
Dos Sectores Intelectual e de Serviços da ORL
Artesanato Urbano

Artesanato Tradicional
De 2ª a 6ª das 12 às 22 h
Dia 23 todo o dia

Odivelas
No CT do PCP
Artesanato (colab. da Assoc. de Artesãos do Conc. Loures)
Pequenas ofertas
Brinquedos • Livros
Mostra de Poesia organizada pelo colectivo da JCP de Odivelas
Até 31 de Dezembro

Porto
No CT do PCP da Av. da Boavista
Mercearias finas
Artesanato de diferentes regiões do País
de 2ª a 6ª das 15 às 19 h, até fins de Dezembro

Queluz
No CT do PCP
De 2ª a sáb. a partir das 14.30 h

PALAVRAS CRUZADAS

1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 - Iridio (s.q.); inscrever no número dos santos honrados com culto público; nome de letra. 2 - Chefe etíope; século (abrev.); ramo de arrás; trofar. 3 - Ombro (pref.) (pl.); astrólogo e sacerdote da religião de Zoroastro, entre os medas e os persas; ente imaginário, de grande bondade e dotado de poder mágico. 4 - Planta do pé (pl.); letra grega (pl.); estampilhar. 5 - Parte imaterial do ser humano; instigador (fig.). 6 - Título nobiliárquico inglês; terceiro estômago das aves; transpiro. 7 - Substância que tinge de azul; imaculada. 8 - Afecto; pequena enxada para mondar; plana. 9 - Rosto; centelha. 10 - Pequeno animal aracnídeo, da ordem dos acarinos, que vive como parasita de plantas e animais; patão; dispositivo que permite determinar a posição e a distância de um obstáculo. 11 - Círculo; gemido (pop.); saco de viagem. 12 - Ouvido (pref.); ferro temperado; época; letra grega (pl.). 13 - Apelido; informariam; Rádio (s.q.).

VERTICAIS: 1 - Encolerizadas; mesquinhos. 2 - Ramallete; caminhavam; quinhão. 3 - Moradia nobre e antiga; desmiolado. 4 - Tempero; ave trepadora. 5 - Carta de jogar; Samário (s.q.); letra grega; avenida (abrev.). 6 - Também não; dá carinho excessivo; mil cento e um romanos. 7 - Esvaziar; remoinho de água (prov.); camareiros. 8 - Trago; galhos e folhagens das árvores. 9 - Enguia; parte inferior do pão; rio que nasce na Checoslováquia e desagua no Báltico. 10 - Interj. de pancada; osso par da face; apelido de poeta português. 11 - Arsénio (s.q.); isolado; mofo (fig.); igual (farm.). 12 - Mau humor (fig.); combinam. 13 - Esmagas; mistura com iodo. 14 - Existência; umas (ant.); estímulo. 15 - O tesouro público; devasta.

SOLUÇÃO DO N.º ANTERIOR

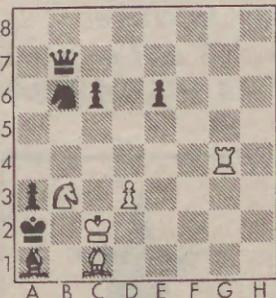
HORIZONTAIS: 1 - Galas; vil; talar. 2 - Amimara; utiliza. 3 - Vã; Ac; lis; ro; a.m. 4 - Oro; ovo; ova; era. 5 - Ba; irisa; ex. 6 - Aceder; lavada. 7 - Dó; oliva; Al. 8 - Aceras; dédalo. 9 - Ca; emano; ir. 10 - Obi; asa; asa; aba. 11 - Só; al; lã; vã; oc. 12 - Alugada; afinada. 13 - Sarar; ril; rosas.

VERTICAIS: 1 - Gaivota; anosas. 2 - Amar; bola. 3 - Li; obedeci; Ur. 4 - Ama; adora; agá. 5 - Saco; alar. 6 - Viroses. 7 - Valor; malar. 8 - Imita. 9 - Lusos; nasal. 10 - Valados. 11 - Tira; avir. 12 - Aló; evadi; ano. 13 - Li; exalara; ás. 14 - Azar; boda. 15 - Ramada; opacas.

XADREZ

DXLII - 21 DE DEZEMBRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995X097
Por: ADOLF KRAEMER
3º Prémio *Dressner Anzeiger*, 1929

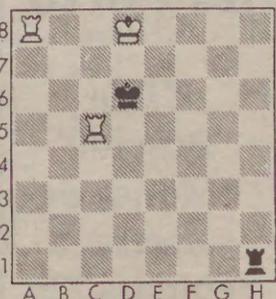
Pr.: [7]: Pa3, c6, e6-Cb6-Ba1-Db7-Ra2
Br.: [5]: Pd3-Cb3-Bç1-Tg4-Rç2



Mate em 5 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X098
Por: ANÓNIMO
2,545 *Endgame Studies*, Moscovo, Progress, 1980

Pr.: [2]: Th1-Rd6
Br.: [3]: Ts, a8, f5-Rd8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLII

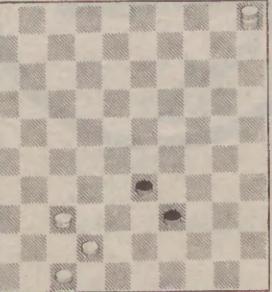
Nº 1995X097 [A. K.]: 1. Bf4!, Bb8!; 2. Bc5!, Bc5!; 3. Tg1, -; 4. Ta1!, Ba1!; 5. Cç1 #
1. ... Bd4; 2. Tg1, Bg1; 3. Cç1+, Ra1; 4. Bc5+, Bd4; 5. B:d4 #
Nº 1995X098 [A.]: 1. Th5!, Th5!; 2. Ta6!+, R-, 3. Ra5!! e.g.

A. de M. M.

DAMAS

DXLII - 21 DE DEZEMBRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995D097
Por: HENRI CHILAND
In Secrets et merveilles du Jeu de Dames, Paris, Ed. Stock, 1968

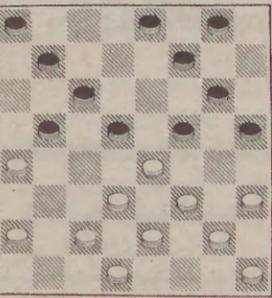
Pr.: [2]: 33-39
Br.: [4]: (5)-37-42-47



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D098
GOLPE Nº 151
Por: Dr. Orlando Augusto Lopes
Lisboa, 20.XII.1954
[Contra: R.]

Fonte: *Enciclopédia Damista*, Fafe
1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 27-23; 4. 12-16, 21-17; 5. 11-14, 25-21; 6. 7-11, 24-20, 7. 4-7, 31-28; 8. 2-5, 22-18 Diagrama
[Pr. [1]: 17-18-19-20-21-23-26-28-29-30-32;
Br. [1]: 1-3-5-6-7-8-9-10-11-14-16 Br. +]



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLII

Nº 1995D097 [H. Ch.]: 1. 32-28!, (35X42); 2. 28X30, (25X34); 3. 43-39, 34-43; 4. 49X47+
Nº 1995D098 [Dr. O.A.L.]: 9. 10-13, 17-10, 10. 6-22, 19-10, 11. 5-14, 26-10, 12. 3-6, 10-3=D; 13. 11-14, 3-12; 14. 8-31=D+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 21

Um Homem Sem Rosto
«One Man Without a Face» (EUA/1993). Real.: Mel Gibson. Int.: Mel Gibson, Margaret Whitton, Gaby Hoffman, Richard Masur. Cor, 110 min. *Drama*. (22.00, TVI)

Gandahar
«Gandahar» (Fr./1987). Real.: René Laloux. Vozes: Pierre-Marie Escourrou, Catherine Chevallier, Georges Wilson, Anny Duperey. Cor, 81 min. *Ver Destaque*. (22.50, TV2)

Pai
«Father» (Austrália/1990). Real.: John Power. Int.: Max Von Sidow, Carol Drinkwater, Julia Blake, Steve Jacobs, Tim Robertson. Cor, 101 min. *Drama*. (01.30, Canal 1)

SEXTA, 22

A Revolta do Aprendiz
«Mr. Corbett's Ghost» (EUA). Real.: Danny Huston. Int.: John Huston, Paul Scofield, Mark Farmer, Burgess Meredith. Cor, 54 min. *Comédia Dramática*. (20.15, TVI)

Uma Questão de Honra
«A Few Good Men» (EUA/1992). Real.: Rob Reiner. Int.: Tom Cruise, Jack Nicholson, Demi Moore, Kevin Bacon, Kieffer Sutherland. Cor, 133 min. *Ver Destaque*. (22.00, TVI)

Sonho da Luz - O Sol do Marmeleiro
«El Sol del Membrillo» (Esp/1992). Real.: Victor Erice. Int.: Antonio Lopez, María Moreno, Enrique Gran, Jose Carretero. Cor, 136 min. *Ver Destaque*. (23.55, TV2)

Vidas Clandestinas
«Candles in the Dark» (EUA/1993). Real.: Maximilian Schell. Int.: Maximilian Schell, Alyssa Milano, Chad Lowe, Gunther Maria Halmer. Cor, 88 min. *Drama*. (01.10, TVI)

Acto Selvagem
«Act of Vengeance» (USA/1986). Real.: John McKenzie. Int.: Charles Bronson, Wilford Brimley, Ellen Burstyn, Joe Kell. Cor, 93 min. *Telefilme Dramático*. (01.40, Canal 1)

Olhos de Fogo
«Eyes of Fire» (EUA/1984). Real.: Avery Crouse. Int.: Dennis Lipscombe, Guy Boyd, Rebecca Stanley, Sally Klein. Cor, 102 min. *Terror/Fantástico*. (03.15, Canal 1)

SÁBADO, 23

As Novas Aventuras de Heidi
«The New Adventures of Heidi» (EUA/1979). Real.: Ralph Senensky. Int.: Katy Kurtzman, Burl Ives, John Gavin, Marilyn Mason. Cor, 98 min. *Musical*. (15.55, Canal 1)

A Loja das Curiosidades
(1ª Parte) - «The Old Curiosity Shop» (EUA/1994). Real.: Kevin Connor. Int.: Sally Walsh, Peter Ustinov, Timothy Watson, Tom Courtenay. Cor, 89 min. *Comédia Dramática*. (17.30, TVI)

Samantha - Uma Rapariga Endiabrada
«Samantha» (EUA/1991). Real.: Stephen La Rocque. Int.: Martha Plimpton, Dermot Mulrooney, Hector Elizondo, Mary Kay Place. Cor, 96 min. *Comédia*. (19.20, TV2)

Joseph (1ª Parte)
«The Bible - Joseph» (EUA/1994). Real.: Roger Young. Int.: Ben Kingsley, Paul Mercurio, Martin Landau, Lesley Ann Warren. Cor. *Telefilme Religioso*. (21.30, TVI)

Darling Lili
«Darling Lili» (EUA/1970). Real.: Blake Edwards. Int.: Julie Andrews, Rock Hudson, Jeremy Kemp, Lance Percival, Michael Witney. Cor, 136 min. *Ver Destaque*. (00.25, TVI)

Coração Americano
«American Hearts» (EUA/1992). Real.: Martin Bell. Int.: Jeff Bridges, Edward Furlong, Lucinda Jenney, Don Harvey, Tracy Kapinsky. Cor, 109 min. *Ver Destaque*. (00.50, TV2)

Que Bem que se Está no Campo
«Funny Farm» (EUA/1988). Real.: George Roy Hill. Int.: Chevy Chase, Kevin O'Morrison, Madolyn Smith, Joseph Maher, Jack Gilpin. Cor, 98 min. *Comédia*. (01.30, Canal 1)

A Bela Memphis
«The Memphis Belle» (EUA/1990). Real.: Michael Caton-Jones. Int.: Matthew Modine, Eric Stoltz, Tate Donovan, D. B. Sweeney, Billy Zane. Cor, 96 min. *Guerra*. (01.40, SIC)

Os Túneis de Nova Iorque
«Underground» (EUA/1988). Real.: James McCallmont. Int.: Doc Dougherty, Lennie Loftin, B. J. Geordan, Ric Silver, Joe Bachana. Cor, 86 min. «Thrillers». (03.10, Canal 1)

Uma Mulher Para Dois
«Design for Living» (EUA/1933). Real.: Ernst Lubitsch. Int.: Fredric March, Gary Cooper, Minam Hopkins, Edward Everett Horton. P/B, 87 min. *Ver Destaque*. (04.50, SIC)

O Espelho da Vida
«Imitation of Life» (EUA/1934). Real.: John M. Stahl. Int.: Claudette Colbert, Warren William, Rochelle Hudson, Louise Beavers. P/B, 104 min. *Drama*. (06.10, SIC)

DOMINGO, 24

Que Paródia de Natal
«National Lampoon's Christmas Vacation» (EUA/1989). Real.: Jeremiah S. Chechik. Int.: Chevy Chase, Beverly D'Angelo, Randy

Quaid. Cor, 91 min. *Comédia*. (16.00, SIC)
A Loja das Curiosidades
(2ª Parte) - «The Old Curiosity Shop» (EUA/1994). Real.: Kevin Connor. Int.: Sally Walsh, Peter Ustinov, Timothy Watson, Tom Courtenay. Cor, 91 min. *Comédia Dramática*. (17.30, TVI)
Todos os Cães Merecem o Céu
«All Dogs go to Heaven» (Itl/1989). Real.: Don Bluth. Vozes: Burt Reynolds, Vic Tayback, Judith Barsi, Dom De Luise. Cor, 86 min. *Animação Musical/Infantil*. (19.30, TV2)

A Maravilhosa História de Charlie
«Willy Wonka & the Chocolate Factory» (EUA/1971). Real.: Mel Stuart. Int.: Gene Wilder, Jack Albertson, Peter Ostrum, Roy Kinnear. Cor, 98 min. *Ver Destaque*. (20.30, TVI)

Joseph (2ª Parte)
«The Bible - Joseph» (EUA/1994). Real.: Roger Young. Int.: Ben Kingsley, Paul Mercurio, Martin Landau, Lesley Ann Warren. Cor. *Telefilme Religioso*. (22.30, TVI)

Três Homens e uma Menina
«3 Men and a Little Lady» (EUA/1990). Real.: Emile Ardolino. Int.: Tom Selleck, Steve Guttenberg, Ted Danson, Nancy Travis, Robin Weisman. Cor, 99 min. *Comédia*. (22.45, Canal 1)

SOS Fantasma
«Scrooged» (EUA/1988). Real.: Richard Donner. Int.: Bill Murray, Karen Allen, Robert Mitchum, John Forsythe, John Glover. Cor, 1988. *Comédia Fantástica*. (23.30, SIC)

A Lenda do Urso Polar
«The Polar Bear King» (Nor./EUA/1991). Real.: Ola Solum. Int.: Tobias Hoel, María Bonnevie, Jack Fjeldstad, Anna-Lotta Larsson. Cor, 87 min. *Romântico*. (01.30, TV2)

Não Sou um Anjo
«I'm no Angel» (EUA/1933). Real.: Wesley Ruggles. Int.: Mae West, Cary Grant, Edward Arnold, Gertrude Michael, Kent Taylor. P/B, 85 min. *Ver Destaque*. (03.00, SIC)

O Meu Maior Pecado
«The Tarnished Angels» (EUA/1958). Real.: Douglas Sirk. Int.: Rock Hudson, Dorothy Malone, Robert Stack, Jack Carson. P/B, 88 min. *Ver Destaque*. (04.30, SIC)

SEGUNDA, 25

Do Céu Caiu Uma Estrela
«It's a Wonderful Life» (EUA/1946). Real.: Frank Capra. Int.: James Stewart, Donna Reed, Lionel Barrymore, Thomas Mitchell. P/B, 124 min. *Ver Destaque*. (14.30, TV2)

Libertem Willy
«Free Willy!» (EUA/1993). Real.: Simon Wincer. Int.: Jason James Richter, Lon Petty. Cor, 135 min. *Drama*. (16.30, SIC)

Música no Coração
«The Sound of Music» (EUA/1965). Real.: Robert Wise. Int.: Julie Andrews, Christopher Plummer, Eleanor Parker, Richard Haydn. Cor, 167 min. *Ver Destaque*. (16.30, TVI)

O Pestinha ao Ataque
(EUA/1993). Real.: Michael Gottlieb. Int.: Terry «Hulk» Hogan, Sherman Hemsley. Cor. *Comédia*. (18.00, Canal 1)

Sintonia de Amor
«Sleepless in Seattle» (EUA/1993). Real.: Nora Ephron. Int.: Tom Hanks, Meg Ryan, Bill Pullman, Ross Malinger, Rosie O'Donnell. Cor, 101 min. *Comédia Romântica*. (22.00, TVI)

Dias de Tempestade
«Days of Thunder» (EUA/1990). Real.: Tony Scott. Int.: Tom Cruise, Robert Duvall, Nicole Kidman, Randy Quaid, Cary Elwes. Cor, 107 min. *Desporto*. (00.20, SIC)

Balada ao Luar
«By the Light of the Silvery Moon» (EUA/1953). Real.: David Butler. Int.: Doris Day, Gordon MacRae, Leon Ames, Mary Wickes. Cor, 102 min. *Comédia Musical*. (01.00, Canal 1)

TERÇA, 26

Caça-Fantasma I
«Ghostbusters I» (EUA/1984). Real.: Ivan Reitman. Int.: Bill Murray, Dan Aykroyd, Harold Ramis, Sigourney Weaver, Rick Moranis. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (22.10, TVI)

Um Sonho de Mulher
«Pretty Woman» (EUA/1990). Realização de Gary Marshall. Interpretação de Richard Gere, Julia Roberts, Ralph Bellamy, Jason Alexander, Laura San Giacomo, Alex Hydewhite, Amy Yasbeck. Cor, 115 minutos. *Ver Destaque*. (22.15, Canal 1)

O Último Unicórnio
«The Last Unicorn» (EUA/1982). Real.: Arthur Rankin, Jr. e Jules Bass. Int.: Jeff Bridges, Mia Farrow, Tammy Grimes, Robert Klein. Cor, 92 min. *Fantasia*. (00.50, Canal 1)

QUARTA, 27

Trágico Destino
«The Voyager» (Ale/Grécia/1991). Real.: Volker Schlöndorff. Int.: Sam Shepard, Julie Delpy, Barbara Sukowa, Dieter Kirchlechner. Cor, 117 min. *Ver Destaque*. (01.00, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

...ENTRA
NO
NOVO
ANO
COM O PÉ
ESQUERDO



PROGRAMAÇÃO

Quinta, 21

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Natal dos Hospitais
20.00 Telejornal
20.50 Casados de Fresco
22.20 A Idade da Loba
23.10 Malta Gira
00.40 24 Horas
01.10 Remate
01.30 Pai
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Desporto
17.15 Rua Sésamo
17.40 Sunbow Super Specials
18.10 Vamos ao Teatro
19.00 Hóquei em Patins: Portugal-Espanha
20.30 Uma Vida Perigosa
21.20 Dinheiro em Caixa
21.45 Remate



Julie Andrews é uma das estrelas deste Natal televisivo (no dia de Natal em concerto, com Plácido Domingo)

22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Gandahar
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Ver Artes
01.00 Musical: Toots Thielmans

SIC

09.00 Felizes para Sempre
09.30 Chaplin - Luzes da Cidade
11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Trapalhões
21.20 A Próxima Vítima
22.15 Frente a Frente - Cavaco/Sampaio
00.15 Último Jornal
00.30 A Noite da Má Língua
01.30 O Cinema Americano

TVI

10.00 Jornal do Mundo
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.00 A Escolha É Sua
16.05 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 O Homem Aranha
21.45 Fora de Jogo
22.00 Um Homem sem Rosto
(ver «Filmes na TV»)
00.15 TVI Jornal + Primeira Filia
01.20 Bailado: «O Quebra-Nozes», pelo Ballet Bolshoi

Sexta, 22

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Caminhos Cruzados
14.35 Malha de Intrigas
15.10 Infantil: Especial Disney
16.30 Férias em Festa
17.30 Dias Úteis
18.25 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Felgueiras-Benfica
22.45 Quem É o Quê?
23.55 A Idade da Loba
00.50 24 Horas
01.20 Remate
01.40 Acto Selvagem
(ver «Filmes na TV»)
03.15 Olhos de Fogo
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Motociclismo
17.55 Rua Sésamo



Julie Andrews é uma das estrelas deste Natal televisivo (no dia de Natal em concerto, com Plácido Domingo)

18.20 Sunbow Super Especials
18.50 Vamos ao Teatro
19.40 Artes e Letras: «Cinema Europe: The Other Hollywood» (II)
20.35 Irmãs
21.30 Planeta Terra
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Actual - Reportagem
23.55 Sonho da Luz - O Sol do Marmeleiro
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Felizes para Sempre
09.30 Chaplin - Tempos Modernos
11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Os Malucos do Riso
21.35 A Próxima Vítima
22.35 Luna Parque
00.35 Os Donos da Bola
01.50 Último Jornal
02.05 Playboy

TVI

10.00 Caixa de Perguntas
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.35 A Escolha É Sua
16.05 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.15 A Revolta do Aprendiz
(ver «Filmes na TV»)
21.45 Fora de Jogo
22.00 Uma Questão de Honra
(ver «Filmes na TV»)
00.40 TV1 Jornal
01.10 Vidas Clandestinas
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 23

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
10.55 Clube Disney
12.25 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.20 Nós as Crianças
15.55 As Novas Aventuras de Heidi
(ver «Filmes na TV»)
17.35 Pantanal
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Guimarães-Porto
22.45 Parabéns
00.55 24 Horas
01.30 Que Bem que se Está no Campo
(ver «Filmes na TV»)
03.10 Os Tíncis de Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.30 Forum Musical
13.30 Euronews
14.30 Jornada na 2
17.30 Jogo Falado
18.15 Tuaregues no Tecto do Mundo
19.20 Samantha, uma Rapariga Endiabrada
(ver «Filmes na TV»)
21.05 Terra X
22.00 TV2 Jornal
22.35 Tribunal de Polícia
23.00 Jornada na 2
00.50 Coração Americano
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
12.30 Leões e Hienas
13.30 Circo de Monte Carlo
15.30 Top Sic
17.00 Número Um
18.40 Bravo Bravíssimo
20.00 Jornal da Noite
21.10 História de Amor
22.30 Big Show Sic
01.25 Último Jornal
01.40 A Bela Memphis
(ver «Filmes na TV»)
03.30 Gala «Sabor a América»
04.50 Uma Mulher para Dois
(ver «Filmes na TV»)
06.10 O Espelho da Vida
(ver «Filmes na TV»)

TVI

09.30 Animação
11.30 As Histórias mais Bonitas
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 A Hora do Recreio
15.50 A Grande Aposta
17.30 A Loja das Curiosidades (1ª parte)
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telejornal + Grande Plano
20.15 A Revolta do Aprendiz
(ver «Filmes na TV»)
21.30 Joseph (1ª parte)
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Últimas Notícias
00.25 Querida Lili
(ver «Filmes na TV»)



O Bolshoi no «Quebra-Nozes», de Tchaikovsky, para ver hoje na TVI

Domingo, 24

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made In Portugal
13.55 86-60-86
14.40 Nós as Crianças
16.10 Sequim d'Oro
17.30 Concerto de Natal no Vaticano
19.00 A Festa dos Preços
20.00 Telejornal
20.40 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca de Lisboa
22.45 Casa Cheia
21.30 Marco Paulo com Música no Coração
22.45 Três Homens e uma Menina
00.25 A Princesa do Gelo (Bailado)

TV 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 A Terra e os Homens
12.00 Regiões
13.00 Vida por Vida
13.10 Euronews
14.00 Circo das Estrelas
15.00 Golo Europa
(ver «Filmes na TV»)
15.30 Jornada Desportiva
18.30 Desporto Notícias
19.00 O Homem e a Cidade
19.30 Todos os Cães Merecem o Céu
21.05 Os Mistérios da Bíblia
22.00 TV2 Jornal
22.35 «A Celebration of Christmas
23.50 Missa do Galo
01.30 A Lenda do Urso Polar

SIC

06.10 O Espelho da Vida
07.50 Festival Internacional de Clowns
09.00 Buéréré
13.45 Vida Selvagem
14.50 Circo do Futuro
14.40 O Preço da Fama
16.00 Que Paródia de Natal
17.45 Bravo, Bravíssimo
20.00 Jornal da Noite
20.50 História de Amor
22.00 Chuva de Estrelas
23.30 SOS Fantomas
01.30 Gala «Viva el Cole»
03.00 Não Sou um Anjo
04.30 O Meu Maior Pecado
00.55 Último Jornal

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.15 Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.40 Olhó Popular!
17.30 A Loja das Curiosidades
19.30 Telejornal
20.00 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca
20.30 A Maravilhosa História de Charlie
22.20 Joseph (2ª parte)
23.50 Missa do Galo
23.50 Últimas Notícias
23.45 Irmãos de Sangue

Segunda, 25

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.15 Infantil
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
14.30 Férias em Festa
15.15 Nós as Crianças
17.15 As Canções de Julie Andrews
18.00 O Pesteirão ao Ataque
20.00 Telejornal
21.00 Noite de Reis
22.30 Nico d'Obra Especial
23.00 My Way
00.30 24 Horas
01.00 Balada ao Luar

TV 2

11.00 Missa de Natal
12.30 Televidas
13.30 Natal - Do Atlântico aos Urais
14.30 Do Céu Caiu uma Estrela
17.30 Rua Sésamo
18.00 Goldfriends Save Christmas
19.00 Infantil/Juvenil
20.00 Canções de Natal por Rita McNeal
21.05 A Roda do Mundo
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.45 Teatro: «O Avarento», de Molière
02.00 50º Aniversário das Nações Unidas

SIC

06.00 Bluff
08.30 Felizes para Sempre
09.30 O Rapaz do Kimono de Ouro - I
11.00 Heidi
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Circo Chen
15.00 Luna Parque
16.30 Libertem o Willy
18.45 Bravo Bravíssimo
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Próxima Vítima
21.45 Ponto de Encontro
22.30 Guinness - Os Prémios Mais Loucos
00.05 Último Jornal
00.20 Dias de Tempestade

TVI

08.30 Bailado: «A Christmas Carol», pelo Northern Ballet
10.00 Clube da Manhã
11.30 Revista do Ano - Vida Religiosa
12.00 Mensagem de Natal do Papa
12.30 Missa de Natal
13.00 Quem Sai Aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 A Hora do Recreio Especial
16.30 Música no Coração
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Novo Jornal
20.30 Animação
20.55 O Homem Aranha
22.00 Sintonia de Amor
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Madredeus (Concerto)

Terça, 26

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Táxi
09.30 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Caminhos Cruzados
14.35 Malha de Intrigas
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Férias em Festa
17.30 Os Dias Úteis
18.30 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 A Mulher do Sr. Ministro
21.20 A Idade da Loba
22.15 Um Sonho de Mulher
(ver «Filmes na TV»)
24.00 24 Horas
00.30 Remate
00.50 O Último Unicórnio
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.40 Golo Europa
17.30 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Li, Tá
19.10 Terra X
20.00 Programa Discovery
21.15 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.50 Ópera
00.30 Coleção Platinum

SIC

09.00 Felizes para Sempre
09.30 O Rapaz do Kimono de Ouro - II
11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.30 Camilo & Filho, Lda.
21.00 A Próxima Vítima
21.50 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.30 Cross Fire
00.35 Último Jornal
00.50 O Cinema Americano

TVI

10.00 Animais em Acção
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai Aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.00 A Escolha É Sua
16.05 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 O Justiciero
22.00 Fora de Jogo
22.10 Caça-Fantomas - I
(ver «Filmes na TV»)
24.00 TVI Jornal
00.30 Revista do Ano - Temas Sociais
01.00 Concerto: «Isto é Natal»

Quarta, 27

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Táxi
09.30 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Caminhos Cruzados
14.35 Malha de Intrigas
15.45 Infantil/Juvenil
16.45 Férias em Festa
17.30 Os Dias Úteis
18.30 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Casados de Fresco
22.00 A Idade da Loba
22.45 Malta Gira
23.45 Murphy Brown
00.15 24 Horas
00.45 Remate
01.05 Trágico Destino
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Li, Tá
19.00 Desafios



Marginalidades: na próxima 4ª feira Moita Flores fala dos problemas que os homens do mar vivem hoje

19.35 O Bicho Homem
20.25 Irei para Longe
21.25 Universidade Aberta
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 O Mundo de Audubon
23.45 Marginalidades
00.50 Musical: «Robbie Robertson»

SIC

09.00 Felizes para Sempre
09.30 O Rapaz do Quimono de Ouro - III
11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Barba e Cabelo
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Casos de Polícia
23.30 Minas e Armadilhas
00.45 Último Jornal
00.45 Toda a Verdade

TVI

10.00 O 8º Dia
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai Aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.10 A Escolha É Sua
16.00 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 O Justiciero
22.00 Fora de Jogo
22.15 Models
24.00 TVI Jornal
00.30 Revista do Ano - Internacional
01.00 Concerto: «Aleluia» de Haendel

Por isto e por aquilo...

Gandahar (Quinta, 22.50, TV2)

Este filme de animação, realizado em França por Renée Laloux, conta-nos a história da rainha *Ambisextra* que domina o reino de *Gandahar*, o qual se encontra sob a ameaça dos «homens de metal». É então que *Sylvain*, com a sua companheira *Arielle*, vêm em socorro do reino, atacando *metamorfo*, o cérebro todo-poderoso que comanda os assaltantes, destruindo-o e trazendo de novo a paz. Trata-se de um desenho animado para adultos, inédito entre nós, e cujas referências apontam como sendo uma obra fascinante onde habilmente se misturam ficção-científica e poesia.

Uma Questão de Honra

(Sexta, 22.00, TVI)

Realizado pelo talentoso Rob Rainer e adaptado de uma peça de Aaron Sorkin, *Uma Questão de Honra* debruça-se sobre o caso que um jovem advogado (Tom Cruise) tem de deslindar e no qual dois *marines* são acusados de ter morto um seu colega. «Filme de tribunal», a atmosfera de enorme tensão que envolve o fortíssimo confronto entre o advogado e o comandante da unidade (Jack Nicholson) é, entretanto, de algum modo iludida pelo conhecimento prévio que o espectador tem da tática a desenvolver por aquele - um dos aspectos mais frágeis do argumento - dela desaparecendo, assim, qualquer efeito de surpresa. Que é, como se sabe, a chave de qualquer filme do género.



Jack Nicholson e Tom Cruise, intérpretes principais de «Uma Questão de Honra», de Rob Rainer

Sonho da Luz - O Sol do Marmeleiro

(Sexta, 23.55, TV 2)

Mais um filme do cineasta espanhol Victor Erice. *O Sol do Marmeleiro* é relativamente recente e inclui-se na categoria do «cinema documental». O filme foi aliás estimulado, previamente pensado e realizado a propósito do processo de criação de um quadro pelo pintor António Lopez (grande amigo do cineasta), sendo o resultado final extremamente belo e apaixonante - o que terá contribuído para o Prémio do Júri que Erice conquistou no Festival de Cannes de 1992.



Cary Grant e Mae West, em «Não Sou um Anjo», de Wesley Ruggles

Darling Lili (Sábado, 00.25, TVI)

À primeira vista, *Lili Smith* é uma cantora de *music-hall* adorada pelo público de Londres. Mas, no fundo, a artista não passa de uma espia alemã (*Lili Schmidi*) a quem, durante a Grande Guerra 14/18, é cometida a tarefa de seduzir, numa deslocação a Paris, um major britânico, comandante de uma esquadrilha aérea, para obter elementos sobre a estratégia da RAF. Ao dirigir este aparente *musical*, o realizador Blake Edwards consegue com assinaláveis engenho e arte misturar neste filme inclassificável numerosos elementos pertencentes a vários géneros - a «comédia sentimental», o «filme de guerra», o «filme de espionagem» e até mesmo o «burlesco» - colhendo e subvertendo ao mesmo tempo, com verdadeiro sentido inovador, os elementos próprios de cada um deles, o que torna o resultado final altamente interessante.

Coração Americano (Sábado, 00.50, TV 2)

Inspirado no seu próprio documentário *Streetwise*, premiado em 1985 com um Oscar da categoria, o realizador Martin Bell ensaia aqui o seu primeiro filme de ficção em que trata alguns dos temas e personagens já abordados naquele filme. Trata-se de uma crónica amarga das relações entre um pai e seu filho e das frustradas tentativas de comunicação entre eles num ambiente familiar marcado pelo facto de o primeiro ser um cadastrado destruído pela vida e de o segundo hesitar na melhor forma de lhe provar o seu amor. Duas grandes interpretações de Jeff Bridges e de Edward Furlong.

Uma Mulher Para Dois

(Sábado, 04.50, SIC)

Num comboio que os transporta até Paris, encontram-se um autor teatral, um pintor e uma artista de *music-hall* que o destino vem a juntar e tornar inseparáveis, não sem que a jovem tenha estabelecido, à partida, um acordo princípio: nada de paixões nem de ciúmes, tudo não poderá ultrapassar o amor platónico. Só que, no fim, a artista deixa-os a olhar um para o outro e casa-se com o produtor teatral... Uma comédia extremamente interessante e com admiráveis interpretações, bem ao jeito da arte de Ernst Lubitch e da escrita de Noel Coward. Que a SIC desperdiça às cinco horas da manhã!!!

A Maravilhosa História de Charlie

(Domingo, 20.30, TVI)

Entre a proposta da TV2 (o desenho animado *Todos os Cães Merecem o Céu*) e esta fantasia com gente de carne e osso - ambos transmiti-

dos praticamente à mesma hora - talvez seja difícil escolher, tanto mais que se trata de dois filmes para crianças, tão desprezadas pelas nossas televisões neste domínio. Mas é provável que este atinja melhor os objectivos a que se propõe - o de nos contar, embora por momentos com demasiada agitação e frenesim, as aventuras que se passam numa fábrica de chocolates.

Não Sou um Anjo (Domingo, 03.00, SIC)

Cheio de diálogos preciosos e de algumas boas canções (de que se destaca *That Dallas Man*), esta comédia irresistível é

suas sete adoráveis criancinhas. Peça obrigatória em qualquer Natal televisivo que se preze, o cristão destaque aqui fica, para quem (ainda!!!!) não viu...

Os Caça-Fantasmas (Terça, 22.10, TVI)

Três parapsicólogos decidem fundar uma agência que se dedica a resolver as preocupações das pessoas afligidas por fantasmas, pelo que armazenam alguns dos mais horrendos exemplares do género na cave da agência. Até que *Gozer*, um espírito que pretende dominar o mundo,



Gene Wilder, numa cena de «A Maravilhosa História de Charlie», um filme de Mel Stuart



Um fotograma de «Do Céu Caiu uma Estrela», de Frank Capra



Harold Ramis, Dan Akyroyd e Ernie Hudson, numa cena de «Os Caça-Fantasmas», de Ivan Reitman

muito bem desempenhada por Cary Grant e pela diva Mae West (naquele que se diz ser o seu melhor filme), esta no papel de uma *vamp* de um circo que descobre o amor num homem que não é «o seu tipo»... Desta vez, a SIC melhorou: tratando-se de um filme a não perder, desta vez ela transmite-o no adequado horário das 3 da manhã!!!

O Meu Maior Pecado

(Domingo, 04.30, SIC)

Qual quê? Agora, voltámos às quatro e meia da matina! Será assim que a SIC, para efeitos de estatística, arranja os alibis que disfarçam o lixo que nos entorna todos os dias pelo televisor fora e pela casa dentro? Neste caso, o filme foi adaptado por Douglas Sirk de uma obra-prima de William Faulkner. Nada menos. Claro que, apesar de estarmos perante personagens estereotipados e de uma história aparentemente banal, Sirk não disfarça ter ido buscar ao romance original o seu lado *melodramático* da história e mostra-se, mais uma vez, insuperável e único no género. A gravar!

Do Céu Caiu Uma Estrela

(Segunda, 14.30, TV2)

Um homem que dirige uma associação de ajuda aos mais carenciados está prestes a desistir da sua missão (e mesmo a suicidar-se) em virtude das acções de um ganancioso local que pretende deitar tudo a perder. Mas a aparição de um «anjo» e a demonstração que este faz de qual seria o futuro desses desprotegidos se este homem bom desaparecesse contribui para que nele renasça a esperança na importância de estar vivo e disponível. Um famosa obra-prima do cinema clássico que, embora imbuída do habitual idealismo do seu autor (Frank Capra), procura rejeitar qualquer sentimento de pieguice barata.

Música no Coração (Segunda, 16.30, TVI)

Cheio de belas canções e de um desenvolvimento dramático que frequentemente patina em demasiadas delongas, é inútil debruçarmo-nos aqui sobre a história, mais que conhecida. Recordemos, apenas, que se trata de um daqueles produtos habilmente eficazes e concebidos para pôr uma plateia inteira a chorar, aflita com as desgraças por que passa a família Trapp, por entre as canções da inefável Julie Andrews e das

consegue libertar esses monstros e a catástrofe é iminente... Tremendo êxito comercial, logo seguido de uma inevitável *sequela*, este filme é um espectáculo divertidíssimo (embora já bem conhecido dos espectadores da TV) e aproveita, da melhor maneira, os «efeitos especiais» criados por John Bruno. Mas a realização de Ivan Reitman é inventiva e a tresloucada interpretação é mais do que adequada.

Um Sonho de Mulher

(Terça, 22.15, Canal 1)

«História de fadas» à maneira do nosso tempo, este filme é dos tais em relação aos quais quaisquer preconceitos éticos devem ser postos rigorosamente de lado! O que acontece é que um milionário arrogante, autoritário e frio financeiro (Richard Gere), encontrando-se em Los Angeles para abundantes e complexas reuniões de negócios, tem a necessidade de se apresentar em público com uma companhia feminina que dê bom tom à sua postura, e em

relação à qual não haja risco de ligação futura. Assim, e como em qualquer outra situação da sua vida «profissional», a solução é contratar e pagar os serviços de uma belíssima *call girl* que encontra em Hollywood Boulevard e investir numa completa renovação do guarda-roupa desta. E, o que se segue, é que é o melhor da fita! Não só a promissora rapariga se revela absolutamente fabulosa para o papel que lhe era exigido, como os seus palpites, apoiados no sentido prático da vida, são algo a que o nosso milionário não vai poder resistir. E nós, com ele. Julia Roberts é verdadeiramente imparável em todos os fotogramas deste filme que, naturalmente, faz óbvia alusão a *My Fair Lady*. Um divertimento!

Trágico Destino

(Quarta, 01.00, Canal 1)

Como bem observa Roger Ebert, este filme de Volker Schöndorff começa num ambiente de mistério, e intriga-nos; continua a desenvolver-se num fio condutor inteligente, e absorve-nos; e acaba num banal *melodrama*, e desilude-nos. Adaptado do romance *Homo Faber*, de Max Frisch, *Trágico Destino* faz-nos acompanhar a trajetória de um engenheiro americano, afastado de tudo e de todos, que um acaso faz com que venha a recordar os seus tempos de estudante na Europa, antes da II Grande Guerra, numa história que o leva ao encontro de uma jovem muito bela, com a qual se envolve amorosamente, sem saber que se trata da sua própria filha. Com momentos de grande cinema (os *flash-backs* a sépia) alternando com um confrangedor estatismo da encenação, o problema maior do filme parece ser o facto de o realizador privilegiar o que as personagens dizem umas às outras e não o que realmente as faz relacionar-se entre si - um problema de escrita cinematográfica que costuma atacar muito boa gente...

■ Francisco Costa

A regra e a exceção

Se já não bastasse o que basta, em termos de abastardamento qualitativo, para que o actual panorama televisivo se nos apresentasse como o triste culminar (?) de um dos mais pobres períodos da História da Televisão em Portugal, um outro aspecto fica a marcar estes últimos anos de global degenerescência: a não observância (às vezes parecendo até deliberada e provocatória) dos horários de início e encerramento de telejornais e outros programas, atitude que não pode deixar de ser interpretada como um desrespeito sistemático pelo espectador, sobretudo evidente e escandaloso naqueles poucos casos em que a invulgar qualidade do que é transmitido justificaria cuidados suplementares da parte de quem tem a responsabilidade de velar pelo seu cumprimento.

Mas o problema maior é que esta habitual negligência se tornou já um dado adquirido (ao qual a opinião pública só muito raramente reaje, e mesmo assim apenas ao nível das «cartas ao director» na imprensa diária), dado que tem a sua origem numa postura que passou a ser vincada e encarada como «normal» e já nem mesmo apenas se verifica no próprio acto de programar, de preencher semana a semana uma dada «grelha». Ela acaba por reflectir-se, depois, na total desadequação dos tempos de emissão (inicialmente mal previstos, porque tendo apenas em conta a ilusória «duração útil» de cada programa) em relação à realidade quotidiana, muitas vezes imposta pela multiplicação ruidosa dos spots de autopromoção dos vários canais, pelo artificial prolongamento dos serviços noticiosos, pelas constantes e desmedidas inserções de blocos de publicidade, sem esquecer a moda das baixas manobras de contra-programação, que tudo acabam por subverter.

A abertura da televisão aos privados, acompanhada pela mais insuportável desregulação neste campo de que há memória (e que, mesmo assim, não encontra paralelo em outras congéneres europeias), veio agravar, ainda mais, uma situação de que a RTP nunca cuidou devidamente no passado e foi deixando prolongar ao longo dos tempos. Acontece, entretanto, que o «serviço público» de televisão tem, apesar de tudo, elevadas e acrescidas responsabilidades em comparação com os canais privados e não pode admitir-se que filmes, peças de teatro, séries ou documentários de grande qualidade comecem muito antes da hora prevista ou se prolonguem muito para além do que foi anunciado (como tem sido frequente nos últimos tempos na TV 2, frustrando a própria precaução do espectador ao procurar gravá-los para arquivo) ou sejam burocraticamente interrompidos, mesmo quando o intervalo para a publicidade chega a ser preenchido, na total ausência desta, por anúncios a outros programas cujo género ou conteúdo por vezes se encontra nos antípodas do que está a ser transmitido!

Eles resistiram a tudo!

Foi neste aspecto flagrante a total incompetência com que, desta vez o Canal 1, encarou e rodeou, por exemplo, a transmissão na semana passada de uma excelente série como é «A Antologia dos Beatles», não tendo o cuidado de encontrar o melhor horário para ela, parecendo chegar a agrupar (em função de contingências puramente conjunturais que não deveriam sobrepor-se à regra) dois episódios em um dos dias - tão desmesurada foi a sua duração -, transmitindo a seguir ao telejornal, e antecedendo o debate dos candidatos à Presidência da República, o episódio que nessa noite estava anunciado na imprensa para cerca da meia-noite, e nunca conseguindo, afinal, tirar partido (mesmo em termos de concorrência) da preciosidade que tinha entre mãos. Não podia ser pior!

E, no entanto, a elevada qualidade da série teria justificado muito mais e melhor.

Brilhantemente realizada por Bob Smeaton, com excelente montagem de Andy Matthews, a partir da compilação de abundante material de imagem e som oriundo de várias origens e arquivos e registado ou conservado em diversos suportes, a concepção da série assentava num produtivo esquema organizacional de base, extremamente simples porque desarmante na sua evidência e lógica: tratava-se, tão-só, de observar a cronologia rigorosa da carreira do célebre grupo desde os tempos da sua constituição em



«Gattysburg», um elenco irrepreensível

Liverpool (1959) até à sua dissolução, como tal, em 1970. De todo invulgar foi, a meu ver, o princípio seguido para alcançar com a necessária eficácia o objectivo: é que a compreensão gradual das várias incidências que, com maior ou menor importância e significado, acompanharam essa carreira foi-nos sendo despertada pelas declarações dos quatro músicos ou de outras personalidades que de perto os acompanharam (como o produtor George Martin) em excertos de entrevistas realizadas não apenas hoje mas em épocas muitíssimos diferentes, no espaço de duas décadas. Significa isto que, para além de (mesmo do ponto de vista iconográfico) essas declarações e o seu envolvimento adquiriram «pesos» e «leituras» relativamente diferentes consoante a época em que eram feitas e as correspondentes idades, aspecto exterior e espontaneidade dos seus protagonistas principais, a simples sequência cronológica dos factos (assim vividos, narrados e comentados) se nos apresentou com uma credibilidade e uma compreensão muito mais consistente, porque frequentemente acompanhada e pontuada, quase sem darmos por isso, por uma interpretação mais amadurecida e já crítica, quando não irónica e distanciada, em relação à época recuada a que diziam respeito.

A «escrita» visual e auditiva

Claro que um outro «prato forte» desta série documental não podia deixar de ser a esmagadora presença dos textos e das músicas inesquecíveis que os Beatles nos deixaram em inúmeras canções: *Hey Jude*, *All You Need is Love*, *Day Tripper*, *Paperback Writer*, *Yesterdays*, *Michelle*, *Strawberry Fields Forever*, *Good Day Sunshine*, *You've Got To Hide Your Love Away*, *Penny Lane*, *Sgt.*



«Beatles», os artistas quando jovens...

Pepper's Lonely Heart Club Band, *A Day in the Life* pertencem, hoje, à categoria das mais marcantes e sublimes pequenas obras-primas da música popular de todos os tempos. Mas decisivo para a compreensão da sua génese foi a sua harmoniosa inserção (e justificação) no «retrato» social, político e cultural da época.

Logo o arranque do primeiro episódio da série foi exemplar para agarrar o interesse do espectador e para acalantar a ideia de

que estaríamos longe de uma simples obra de compilação e colagem de fragmentos sem sentido ou sem qualquer ideia ou estilo de factura subjacentes: funcionando como uma espécie de longo pré-génico, e partindo de meia dúzia de frases produzidas pelos músicos nos dias de hoje (ou, no caso de John Lennon, antes da sua morte) ilustradas com imagens aparentemente desarrumadas e difusos excertos de canções do grupo, essa primeira sequência terminava com a audição, em primeiro plano, de parte da letra de uma das canções (*ô...let's go back!*), a que se seguia uma

rápida sequência de fotografias de John, Paul, George e Ringo numa viagem até ao passado, até aos anos dos seus nascimentos (entre 1940 e 1943), detendo-se a vertigem da montagem nas suas imagens de recém-nascidos e, depois, crianças já mais demoradamente reveladas quando se ouvia em fundo a orquestra de Glenn Miller ou a voz de Vera Lyn (cantando o emblemático «*We'll Meet Again*») - o que logo passou a situar-nos, no plano da imagem e do som, na dramática e derradeira fase da II Grande Guerra.

Mas este tipo de «escrita documental», deste o início adoptada, funcionou ainda e sempre como suplementar despoletamento do mecanismo de identificação ou de (re)conhecimento por parte do espectador, independentemente da sua geração. Neste caso, a compressão do «tempo real», conseguida através da montagem, não apenas sublinhava, neste rápido flash-back de imagem e som, o contraste entre a «nova música» dos Beatles e a que a antecederia: chegados ali, era-nos agora possível passar a assistir, gradualmente, nos episódios seguintes, como que adivinhando-a previamente - como quem vê e ouve «era uma vez» - à imparável convulsão dos hábitos comportamentais, culturais, sociais e vivenciais que abalarão esses anos.

Uma *elipse* que só a arte cinematográfica (incluindo a do documental) é capaz de nos proporcionar!

Um conflito trágico

Seria injusto não fazer aqui ainda referência, por mais breve que seja, a uma outra série de qualidade assinalável - esta transmitida também na semana passada pela TVI - e cuja concorrência à dos Beatles terá levado não poucos espectadores a utilizar com alguma sofreguidão e destempero o videogravador. Refiro-me a «Gattysburg», um imenso fresco cinematográfico focando uma das mais decisivas e trágicas batalhas travadas ao longo da Guerra Civil americana (dos 158.000 homens dos dois exércitos nela envolvidos resultaram 43.000 baixas) e que, embora realizado para o meio mais parcimonioso da televisão, terá sido imaginado pelo todo-poderoso Ted Turner como contraponto moderno ao célebre «E Tudo o Vento Levou».

Um dos aspectos a salientar na série é o relativo abandono dos clichés habituais nos «filmes de guerra», o que não significa que nela não estejam presentes (a pontuar os longos e intensos momentos de acção) os pequenos e grandes dramas humanos dos combatentes de ambos os lados, as fraquezas transformadas em força, a solidão e o pavor tornados destemor e arrojo. Mas o que o argumento privilegia, com maior intensidade, é o verdadeiro e patético drama que representa toda a guerra e, por maioria de razões, a guerra entre irmãos. E fá-lo não escondendo, como em outros filmes subordinados ao mesmo tema, o que verdadeiramente ali estava em jogo: a justa defesa e combate pelas ideias de justiça e de igualdade, ainda hoje, mais de um século volvido, aspirando a ser inteiramente cumpridos.

Movimentando avultados meios de produção, a série «Gattysburg» conseguiu, ao contrário, concretizar o que havia ambicionado, ultrapassou em fôlego e eficácia de realização (Ronald F. Maxwell) as crónicas limitações do formato televisivo, embora seguramente maior impacte venha a ganhar na sua projecção em sala escura, e, sobretudo, conseguiu tirar o melhor partido de um cast de invejável qualidade de que se destacou um punhado de notáveis interpretações. Neste aspecto, tanto Jeff Daniels, na personagem do Coronel Chamberlain (das tropas da União), como Martin Sheen e, sobretudo, Richard Jordan, nas personagens dos Generais Robert E. Lee e Lewis Armistead (das tropas Confederadas), fizeram-nos sentir e viver a justeza de uma ideia por oposição ao absurdo da irracionalidade mais patética e retrógrada. Coisa que nem todas as imagens, reais ou ficcionadas, das guerras mostradas na televisão são capazes de fazer. O que já não é pouco.

de FOICE

Que neuro!

Os problemas existenciais dão-me cabo da existência. Já sei que é uma redundância, mas o que é que se há-de fazer? É assim e pronto. Com a agravante de que estou permanentemente a tropeçar neles, nos tais problemas, ou porque os invento ou porque me saltam ao caminho, vá-se lá agora saber se a culpa é do ovo ou da galinha!, que por acaso foi dilema que nunca me fez nascer macaquinhos no sótão, se calhar por fazerem parte do quotidiano na casa de uma avó onde a culinária era uma arte que fazia abafar nos estômagos regalados as mais sofisticadas veleidades intelectuais com afinidades gastronómicas. Seja como for, os trilemas - designação de bolso para os ditos existenciais a que recorro para fugir com o rabo à seringa das tentações psicanalíticas, e na crença do mágico poder da palavra (abre-se a boca e ninguém sabe o que pode acontecer, tanto pode entrar mosca como sair asneira...) - os trilemas, dizia, perseguem-me e estou até em crer que há épocas do ano particularmente propícias à sua proliferação como cogumelos.

O Natal, por exemplo, e o caso não tem nada a ver com reis magos, burros e palhinhas, embora já possa ter a ver com incenso e mirra, leite e mel, outras palavras mágicas que costumam querer dizer um sem-número de coisas geralmente acompanhadas de muitos zeros à esquerda. Ora é justamente aqui que bate o ponto do meu mais recente trilema, isto é, nos zeros.

A questão não se prende com a carteira, longe disso, que em tal matéria não há trilema que resista, é tudo claro como a água, nunca chega e pronto, está o problema reduzido à sua expressão mais simples, sem funfuns nem gaitinhas, tanta linearidade desmotivava qualquer um.

A questão está nos propriamente ditos zeros, cujos associámos toda a vida ao cifrão - nome horroroso! -, anacronicamente representado pelo engraçado símbolo do \$ atravessado por dois pauzinhos, e que a imaginação popular baptizou com uma miscelânea de nomes, compensação lógica de um bem escasso. O caso deu-se quando fiquei a saber que lá para o ano 2002 o nosso querido escudo - vulgo pilim, cacau, conto, mil réis, cheta, coroas, etc. e tal - vai virar "euro". Euro? Euro?!!

Já não chegava termos perdido as nossas 'folhinhas de alface', as nossas 'donas Maria', e ainda vamos deixar de ter cifrões - nome horroroso! -, os nossos bonitos cifrões? E como é que vamos passar a explicar que estamos sem cheta ou a pedir que nos emprestem cinco coroas ou a sonhar encontrar dez contos ao virar da esquina? Já imaginaram uma raspadinha de euros? Um totoloto de euros?? Um saldo bancário de euros??? Uma dívida de euros???? Como se isto fora pouco, acresce ainda que não vai valer de nada ir a Espanha, a França ou à Alemanha, só para dar alguns exemplos, que os euros ameaçam invadir a Europa. Uma monotonia, uma sensaboria, com a agravante de que eles, os outros, os nossos parceiros, que hoje já têm mais pesetas, e francos, e marcos do que nós, vão continuar a ter mais euros para nos deixar euroverdes de inveja.

Se isto não é motivo para problemas existenciais não sei o que mais possa ser. Que neutro!

■ AF

Com intelectuais no Vitória

«Derrotar os projectos da direita»

Jerónimo de Sousa terminou o dia de segunda-feira com intelectuais comunistas que se reuniram no CT Vitória. Antes, o candidato tinha estado na Figueira da Foz onde visitou a Docapesca e a Foznave, mantendo aí encontros com as administrações e contactos com os trabalhadores.

Discursando no Vitória, Jerónimo de Sousa voltou a referir-se aos objectivos da sua candidatura, notando que «o que se vai passar em Portugal no dia 14 de Janeiro constitui, obviamente, a razão de ser fundamental».

Mas, acrescentou, «em todos os combates políticos há sempre um dia seguinte e por isso, é também com o pensamento situado nesse dia seguinte e nos que se lhe seguirão, que importa

avaliar a importância muito grande das presidenciais para a evolução da situação política nacional».

«Os que se recordam dos velhos projectos da direita, há quinze e há dez anos, no sentido de se apropriar do controlo do órgão de soberania Presidente da República compreendem bem que tal ameaça não foi para todo o sempre ultrapassada, e que com a candidatura de Cavaco



Silva ela volta a estar presente na actualidade política nacional.

«Acresce ainda que a apresentação como candidato do anterior primeiro-ministro, que há menos de dois meses foi derrotado pela vontade maioritária do povo português, não pode deixar de ser considerada como uma manifestação de arrogância e de revanche política. E que ilustra bem o propósito da direita nas presidenciais recuperar poder perdido nas legislativas», alertou Jerónimo de Sousa.

Reafirmando que a candidatura de Jorge Sampaio é a de «um democrata com provas dadas, antes do 25 de Abril - na luta contra a ditadura e pela conquista das liberdades - como depois dessa data», Jerónimo de Sousa não deixou de frisar «importantes pontos de diferença»: «a questão europeia, a legislação eleitoral, e mais recentemente a própria participação de tropas portuguesas na Bósnia, de que eu discordo totalmente», disse.

Mais à frente, o candidato comunista considerou que «o país tem recursos naturais e humanos que lhe permitem acreditar num futuro diferente e melhor. Tem uma coesão nacio-

nal ímpar na Europa. Tem uma cultura própria e uma reconhecida adaptabilidade do povo português. Tem uma juventude disponível e numerosa. Uma mão-de-obra com uma qualificação de saber feito no trabalho, (...) Tem potencialidades naturais que uma sustentada e equilibrada exploração, permitirá contribuir para o crescimento da produção nacional e a alteração para um perfil produtivo mais valorizado. Tem uma localização geográfica que aliada aos laços que a história construiu pode potenciar, com vantagens mútuas, processos de cooperação e intercâmbio».

Na terça-feira, o candidato comunista prosseguiu a sua pré-campanha na região Autónoma dos Açores, onde estavam previstos encontros com a CGTP-IN/Açores, uma entrevista na RTP açoriana e um encontro com apoiantes e órgãos de Comunicação Social.

Acordo UE-Turquia

Parlamento cede às pressões das potências económicas e esquece direitos humanos

O Parlamento Europeu votou e aprovou, na sua sessão plenária deste mês, a ratificação do Acordo de união aduaneira entre a União Europeia e a Turquia, fazendo assim tábua rasa das suas próprias deliberações anteriores que faziam depender tal acordo da democratização e do respeito pelos direitos humanos naquele país.

Ao contrário de outros deputados portugueses, os deputados do PCP, bem como todos os deputados do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, votaram contra a ratificação do acordo.

Em nota divulgada sobre a manifesta submissão do PE aos interesses das principais potências económicas europeias, os deputados comunistas recordam que a aprovação do acordo pelo PE havia ficado condicionada, por decisão do próprio Parlamento, ao cumprimento, por parte das autoridades turcas, de um conjunto de condições referentes, no essencial, ao respeito pelos direitos humanos. Com efeito, o PE, em diversas resoluções anteriores, afirmara que o estabelecimento do acordo só poderia ocorrer uma vez asseguradas pelo governo de Ancara as seguintes condições: realização de uma

reforma institucional mais avançada que levasse, nomeadamente, à abolição do artigo 8º da "lei antiterrorista" (que limita a liberdade de expressão); reforço da protecção dos Direitos do Homem; libertação dos deputados curdos presos; adopção de uma solução política para o problema do povo curdo; e a aceitação das resoluções da ONU relativamente à ocupação de Chipre.

Estas posições mereceram, desde o início, o apoio dos eurodeputados do PCP.

Num volte-face só explicável pelas pressões dos grupos económicos, e sem que nenhuma das suas condições tivesse sido

satisfeita - a permanência na prisão da deputada curda Leyla Zana, a quem o PE atribuiu o prémio Sakharov, cuja entrega prevista para a sessão da semana passada foi entretanto adiada, é disso exemplo inequívoco - a maioria do Parlamento Europeu decidiu dar luz verde ao acordo.

Lembram os deputados do PCP que a situação é tanto mais grave quanto "não existem nenhuma garantias de que as condições em questão sejam acaatadas no futuro", sendo que a Turquia se encontra em vésperas de um processo eleitoral cujo desenlace é imprevisível.

As pressões a que foram sujeitos os 149 eurodeputados que votaram contra a ratificação do acordo aduaneiro, sublinha a nota do PCP, demonstra bem "as contradições que o mesmo levantou" no PE, "dividindo a maioria dos grupos políticos e a significativa oposição que, entretanto, continua a suscitar".

Os deputados comunistas chamam ainda a atenção para o facto de "alguns partidos e respectivas famílias políticas que ainda ontem se apresentavam

como garante do respeito dos Direitos do Homem, hoje, quando a defesa desses mesmos direitos entra em rota de colisão com interesses económicos, não hesitarem em adoptar outro peso e outra medida porventura mais convenientes e adequados à circunstância".

E isso, acrescenta a nota, "mesmo se tal posição política, até pelo carácter de exemplaridade que assume o presente acordo, fragiliza outras lutas políticas como é o caso da que é levada por diante em defesa do povo timorense e contra a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia".

A terminar, os eurodeputados comunistas sublinham que o referido acordó, "determinado pelos interesses das principais potências económicas europeias, não contempla quaisquer salvaguardas em relação às inevitáveis incidências negativas que dele decorrerão para os países com economias mais débeis, como é o caso de Portugal", e lamentam que, uma vez mais, os deputados não tenham obtido "qualquer informação do Governo português sobre a matéria".

